



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

TOMÁS RIBEIRO CARDOSO

NOMES VAZIOS
UM ESTUDO DO PROBLEMA E DE CINCO SOLUÇÕES

Brasília, 2011

TOMÁS RIBEIRO CARDOSO

NOMES VAZIOS

UM ESTUDO DO PROBLEMA E DE CINCO SOLUÇÕES

Orientador: Hilan Nissior Bensusan

Dissertação apresentada
para obtenção do título de
mestre em filosofia
pela Universidade de Brasília

Brasília, 16 de dezembro de 2011

Brasília, 2011

TOMÁS RIBEIRO CARDOSO

NOMES VAZIOS

UM ESTUDO DO PROBLEMA E DE CINCO SOLUÇÕES

Banca examinadora

Prof. Hilan Nissior Bensusan

Prof. Alexandre Costa Leite

Prof. César Schirmer dos Santos

Brasília, 2011



Ilustração: Malu Engel (maluengel@gmail.com)

Agradecimentos

Agradeço aos meus amigos, reais e imaginários, que sentaram para digitar este texto (quando sofria ataques de tendinite): Renata Schelb, Rafael Lobo, Malu Engel, Ebert Naves, Ana Lúcia Ribeiro (minha mãe) e Ana Cholodovskis. Em particular, agradeço ao Chicho de Bulhões, Francisco Mossri, que dedicou uma quantidade enorme de horas e se adaptou ao \LaTeX , ao *Vim* e à teoria das descrições para me ajudar a concluí-lo. Agradeço aos amigos e professores: Hilan Bensusan, que estimulou profundamente meu interesse por filosofia ao longo dos anos com seu entusiasmo, perspicácia e pluralismo inesgotáveis; Alexandre Costa Leite, que me ensinou lógicas clássicas e não-clássicas em detalhes (o pouco que sei e o resto que já esqueci), um conhecimento que transformou a minha forma de pensar a filosofia; e Mônica Üdler, que mantém abertos meus horizontes com aulas de árabe, mística e fenomenologia. Agradeço à Nádia, que participou de todo processo institucional por trás deste trabalho e que chegou a salvar minha matrícula uma vez. Também quero agradecer a Meryver Menelick, Aia Hipácia, Leonel Antunes, Antônio Vargas, Bárbara Barros, Pedro Poney, Alice Gabriel, Maria Eugênia Pulino e Pedro Gomes, que compartilharam comigo momentos de filosofia nos últimos três anos. Por fim, a Malu Engel, por seu amor, sua paciência e a ilustração mágica que colore este trabalho.

Nothing there at all
The invisible hero
But you can write it on the wall
The mighty zero
It's just a number
You can count it on your hand
I still don't seem to get it
There's nothing to understand
To understand

Nothing there to show
No big deal no
How would you like to know
The mighty zero

The Meat Puppets

Resumo

Este trabalho é um estudo sobre o problema dos nomes vazios. No primeiro capítulo, apresento a teoria tradicional da predicação como concebida por Alexius Meinong, Gottlob Frege e Bertrand Russell, em termos da qual o problema aparece em sua forma contemporânea. Mostro que uma teoria da predicação é sujeita ao problema quando mantém (ao menos) cinco princípios que estão presentes nessa tradição. Chamo a teoria composta com esses princípios de teoria modelo. O segundo capítulo é dedicado a expor o problema nos termos da semântica da lógica clássica de primeira ordem. Aplicada a fragmentos de linguagens naturais, ela constitui o ambiente natural para manifestação e estudo do problema. Para isso, apresento a lógica no início do capítulo e interpreto sua semântica de modo a trazer à superfície as cinco teses da teoria modelo. No terceiro e último capítulo, exploro cinco tipos de soluções para o problema, cada um habilitado pela revisão de um dos enunciados da teoria modelo e exemplificado por um pensador que pertenceu àquela tradição ou que, de algum modo, a rejeitou, como W. V. O. Quine e Rudolf Carnap. Concluo sem decidir por um tipo de solução, sugerindo que não há um critério de decisão que não seja fundamentalmente relativo aos paradigmas subjacentes a cada uma.

Palavras-chave: nome, predicado, predicação, quantificação, semântica, forma lógica, denotação, verdade, realidade, existência, paradigma.

Abstract

This work is a study on the problem of empty names. In the first chapter, I explain the traditional theory of predication, as conceived by Alexius Meinong, Gottlob Frege and Bertrand Russell, in which terms the problem appears in its contemporary form. I show that a theory of predication is subject to the problem when maintaining at least five principles that are present in that tradition. I name the theory composed with these principles the standard theory. The second chapter is dedicated to bring out the problem in the terms of the standard semantics of first order predicate calculus. Applied to natural language fragments, this semantics shows itself to be the proper context of manifestation and studying of the problem. I present the logic in the beginning of the chapter and interpret its semantics in order to expose the five theses that constitutes the standard theory. In the third and last chapter, I explore five kinds of solution to the problem, each enabled by the revision of the standard theory, by means of denying one of its theses, and exemplified by some philosopher which pertains to that tradition or which have rejected it somehow, e.g. W. V. Quine and Rudolf Carnap. I conclude without deciding in favor of one kind of solution in spite of the others, suggesting that there is no criteria for decision that is not fundamentally relative to the paradigms of each solution.

Keywords: name, predicate, predication, quantification, semantics, logical form, denotation, truth, reality, existence, paradigm.

Sumário

Introdução	p. 11
1 O problema dos nomes vazios	p. 15
1.1 O fenômeno dos nomes vazios	p. 15
1.2 A teoria tradicional da predicção	p. 22
1.3 A evidência de predicções vazias	p. 38
1.4 A inconsistência na teoria modelo	p. 48
2 A semântica do problema	p. 57
2.1 O <i>locus</i> do problema	p. 57
2.2 Apresentação de LP1	p. 59
2.3 A gramaticalidade de L	p. 65
2.4 A extensionalidade de L	p. 67
2.5 A análise objetual da extensionalidade	p. 71
2.6 A univocidade do \exists	p. 74
2.7 O extensionalismo	p. 76
2.8 Os cinco princípios em LP1	p. 78
2.9 Patologias da extensionalidade	p. 80

3 Cinco soluções para o problema	p. 85
3.1 Russell e a queda da singularidade	p. 85
3.2 Quine e a queda da denotatividade	p. 99
3.3 Frege e a queda da objetualidade	p. 126
3.4 Souriau e a queda da univocidade	p. 136
3.5 Meinong e a queda da realidade	p. 155
Conclusão	p. 187
Referências Bibliográficas	p. 199

Introdução

Este texto é um estudo do problema normalmente chamado de problema dos nomes vazios. Em resumo, o problema é este: se uma predicação é verdadeira ou falsa conforme se aplica verdadeiramente ou não ao objeto denotado pelo termo sujeito, então quais são as condições de verdade de predicacões cujo termo sujeito são expressões como “Pégaso”, “Curupira”, “O maior número primo”, “O círculo quadrado”, etc.? Essas expressões parecem não referir a objetos reais e, desse modo, parecem simplesmente não referir.

O texto é dividido em três capítulos. O primeiro capítulo é dividido em quatro seções. Na primeira, expus o fenômeno dos nomes sem referentes em uma versão intuitiva e o caso das sentenças existências negativas. Em seguida, expus a teoria tradicional da predicação de Meinong, Frege e Russell e as restrições ortodoxas destes dois últimos, teoria onde o problema se manifesta. Em terceiro lugar, mostro as evidências que sugerem a existência de nomes vazios (evidências produzidas pela própria teoria em que o fenômeno se dá). Termino o capítulo com um diagnóstico dessa teoria. Sugero que ela é composta por cinco princípios tradicionais. Chamo-a de teoria modelo. Cada um dos princípios satisfaz um ato da estória semântica que a tradição gostaria, idealmente, de contar sobre os nomes e as predicacões. A cada princípio corresponde uma das dimensões dessa explicação semântica, divididas em gramatical, semântica, ontológica, metaontológica e metafísica. Cada uma carrega consigo uma força intuitiva que manifesta um paradigma filosófico. Juntos, os quatro enunciados da teoria modelo fundam as bases de uma teoria da linguagem. Por fim, expus a inconsistência da teoria modelo quando aplicada a nomes vazios. Como fonte textual das intuições da teoria modelo, utilizo o livro de Stuart Mill, *System of Logic*, que se sugere naturalmente, ao menos do ponto de vista do meu propósito, como representante do horizonte comum desta tradição. Stuart Mill

expôs de modo claro e sistemático quase todas as teses necessárias para o surgimento do problema e, além disso, foi um predecessor da tradição, tendo sido lido tanto por Frege e Russell quanto por Brentano e Meinong.

No segundo capítulo, apresento a lógica clássica de primeira ordem. A semântica de predicados, em sua versão padrão, é a manifestação formal da visão tradicional sobre predicção, de modo que a teoria modelo pode ser lida em suas definições. (Note que o que chamo de teoria tradicional não deve ser confundida com a lógica tradicional aristotélica, em relação a qual as teorias de Frege e Russell são modernas.) A semântica clássica de predicados, por formalizar a teoria modelo, constitui o locus ideal para a manifestação e o estudo do problema dos nomes vazios. É claro, o problema só se manifesta na semântica uma vez que se admite a representação de expressões referencias vazias na linguagem formal que ela interpreta. É uma premissa deste trabalho que isso é inevitável quando se trata de representar enunciados e inferências de fragmentos de linguagem natural (sem se sacrificar a gramática, como Russell). Expressões vazias são introduzidas tanto propositalmente, quanto por engano e em hipóteses, sendo que a variedade dessas expressões não se permite eliminar por um procedimento ficcionalista ou realista específico a um registro de discurso. Tento, ao longo do segundo capítulo, explicar essa semântica de modo a rastrear nela os cinco princípios da teoria. Procuo, humildemente, apontar características da lógica de predicados que são garantidas por cada um. Termino o capítulo recolocando, brevemente, o problema dos nomes vazios e as outras duas principais falhas da teoria da referência envolvendo nomes coextensivos e verbos intencionais.

No terceiro e último capítulo, apresento cinco soluções, cada uma habilitada pelo abandono de um dos cinco princípios da teoria modelo. Cada solução é explorada por um representante da tradição, no caso de Frege, Russell e Meinong, ou por figuras que a ela reagiram, como Quine e Souriau. Cada solução mantém como teoria, portanto, uma versão revisada dessa teoria, que pode então ser caracterizada como a interseção das teorias subjacentes a cada solução.

Gostaria agora de fazer alguns comentários preliminares. Digo que este trabalho é um

estudo do problema porque minha intenção não é decidir por uma solução em detrimento de outras. Pretendo antes tentar chegar ao coração do problema e, a partir dele, compreender a natureza de suas principais soluções, suas motivações, sua estratégia, sua tecnologia e seus pontos cegos. O objetivo deste trabalho não é historiográfico. Não obstante, acredito ser fundamental conhecer o problema nos termos da tradição em que o problema surge. Conforme ele aparece em sua versão contemporânea, o problema surge com a tradição lógico e fenomenológica de Brentano, Meinong, Frege e Russell. Portanto, apresento o problema nos termos desta tradição como eles foram apropriados mais tarde por Quine, Lambert, Parsons e outros filósofos que mantiveram o debate vivo.

Infelizmente, não pude cobrir todos os principais temas relativos ao problema dos nomes vazios. Em particular, é notável a ausência das teorias millianas dos nomes próprios e da literatura sobre a metafísica e a lógica dos mundos possíveis. Ambos são temas, aliás, que giram em torno da figura de Saul Kripke e de sua revolução filosófica. Reconheço essa falta, mas ela não é sem uma razão. Os desenvolvimentos da teoria da referência direta e das várias teorias que utilizam o conceito de mundos possíveis representam justamente a parte da revolução intensionalista dos anos 60 que não se preocupou com o problema dos nomes vazios. Não é coincidência que a teoria milliana, assim como o sistema do próprio Stuart Mill, não respondem ao problema adequadamente. As várias interpretações realistas ou antirrealistas dos mundos possíveis também não oferecem uma semântica efetiva para linguagens naturais. Os trunfos dessa revolução para o velho problema aparecem, não obstante, nas semânticas das lógicas livres e das teorias meinongianas dos objetos. Como consequência dessa seleção, alguns dos conceitos que são centrais em boa parte da literatura sobre referência, como designação rígida, teoria causal da referência e a semântica dos indexais praticamente não aparecem neste trabalho. A disputa internismo–externismo, por sua vez, tem uma importância somente local no debate com Russell. Além de não ser sem razão deixá-los de fora, penso que há um valor em conseguir isolar de uma narrativa complexa os elementos que não são a ela essenciais, ainda que mantenham um vínculo importante com o conteúdo e que sejam, por isso, indispensáveis em outras abordagens. Uma de minhas apostas foi essa, também motivada por contar uma história que eu não encontrei em outro lugar.

Não obstante toda essa ressalva, é inevitável notar que o millianismo e a revolução de Kripke são cruciais para o processo histórico pelo qual o problema passou no século XX.

Este estudo é o resultado de um exercício didático. Escolhi e expus o tema de forma a organizar o conhecimento que conjurei em minha pesquisa sobre o problema. Priorizei o esclarecimento filosófico, histórico e técnico do problema, em oposição a uma abordagem sintética. Há uma extensa literatura sobre os temas abordados, mas é difícil encontrar um texto que aborde o problema em suas várias dimensões pacientemente, como procurei fazer. Sendo um texto que escrevi sobretudo para explicar um problema segundo meu próprio método, este trabalho tem um tom de tratado ou livro escolar.

Não obstante, não consegui ser tão objetivo e sistemático quanto gostaria. Então estou entregando um texto maior do que o ideal. Parte da razão disso é porque usei muitas citações no corpo do texto. Uma recomendação para acelerar a leitura é simplesmente não ler todas as citações. Na maioria absoluta das vezes eu explico o conteúdo relevante da citação no contexto imediatamente antes ou, raras vezes, imediatamente depois dela. Uma recomendação mais substantiva para reduzir o volume do texto é a seguinte: ler somente a última seção do primeiro capítulo, onde exponho os cinco princípios da teoria modelo, e o terceiro capítulo, o maior deles, onde exponho as cinco soluções ou estratégias de soluções. Se essa recomendação for muito redutiva, tenho uma mais fraca: ler o primeiro e o terceiro capítulos e, se quiser, voltar ao segundo pontualmente. Essa recomendação supõe que o leitor ou leitora seja familiarizada com a lógica de primeira ordem, em especial com noções básicas de sua semântica. A razão pela qual o segundo capítulo é mais dispensável é a seguinte: minha intenção original ao apresentar de perto a semântica de predicados era, além de explicar os detalhes do problema, apresentar os termos nos quais as semânticas para as soluções seriam apresentadas. Mas ao produzir o terceiro capítulo, a exposição das soluções ganhou um caráter mais histórico e, em alguns casos, especulativo, do que sistemático, como eu planejara. Isso quer dizer que a importância estrutural do segundo capítulo não é tão grande, exceto como uma introdução enviesada ao problema e à semântica da lógica de predicados.

1 *O problema dos nomes vazios*

Estrangeiro: É evidente para todos nós, que ao empregarmos a expressão Alguma coisa, sempre nos referimos a um ser, pois seu emprego isolado e, por assim dizer, nu e despido de todo o ser, é absolutamente impossível. Ou não?

O Sofista, XXV

1.1 O fenômeno dos nomes vazios

1.1.1 O problema dos “nomes vazios”

Alguns termos parecem servir unicamente para representar objetos no mundo. “Taj Mahal” representa o famoso mausoléu em Agra, “o sexto planeta do sistema solar” representa o planeta Saturno, “Cléu”, dito por mim, representa meu primo que mora na Tijuca. Termos como estes são chamados termos singulares — ou simplesmente nomes — por referirem a objetos particulares. Expressões que desempenham ou podem desempenhar, supõe-se, essa função, são nomes próprios, e.g., “João”, descrições definidas, e.g., “o rei da França”, pronomes pessoais singulares, e.g., “Tu”, e alguns termos indexais, e.g., “aqui”. Porque são signos que representam simplesmente um objeto, o significado de expressões singulares como estas parece não ser senão o próprio objeto a que referem e seu modo de significação, simplesmente o da referência. O significado de “Taj Mahal”, segundo essa intuição, é o próprio Taj Mahal. Mas então

o que dizer de nomes como “Curupira”, “Capitu”, “Vulcano” e “o maior número primo”, que não representam nenhum objeto existente? Nomes como estes são chamados de nomes vazios por não possuírem referência. Isto é, são chamados de termos singulares vazios por não referirem, presume-se, a nenhum objeto que seja. Mas se nomes vazios não referem a nada real, então qual é o conteúdo que eles expressam, o que significam?

Isso é bastante intuitivo quando aplicado a predicções sobre o que existe: “Sócrates é mortal” é verdadeira porque Sócrates, o indivíduo denotado pelo termo sujeito, de fato possui a qualidade de ser mortal. “Sócrates é imortal” é falsa porque afirma que Sócrates é algo que ele não é. Mas o que dizer das condições de verdade de sentenças vazias como “Bentinho é mortal” e “Bentinho é imortal”, se Bentinho, sendo um personagem de literatura, não existe? Como explicar que a primeira seja verdadeira, como parece, e a segunda falsa; como ao menos apresentar as situações hipotéticas nas quais elas seriam? Se nomes vazios não expressam nada, sobre o que são todas as ficções, as mitologias, as teorias refutadas e as demonstrações matemáticas? Ou seja, como é possível falar singularmente sobre coisas que não existem, se não existem? Em particular, como sequer é possível negar a existência de uma coisa sem se contradizer e afirmá-la sem ser redundante? Seriam então todas as sentenças vazias carentes de valor de verdade, nem verdadeiras, nem falsas?

Esse enigma envolvendo nomes assim costuma ser chamado de *problema dos nomes vazios*. Seguirei essa nomenclatura. Não obstante, esse nome “nomes vazios” representa somente a interpretação ortodoxa do fenômeno que apresentei. Com efeito, é impossível descrever o problema sem manifestar na descrição um modo de ver e logo de resolver o problema. Nesse sentido o problema constitui uma verdadeira aporia.

O problema dos termos vazios como é chamado hoje é a manifestação contemporânea de um problema já aparente nos fragmentos de Parmênides: o velho problema do não-ser. Falar sobre o que é, segundo a musa, é o único caminho para a verdade, uma vez que falar sobre o que não é resultaria necessariamente em contrasensos. Para o eleata, o não-ser é indizível e impensável. O problema reaparece nos diálogos de Platão. No *Sofista*, o Estrangeiro, também de Eléia, dialoga com Teeteto para determinar

o que é o sofista, em oposição ao filósofo. E para determiná-lo, entendia Platão, seria preciso entender o que é dizer uma falsidade, em oposição a uma verdade. Seria necessário, contra Parmênides, mostrar de que modo o não-ser também é dizível e pensável. Depois de ocupar os gregos e os lógicos medievais, o velho problema encontrou um solo fértil na virada do século XIX para o XX na fenomenologia de Alexius Meinong e na revolução lógico-semântica de Gottlob Frege e Bertrand Russell. Seguindo o espírito das filosofias de Franz Brentano e Stuart Mill, que reagem à psicologização da filosofia e da matemática romântica, esses pensadores conceberam diferentes formas de salvar a objetividade do pensamento e da verdade contra o idealismo. No centro desse projeto estava o desafio de se explicar a natureza dos pensamento e dos enunciados sobre o que não existe. O problema dos nomes vazios é forma que esse desafio assumiu na medida em que o projeto realista sofria a virada linguística no início século XX, quando o problema do não-ser ganhou a forma que conhecemos hoje.

1.1.2 A aporia dos inexistentes

É fácil contestar que sentenças singulares vazias possam ser verdadeiras. As teorias que concordam em explicar o sentido dessas sentenças discordam sobre se devem levar ao pé da letra o significado de sentenças vazias e explicar suas misteriosas condições de verdade de algum modo realista, ou se devem rejeitar que os exemplos sejam evidências literais a serem explicadas e assumir que sejam evidências de uma distinção entre o que essas sentenças parecem significar e o que realmente significam. Desse modo, é possível ver que o ficcionalismo e o realismo são de fato duas estratégias para se tratar o problema dos nomes vazios, implementadas de diferentes formas pelas soluções que apresentarei. Apesar do grande espaço para discordância sobre o que deve contar como evidência de um fenômeno a ser explicado, há algo sobre o qual ninguém discorda: que sentenças como “Vulcano não existe”, são trivialmente verdadeiras quando vazias, ainda que não sejam singulares como parecem.

Sentenças singulares existenciais negativas são um tipo emblemático entre as espécies de sentenças singulares vazias. Essas sentenças são especiais porque são

necessariamente e somente verdadeiras quando vazias (e logo aparentemente sem objeto quando verdadeiras). Como quero sugerir, sentenças existenciais vazias revelam a dimensão irrestrita do problema dos nomes vazios, uma vez que não se restringem a um tipo de registro, não são ou não parecem ser elípticas ou esconder um operador intensional de contexto, e são enunciados cuja “seriedade ontológica” não é posta em cheque, até pelo contrário. São sentenças correntes em filosofia. Mas mais importante que isso, existenciais negativas são sempre verdadeiras quando vazias, ao contrário de todas as outras, cujos valores de verdade são controversos. Existenciais negativas elevam, portanto, o problema ao seu grau mais radical, servindo de teste limítrofe para soluções ao problema dos nomes vazios. Como veremos, o caso dessas sentenças coloca no centro da discussão os conceitos mesmos de objeto e de existência. Podemos chamar a manifestação do problema dos nomes vazios nas predicções negativas de existência de *aporia dos inexistentes*.

A *aporia dos inexistentes* é um dos mais antigos e curiosos problemas da filosofia. Ao que parece, não podemos dizer inteligível e verdadeiramente que uma certa coisa não existe: pois se ela de fato não existe, então não estamos falando sobre ela e o que dizemos não tem sentido; por outro lado, se estamos falando dela, então ela existe e o que dizemos é simplesmente falso.

É fácil oferecer uma explicação de por que uma existencial afirmativa, como “Romário existe”, é verdadeira quando verdadeira, e por que uma existencial negativa, como “Romário não existe” é falsa quando falsa. Explicar por que uma existencial singular afirmativa é falsa quando o é, apesar de não ser trivial, pode ser tão simples quanto redefinir falsidade para sentenças singulares. Já explicar por que uma existencial negativa é verdadeira quando ela o é e resolver a *aporia dos inexistentes* é um dos enigmas mais profundos da filosofia.

Uma predicção verdadeira, pensamos, deve referir a um objeto real e descrevê-lo corretamente. Mas então as sentenças que predicam um sujeito como não existente não serão nunca verdadeiras. Porém, sabemos que muitas vezes são. A *aporia* só constitui um problema, é claro, porque o ato de negar a existência de uma coisa é bastante

comum e não parece requerer nenhum tipo de habilidade retórica. “O Saci não existe”, “O Papai Noel não existe”, “O monstro que sonhei não existe” são exemplos de sentenças que negam a existência de uma certa coisa e que parecem trivialmente verdadeiras e perfeitamente significantes.¹ De fato, necessariamente, há uma instância da aporia para cada termo singular vazio possível, isto é, para cada nome ou descrição (definida) que não refere a um objeto real.

1.1.3 A Barba de Platão

A aporia dos inexistentes pode ser apresentada a partir da noção de um critério tradicional e ingênuo de compromisso ontológico. Segundo a teoria dos logicistas no início do século XX (mas também a aristotélica), uma predicação é sempre verdadeira ou falsa sobre um objeto. Segundo o critério tradicional, então devemos nos comprometer com a existência (ou com o ser) das coisas sobre as quais as predicções de nossas teorias são. Ou seja, segundo o critério, a própria forma lógica de uma predicação expressa compromisso ontológico. Mas se ele vale, então sentenças existenciais verdadeiras negativas, como “Curupira não existe”, são contraditórias; e afirmativas, como “A torre Eiffel existe”, — face positiva da aporia — são sempre tautológicas.

But how can a non-entity be the subject of a proposition? “I think, therefore I am” is no more evident than “I am the subject of a proposition, therefore I am,” provided “I am” is taken to assert subsistence or being, not existence. Hence, it would appear, it must always be self-contradictory to deny the being of anything; but we have seen, in connexion with Meinong, that to admit being also sometimes leads to contradictions. (RUSSELL, 1905a, 485)

¹O drama que a aporia evoca reside no fato de que predicções assim, quando são verdadeiras, parecem referir a uma coisa e negar sua existência ao mesmo tempo. A aporia parece ser um esquema de casos particulares de paradoxos da autorreferência, como o famoso paradoxo do mentiroso e o dramático paradoxo de Russell. Mais especificamente, cada instância da aporia dos inexistentes é um caso de paradoxo semântico como o paradoxo do mentiroso. Mas enquanto o segundo é baseado na noção de verdade, o primeiro seria na noção de existência.

No clássico “Sobre o que há”, Quine apresenta o que ele chama de Barba de Platão. Ela não é um nome para a aporia, senão para seus efeitos realistas. Não sendo capazes de explicar as condições de verdade de existenciais negativas, e sem conseguir pensar fora do critério ingênuo de compromisso, Quine diagnostica, alguns filósofos vieram a reconhecer, e mesmo a defender, a existência, subsistência ou o ser de Pégaso.

This is the old Platonic riddle of nonbeing. Nonbeing must in some sense be, otherwise what is it that there is not? This tangled doctrine might be nicknamed *Plato's beard*; historically it has proved tough, frequently dulling the edge of Ockham's Razor.(QUINE, 1948, 21)

Compreender o diagnóstico de Quine é fundamental: esses pensadores confundem significado e referência. Pensam que para usar um nome é preciso haver um objeto que ele nomeia e terminam supondo haver objetos de todos os tipos para servir de referência a todos os nome e descrições. O nosso critério ingênuo confunde, segundo Quine, o conteúdo veiculado por um nome com sua contribuição às condições de verdade de uma sentença. Provavelmente, o filósofo mais famoso por multiplicar os entes desnecessariamente, assim se diz, é Meinong, segundo o qual a totalidade dos objetos compreende um conjunto infinitamente maior que o conjunto dos objetos reais. Não obstante, como veremos, Frege e Russell também partilham da teoria tradicional da predicção e, por conseguinte, do que chamei aqui de seu critério ingênuo de compromisso ontológico. Daqui para frente não falarei mais nesse critério.

1.1.4 Motivação

Pois bem, o problema dos nomes vazios é o desafio de se tratar o significado e as condições de verdade de enunciados sobre o que não existe, como “Pégaso é um cavalo mitológico alado”, “Bentinho é Dom Casmurro”, “Papai Noel não existe”, etc. Mas será o problema somente um enigma semântico? E mais, se o problema surge dentro da tradição atomista, proposicionalista e correspondentista, não será o problema um

efeito de um modo degenerado e obsoleto de se fazer filosofia, um modo que estaremos supondo e reiterando ao levar o problema a sério?

Pensar assim significaria perder de vista o seu real sentido e profundidade. Não nego que ele seja *somente um enigma da linguagem*. Acredito inclusive que o problema possa ser apresentado, explorado e, em certo sentido, esgotado sob a ótica da lógica e da filosofia da linguagem. Não obstante, como quero sugerir, o problema dos nomes vazios, ao contrário de se deixar reduzir exclusivamente ao âmbito da linguagem, consiste em um impasse no modo como se concebe a relação entre esta e as noções de cognição, verdade e realidade. Como quero mostrar, o problema articula as noções semânticas de entidade, predicação, quantificação, denotação, identidade, verdade e existência. Como toda aporia, o problema dos nomes vazios põe em suspensão a totalidade dos conceitos ligados a suas condições de surgimento. Desse modo, o problema põe em questão, em vez de supor, a classificação destas noções como lógicas, ontológicas ou fenomenológicas. Ou seja, o problema dos termos vazios não se resume em um enigma estritamente semântico, se com isso se quer dizer que seu interesse e escopo se reduza a um problema de linguagem. Pelo contrário, o problema diz diretamente respeito ao modo como relatamos a relação entre significado, pensamento, verdade e existência.

Mas por quê deveríamos levar esse enigma a sério em primeiro lugar? Não podemos simplesmente nos livrar de termos que não referem a coisas reais, uma vez que não devem ter qualquer papel em uma teoria explicativa? Não seria o problema restrito a fragmentos excepcionais de linguagens que não interessa explicar, uma vez que sentenças singulares vazias não podem ser verdadeiras? De fato, o próprio Frege (1960b) pensava algo assim e não se preocupou particularmente com o problema. Para o Frege do “Sentido e Referência”, uma vez que sentenças vazias não são jamais sobre o mundo, elas seriam melhor compreendidas como ficções ou pseudo-asserções. Sua teoria da linguagem seria destinada exclusivamente a fragmentos de linguagens cujos termos singulares garantidamente possuíssem denotação.

Sentenças vazias são abundantes. É falso que nomes vazios ocorram raramente. Nomes vazios são característicos e até predominantes quando fazemos ficção, mas

também quando falamos de mitos, de filmes, de folclores, de sonhos e de alucinações. Nomes vazios também parecem estar presentes quando falamos sobre pessoas e eventos que não existem mais e quando pensamos sobre o futuro. Muitas vezes, inclusive, não sabemos quando e se utilizamos um nome vazio. Crianças falam sobre Papai Noel e Bicho Papão, os gregos falavam sobre Zeus, católicos sobre anjos, cientistas sobre Flogisto, Vulcano e a cura do câncer. É falso também que sentenças vazias são restritas a tipos de enunciação próprios da ficção ou somente em situações de ignorância e em contextos de bate-papo informal. Nomes vazios necessariamente abundam em contextos de crítica literária, antropologia, psicologia dos sonhos, etc. Mas nomes vazios também estão presentes de modo muito especial na matemática, onde é razoável presumir que todos os nomes sejam vazios, na medida em que é razoável supor que não exista tal coisa como objetos abstratos. Com efeito, a quantidade de sentenças vazias que circulam nos mais variados registros de linguagens naturais tornam o problema dificilmente contornável para qualquer teoria semântica para fragmentos de linguagem cujas expressões singulares não tenham garantia *a priori* de denotação. Ora, isso significa que o problema dos nomes vazios deve interessar a toda semântica para fragmentos de linguagens naturais uma vez que nelas novos nomes que carecem de denotação sempre podem ser introduzidos tanto intencionalmente — como quando fazemos ficções, por exemplo — quanto não intencionalmente — como quando pensamos falar sobre um indivíduo que não existe. Sentenças vazias não são somente abundantes, mas são também inevitáveis em qualquer fragmento natural.

1.2 A teoria tradicional da predicação

1.2.1 Expressões, termos e sentenças singulares

Para entendermos por que termos singulares vazios constituem um problema e que tipo de problema é esse, precisamos entender como termos singulares normais deveriam funcionar, em oposição a termos gerais, segundo a tradição que sofre do problema, e de que modo os termos vazios frustram essa explicação. Mill apresenta assim a diferença

entre os dois tipos de nomes.

A general name is familiarly defined, a name which is capable of being truly affirmed, in the same sense, of each of an indefinite number of things. An individual or singular name is a name which is only capable of being truly affirmed, in the same sense, of one thing.

Thus, man is capable of being truly affirmed of John, George, Mary, and other persons without assignable limit; and it is affirmed of all of them in the same sense; for the word man expresses certain qualities, and when we predicate it of those persons, we assert that they all possess those qualities. But John is only capable of being truly affirmed of one single person, at least in the same sense.(MILL, 1882, 40)

Intuitivamente, sujeitos singulares em uma predicação, como o nome próprio “Sócrates” em “Sócrates é mortal”, ou a descrição definida “o bruxo do cosme velho” em “o bruxo do cosme velho é mortal”, desempenham a função de denotar um objeto para ser qualificado pelo predicado. As quatro principais classes de expressões que funcionam, podem funcionar ou simplesmente parecem poder funcionar como *nomes*, isto é, comportar-se como termos singulares, são as seguintes (dependendo de que teoria gramatical é assumida para esses termos): nomes próprios, e.g., “Geórgia”, “Filó” e “Pégaso”; descrições definidas, e.g., “o satélite natural da Terra”, “o pessoa mais velha do mundo”, “o cavalo alado”; nomes de tipos naturais, e.g., “água”, “chumbo” e “eletricidade”; e pronomes singulares demonstrativos e pessoais do caso reto e expressões indexais, e.g., “aquilo”, “isto”, “você”, “aqui”. A função singular aparente de tais expressões, função característica de um nome, é normalmente expressa por meio da noção de um *termo singular*. Um termo singular é uma expressão cuja função em uma sentença é exclusivamente denotar um objeto.²

²Em particular, nomes próprios exibem um comportamento bastante uniforme como termos singulares, já que não costumam veicular conceitos associados a sua referência. Nomes próprios são, por isso, tidos como expressões caracteristicamente singulares. Descrições definidas, por outro lado, parecem referir a um indivíduo por meio da significação das propriedades que o individualizam. Na sentença “O destemido

Em contraste com nomes, expressões que têm a função lógica de um predicado são termos gerais. Um *termo geral* é uma expressão que tem a função não de denotar, mas de ser verdadeira ou falsa de nenhuma, uma, algumas ou todas as coisas em um conjunto de coisas. Por exemplo, “pessoa”, “brasileiro” e “animal”. Termos gerais podem servir de predicados gramaticais, ao contrário de termos singulares, mas podem ser sujeitos gramaticais em sentenças chamadas quantificadas.

Em contraste com sentenças gerais, e.g., “Algo é um gato”, sentenças singulares são sobre indivíduos específicos, como “Filó é um gato”. Podemos entender a diferença entre as duas formas lógicas em termos da função que os termos gramaticais que compõem as sentenças desempenham, conforme são singulares, gerais ou quantificadores.

Em sentenças singulares, como “Machado é um grande escritor”, “Capitu tem olhos de ressaca”, “Filó e Totó não são humanos”, “Hilda é mãe de Mosquete”, o sujeito gramatical é um ou mais termos singulares e o predicado é um termo geral que se aplica a cada um dos termos singulares. Já em sentenças gerais, como “Seres humanos são mortais”, “Todos brasileiros são latinos” e “Certos animais não são humanos”, o sujeito gramatical é ele mesmo um ou mais termos gerais, assim como o predicado, porém acompanhado implícita ou explicitamente de um termo quantificador, “Todos” ou “Algum”.

Termos quantificadores fazem exatamente isso: eles contam. Há dois quantificadores na lógica de predicados clássica: o existencial ou particular, como vou também chamar, (simbolizado \exists) e o universal (simbolizado \forall), legíveis, aproximadamente, como “Algum” e “Todos”. Como, em sistemas clássicos, eles são interdefiníveis através da

fenomenólogo de Graz estudou em Vienna”, a descrição definida “o destemido fenomenólogo de Graz” refere, por hipótese, a Meinong, mas somente mediante as propriedades de ser destemido, fenomenólogo e de Graz. Isso não quer dizer que a expressão não seja singular, pois sua contribuição ao significado da sentença pode ser analisada como puramente referencial; mas isso mostra que o caráter singular de descrições definidas é disputável. O mesmo vale para demonstrativos, que parecem referir mediante propriedades relacionais. O que é curioso sobre os termos singulares são as propriedades aparentes de seu poder de referência. Por um lado, o mecanismo da referência parece ser independente de nossos estados intencionais ou mentais, uma vez que termos singulares devem ser capazes de referir a objetos em que não estamos pensando, que não conhecemos e mesmo sobre os quais estamos enganados. Por outro lado, o mecanismo da referência parece ser independente do tipo de objeto referido, inclusive independente do objeto existir ou não. Termos vazios, então são termos que não referem a objetos reais, como “Dom Casmurro” e “o triângulo de quatro lados”.

negação, pode-se dizer que há somente uma expressão quantificadora fundamental nas semânticas clássicas. Em sentenças quantificadas, o sujeito, um ou mais termos gerais, é acompanhado por um termo quantificador. Classicamente, nenhuma sentença geral é exprimível sem quantificação e todas são exprimíveis em termos de único quantificador.

Do ponto de vista da estrutura das sentenças de primeira ordem, há pois dois modos de falar sobre as coisas. Podemos tematizá-las de modo específico, como em “Filó é um gato”, ou de modo genérico, como em “Algo é um gato”. Gramaticalmente, ambas são predicções, mas os modos distintos de significação dos sujeitos, “Filó” e “Algo”, conforme são termos singulares ou gerais, estabelecem dois tipos de condições de verdade para as sentenças, de modo que somente sentenças singulares funcionam como predicções lógicas. Sentenças gerais, em contraste, são quantificações sobre conjuntos de indivíduos. Semanticamente, do ponto de vista da forma lógica das sentenças, temos uma sentença singular, uma predicção lógica, no primeiro caso e uma sentença geral, ou quantificada, no segundo.

É fácil entender de que modo essa análise torna viável uma teoria geral das condições de verdade para uma linguagem que contém nomes, predicados e quantificadores. Sentenças singulares ou predicções (simples) são interpretadas como sendo sobre objetos e são avaliadas por seu valor de verdade segundo o pertencimento ou não deste objeto a um conjunto de objetos (ou segundo a sua instânciação ou não de uma propriedade). Por sua vez, sentenças gerais ou quantificadas são interpretadas como sendo (predicções de segunda ordem) sobre a existência ou inexistência de um objeto ou conjunto qualquer de objetos (conforme são particulares ou universais) que pertença a um conjunto (ou que satisfaça uma propriedade) e são avaliadas segundo a existência ou inexistência desse objeto ou conjunto de objetos.

1.2.2 Predicação e a noção de objeto

Sabemos o que são termos singulares e gerais. Segundo a explicação que dei, os primeiros são nomes e os últimos, predicados.³ Enquanto um predicado é uma expressão que é verdadeira ou falsa quanto a um objeto ou conjunto de objetos, e não pretende referir singularmente, um nome é uma expressão que pretende referir a um e somente um objeto, seu significado.

Essa explicação é fundamental para as teorias semânticas contemporâneas, e está presente em todas as apresentações normais da lógica clássica de predicados. Na semântica clássica, a noção de condição de verdade de uma predicação é analisada em termos da noção secundária de relação de satisfação, i.e., pertença (ou instanciação), entre um objeto e um conjunto (ou entre um objeto e uma propriedade). Nomes (lógicos) ou termos singulares, então, são as expressões responsáveis pela função fundamental da denotação ou referência, que é a da vinculação singular entre linguagem e mundo, ou seja, entre linguagem e coisas particulares, assim como entre pensamento e mundo.

Tanto para Frege, quanto Russell e Meinong, a semântica para linguagem de primeira ordem também seria uma teoria da cognição da predicação. Para essa tradição, o conteúdo de uma sentença ou expressão estaria intimamente relacionado a nossa cognição de seu significado, assim como o significado de expressões singulares. Para todos eles, o próprio conteúdo daquilo que enunciamos ao enunciar uma predicação verdadeira deveria ser uma função de um ato de pensamento e deveria figurar nele de algum modo. Mas isso se realizou de modos distintos em cada sistema. Para Meinong,

³Note que essa explicação difere da apresentação convencional de predicado, segundo a qual predicados seriam a expressão que resta de uma predicação quando subtraímos dela os termos singulares. Desse modo, na sentença “Esse concerto é belo”, o predicado seria a expressão ou fragmento “é belo”. Para simplificar, expliquei que termos gerais simplesmente são (representados por) predicados lógicos e nesse sentido eles poderiam ser obtidos subtraindo o verbo de ligação de um predicado gramatical. Para isso, suponho que os predicados sejam nominais ou que possam ser substantivados. Isto é, para simplificar a apresentação, lemos “João come batatas” como “João é (um) comedor de batatas”, onde o termo geral é “comedor de batatas”. Contudo, segundo Lambert (2003a, 115–116), o termo geral na sentença seria, propriamente, “objeto tal que é um comedor de batatas”. Termos gerais podem ser obtidos a partir de predicados gramaticais, e.g., “é belo”, prefixando-as com um operador formador de termos gerais que liga uma variável, e que seria lido “objeto x tal x é belo” Como uma espécie de proto-quantificação, essa expressão pretenderia ser verdadeira ou falsa quanto a um ou mais objetos.

como para Frege, pensamos um conteúdo relativo ao ato de referência, mas referimos a um objeto para além deste conteúdo. Para Russell, contudo, pensamos o próprio objeto a que referimos ao utilizar um nome. Para Frege e para Russell, em particular, o significado expresso por uma sentença estava intimamente ligado à própria concepção mental de suas condições de verdade. Compreender uma sentença seria conhecer as circunstâncias em que ela é verdadeira. E ao menos para Russell, as próprias condições de referência de um nome, e assim as condições de significação de uma predicação, e logo a possibilidade de que ela fosse verdadeira ou falsa, dependeriam de nossa capacidade para pensá-las.

A importância da análise trivial da função de expressões como nomes próprios em termos de denotação a objetos reside pois na sua simplicidade e poder de explicação da relação entre linguagem, pensamento e mundo e, de outro modo, da relação entre significação e verdade. Quando enunciamos algo da forma “*a* é *P*”, em que “*a*” é um nome e “*P*”, um predicado, o que enunciamos é verdadeiro se e somente se o objeto denotado por “*a*” de fato exhibe a propriedade significada, ou pertencer ao conjunto significado, por “*P*” (conforme a função de predicados seja explicada em termos intensionais de propriedades ou em termos extensionais de conjuntos de objetos). Essa é o que podemos chamar de *teoria tradicional da predicação*: uma predicação verdadeira sobre um objeto o descreve como ele de fato é, enquanto uma falsa o descreve como ele não é. Mas toda verdadeira predicação envolve referência. (A idéia de uma teoria tradicional da predicação é desenvolvida em Lambert (1983, 42)).

Essa intuição é extremamente simples e pode ser atribuída positivamente tanto a Bertrand Russell quanto a Meinong, mas também a Gottlob Frege e a Stuart Mill. Todos, em algum momento, levaram a sério a função referencial dos nomes próprios e sua importância na determinação das condições de verdade de uma sentença. Além disso, todos, em algum momento, aderiram à tese de que significado de um nome próprio é simplesmente o objeto a que ele refere, e que esse objeto ou a referência a ele deveria ser uma parte constituinte do significado das sentenças que um nome compõe.⁴

⁴Em oposição a esse modelo de predicação, há as teorias aristotélicas da predicação, que não requerem a referência como condição da própria forma lógica da predicação, logo de seu sentido, mas como uma

1.2.3 Predicação e o realismo ortodoxo

O espírito dessa tradição na virada do século XIX e começo do XX era buscar uma teoria que explicasse o vínculo entre pensamento, linguagem e mundo, mas respeitando duas intuições fundamentais. Em primeiro lugar, em oposição à teoria de Brentano, essa tradição exigia explicar que o pensamento estabelecia uma conexão com a realidade através de atos de intencionalidade, atos de referência do pensamento. A fenomenologia de Brentano havia estabelecido a intencionalidade como critério do mental: todo pensamento é um pensamento de um objeto. Mas como esse pensamento também era livre para pensar objetos inexistentes e objetos transcendentos, para além do pensamento, Brentano concluía que os objetos intencionais eram meramente imanentes ao pensamento. A teoria tradicional da predicação viria requerer que todo ato intencional ou singular de pensamento se alçasse para fora, transcendendo o espaço privado do pensamento. O pensamento singular deveria tocar o mundo, caso contrário cederia ao idealismo e ao psicologismo. Mas essa tradição também possuía um segundo parâmetro. Em contraste com as teorias dos positivistas lógicos que a eles reagiriam, e em particular, em contraste com o sistema do primeiro Wittgenstein, as teorias tradicionais de Russell e Meinong pretendiam explicar a liberdade do pensamento e da linguagem de produzir seu próprio conteúdo. A significação de um enunciado ou de um pensamento não deveria ter limites exceto para além dos limites da gramática. Podemos ousar dizer que tanto a teoria dos objetos de Meinong quanto a teoria das descrições de Russell estavam às voltas com essas duas propriedades do pensamento: a liberdade e a transcendência.

Naturalmente, a teoria da predicação era a chave desse projeto. Em particular, a teoria da quantificação de Frege, sua semântica composicional e sua teoria das extensões, juntamente com os desenvolvimentos posteriores da lógica de predicados, tornaram-se o ambiente natural para a investigação dessa solução ao longo do século

condição de verdade. Esse modelo, que eventualmente inspirou as lógicas livres, foi mantido, por exemplo, por Quine. Compare a explicação de termos singulares e gerais de Mill com a de Quine em *Word and Object*. Segundo Quine (1960, 96), uma predicação juntaria um termo geral e um singular para formar uma sentença que é verdadeira ou falsa conforme o termo geral é verdadeiro ou falso sobre o objeto, *se houver um*, ao qual o termo singular refere.

XX. Como veremos, o problema dos nomes vazios, que surge no interior desse projeto, encontra na semântica da lógica clássica de primeira ordem a sua residência natural. Acredito que o próprio Frege, contudo, apesar de reconhecer essas propriedades, não almejou que seu sistema desse conta desses fenômenos, mas pretendia antes fornecer uma linguagem capaz de representar as asserções e as inferências matemáticas e científicas. De fato, as duas saídas de espírito fregeano para o problema abrem, cada uma, mão de uma das duas intuições. De um lado, a tese de que sentenças vazias não têm significado abre mão da liberdade, enquanto a alternativa de atribuir o conjunto vazio como a denotação dos nomes vazios abre mão, em certo sentido, da transcendência, na medida em que assume todos os nomes sem referência como coextensivos.

A noção do conteúdo expresso por uma sentença é central para essa tradição. Com Russell, proponho utilizar o conceito de proposição. Duas sentenças diferentes, em uma mesma ou em diferentes línguas, podem expressar a mesma coisa, assim como uma mesma sentença pode expressar coisas distintas em diferentes contextos. Além disso, uma sentença é sempre enunciada em uma linguagem natural, como o português ou o francês. Para esses pensadores, aquilo que uma sentença expressa é algum tipo de proposição. Russell chegou a manter que proposições verdadeiras são constituídas pelos fatos significados. A sentença verdadeira “A Lua brilha” expressaria uma proposição que seria feita da própria Lua e da qualidade de brilhar. Frege, por sua vez, chamara o conteúdo das sentenças de pensamentos [*Gedanke*], que seriam constituídos pelos sentidos dos termos que as compõem. Meinong chamara esse conteúdo de objetivo [*Objektiv*]. Pensamentos, para Frege, assim como as proposições de Russell e os objetivos de Meinong, seriam entidades objetivas e externas, absolutamente não psicológicas.

Com efeito, tanto Meinong quanto Russell, mas também Frege, mantiveram teorias da verdade como identidade. Posto de modo generalizante e um tanto grosseiro, a teoria afirma que o conteúdo de uma sentença verdadeira simplesmente é o fato que ela pretende expressar, em vez de meramente corresponder ou de algum modo se adequar a ele. Ultrapassar a concepção da verdade como correspondência era uma

manobra fundamental para superar o idealismo e habilitar uma ciência empírica. A concepção da verdade como adequação entre uma sentença e o mundo seria vítima de uma lacuna epistemológica insuperável entre a expressão de um fato e seu real conteúdo. Como poderíamos verificar a obtenção da correspondência sem supor termos um acesso externo, independente, àquilo a que uma proposição deveria corresponder? E mais, como poderíamos conhecer, descrever e especificar essas coisas, esses fatos ou estados de coisa, de modo a explicar a noção de correspondência e torná-la instrutiva?⁵ A noção de verdade como identidade eliminaria essas dificuldades propriamente idealistas descartando a imagem da ponte entre linguagem e mente de um lado, e mundo de outro. Enunciados e pensamentos verdadeiros seriam então enunciados e pensamentos que teriam as coisas mesmas como conteúdo.

1.2.4 As posições da tradição: Meinong, Frege e Russell

Interpretar o significado de nomes em termos de objetos deveria satisfazer a demanda da objetividade ou da transcendência do pensamento e ao mesmo tempo a demanda da liberdade, na medida em que a todo termo singular fosse associado um conteúdo específico. Mas como explicar nomes que nomeiam objetos que não existem e as predicções com eles compostas? Em particular, como explicar sentenças e pensamentos que negam a existência de algo? A aporia dos inexistentes seria a principal evidência em favor das várias posições mantidas pelos pensadores da tradição. Apresento nesta subseção as posições iniciais instáveis de Frege, Russell e Meinong perante o problema dos nomes vazios; posições que tiveram de ser complementadas,

⁵Nas palavras de Frege (1977, 3):

A correspondence, moreover, can only be perfect if the corresponding things coincide and so are just not different things. (...) It would only be possible to compare an idea with a thing if the thing were an idea too. And then, if the first did correspond perfectly with the second, they would coincide. But this is not at all what people intend when they define truth as the correspondence of an idea with something real. For in this case it is essential precisely that the reality shall be distinct from the idea. But then there can be no complete correspondence, no complete truth. So nothing at all would be true; for what is only half true is untrue. Truth does not admit of more and less.

desenvolvidas ou abandonadas pela tradição para tentar lidar com o problema.

Frege

Frege optou pela sugestão de eliminarmos nomes vazios de nossas teorias. Nomes vazios, afinal, só poderiam ser seriamente usados em ficções, não em teorias. (Essa seria a primeira opção de Frege, como veremos. No último capítulo apresento a solução secundária de Frege, a sugestão de que nomes vazios denotam o número 0 ou o conjunto vazio.)

A logically perfect language (*Begriffsschrift*) should satisfy the conditions, that every expression grammatically well constructed as a proper name out of signs already introduced shall in fact designate an object, and that no new sign shall be introduced as a proper name without having a referent assured. The logic books contain warnings against logical mistakes arising from the ambiguity of expressions. I regard as no less pertinent a warning against apparent proper names having no referents. The history of mathematics supplies errors which have arisen in this way. This lends itself to demagogic abuse as easily as ambiguity — perhaps more easily. “The will of the people” can serve as an example; for it is easy to establish that there is at any rate no generally accepted referent for this expression. It is therefore by no means unimportant to eliminate the source of these mistakes, at least in science, once and for all. (FREGE, 1960b, 70)

Nomes vazios não precisariam de uma semântica, pois nunca seriam usados intencionalmente senão em ficções, que não são feitas para serem levadas a sério.

Names that fail to fulfil the usual role of a proper name, which is to name something, may be called mock proper names. Although the tale of William Tell is a legend and not history, and the name ‘William Tell’ is a mock proper name, we cannot deny it a sense. But the sense of the sentence ‘William Tell

shot an apple off his son's head' is no more true than is that of the sentence 'William Tell did not shoot an apple off his son's head'. I do not say that this sense is false either, but I characterize it as fictitious. . .

Instead of speaking about fiction we could speak of 'mock thoughts'. Thus, if the sense of an assertoric sentence is not true, it is either false or fictitious, and it will generally be the latter if it contains a mock proper name. (Footnote: We have an exception where a mock proper name occurs within a clause in indirect speech.) Assertions in fiction are not to be taken seriously, they are only mock assertions. Even the thoughts are not to be taken seriously as in the sciences: they are only mock thoughts. If Schiller's *Don Carlos* were to be regarded as a piece of history, then to a large extent the drama would be false. But a work of fiction is not meant to be taken seriously in this way at all: it's all play. . .

The logician does not have to bother with mock thoughts, just as a physicist, who sets out to investigate thunder, will not pay any attention to stage-thunder. When we speak of thoughts in what follows we mean thoughts proper, thoughts that are either true false.(FREGE, 1991, 130)

Meinong

Meinong (1902), por sua vez, é famoso por ter mantido a controversa tese de que há objetos que não existem. Para Meinong, essa conclusão seria uma consequência natural da aporia dos inexistentes, embora a literatura meinongiana insiste que a solução da aporia não é o principal objetivo da teoria dos objetos de Meinong.

If anyone forms the judgment e.g. '*a perpetuum mobile* does not exist', it is clear that the object of which existence (*Dasein* is here denied, must have properties, and even characteristic properties, for without such the belief in non-existence can have neither sense nor justification; but the possession of properties is as much as to say a manner of being '*Sosein*'. This manner

of being, however, does not presuppose any existence, which is rather, and rightly, just what is denied. The same could be shown analogously about knowledge of components. By keeping in general, as has often been found helpful, to knowledge of, or the effort to know, how the object under consideration was conceived in two stages, the grasping of the object and the judging about it, it at once becomes evident that one may say: objects are grasped, so to speak, in their manner of being; what is then judged, and eventually assented to, is the being, or a further manner of being, of what is grasped in that manner of being. This manner of being, and through it that which is in this manner, is comprehensible without limitation to existence, as the fact of negative judgments shows; but to that extent our comprehension finds something given about the objects, without respect to how the question of existence or non-existence is decided. In this sense 'there are' also objects which do not exist, and I have expressed this in a phrase which, while somewhat barbarous, as I fear, is hard to better, as 'externality (*Aussersein* of the pure object'.(MEINONG, 1983)

Russell

Russell, em 1903, curiosamente, mantinha uma posição muito próxima a de Meinong em 1902 e 1904. Para o Russell de 1903, toda expressão denotativa nomearia um objeto. Ambos, juntamente com Frege, mantiveram uma atitude quase-platonista perante a objetividade do pensamento, atitude que informaria o logicismo de Frege–Russell. A posição de Russell, no entanto, diferia da de Meinong, pois afirmava que objetos inexistentes, não obstante não existirem, teriam ainda privilégio de *serem*. Meinong e os meinongianos, por sua vez, reconhecem objetos que não são, nem existem. Mas a posição de Russell também, como a de Meinong, também não é propriamente realista, uma vez que não afirma a existência de criaturas fantásticas, números, etc. Pelo contrário. Russell (, 449–550) expõe sua teoria nessa famosa passagem:

Being is that which belongs to every conceivable term, to every possible object of thought—in short to everything that can possibly occur in any proposition, true or false, and to all such propositions themselves. Being belongs to whatever can be counted. If *A* be any term that can be counted as one, it is plain that *A* is something, and therefore that *A* is. “*A* is not” must always be either false or meaningless. For if *A* were nothing, it could not be said not to be; “*A* is not” implies that there is a term *A* whose being is denied, and hence that *A* is. Thus unless “*A* is not” be an empty sound, it must be false—whatever *A* may be, it certainly is. Numbers, the Homeric gods, relations, chimeras and four-dimensional spaces all have being, for if they were not entities of a kind, we could make no propositions about them. Thus being is a general attribute of everything, and to mention anything is to show that it is.

Existence, on the contrary, is the prerogative of some only amongst beings. To exist is to have a specific relation to existence—a relation, by the way, which existence itself does not have. This shows, incidentally, the weakness of the existential theory of judgement—the theory, that is, that every proposition is concerned with something that exists. For if this theory were true, it would still be true that existence itself is an entity, and it must be admitted that existence does not exist. Thus the consideration of existence itself leads to non-existential propositions, and so contradicts the theory. The theory seems, in fact, to have arisen from neglect of the distinction between existence and being. Yet this distinction is essential, if we are ever to deny the existence of anything. For what does not exist must be something, or it would be meaningless to deny its existence; and hence we need the concept of being, as that which belongs even to the non-existent.

1.2.5 “Nomes vazios” e o realismo

O modo como escolhi nomear o problema — “nomes vazios” — assume o ponto de vista de um dos pólos de resolução do problema: o ortodoxo. Não é possível nomear ou enunciar o problema sem assumir no nome ou no enunciado um modo de interpretar o fenômeno e de resolver o problema. Optei pelo nome padrão “nomes vazios” porque representa a maior parte da literatura sobre o tema, literatura que remota à metaontologia Frege, Russell e Quine. Do ponto de vista ortodoxo, o problema em questão — que só pode ser explicado de modo neutro com exemplos (i.e. extensionalmente) — aparece como uma ameaça para o realismo. Como ficará claro, podemos enumerar outras quatro principais perspectivas sobre o problema, dentro das quais o fenômeno representa a crise de outros valores filosóficos. Nesta subseção, tento evocar o problema em uma de suas cinco faces, enquanto o problema dos nomes vazios.

Em contraste com Meinong, Frege e Russell conceberam a teoria das predicções, segundo a qual nomes seriam sempre associados a objetos, com duas importantes restrições: que esses objetos existissem e que existissem em um e somente um sentido. Ou seja, que a existência cobrisse toda categoria das coisas ou dos objetos e que o verbo existir fosse interpretado como unívoco. Na semântica fregeana, o valor de verdade das predicções seria uma função, desempenhada pelo predicado, do objeto referido pelo sujeito singular. Associar a verdade ou a falsidade das sentenças à denotação dos nomes servia precisamente para associar o significado dessas expressões à análise da verdade, mas isso só faria sentido suposto que os nomes denotassem objetos reais. Isso tanto porque, por um lado, objetos inexistentes não poderiam servir de objetos em nenhum sentido razoável, dado que não existem, quanto porque a verdade deveria explicar e ser explicada pela realidade. Só uma noção degenerada e idealista de verdade poderia estar fundada no que não existe. Somente o real poderia hospedar a objetividade.

A belíssima concepção de espírito realista da verdade como identidade com o real conduziria a suas próprias dificuldades, naturalmente. A principal delas possui duas dimensões, uma geral e uma singular, uma proposicional ou predicacional e outra objetual, uma *de dicto* e outra *de re*, sendo que a segunda dimensão é a que diretamente

nos interessa neste trabalho. Se uma sentença verdadeira deveria ser idêntica a um fato, se seu conteúdo consistiria em um fragmento da realidade, então em que deveria consistir o conteúdo de uma sentença quando falsa? Em fatos que não existem? Mas como, se não existem? Ou seja: se uma predicação verdadeira expressa o fato ou o pensamento ou objetivo de que um certo objeto satisfaz um certo predicado, então em que consiste o conteúdo de uma predicação que predica falsamente um objeto? Essa é a dimensão proposicional do problema: o que seriam o conteúdo de sentenças falsas se verdade é identidade? O problema ao nível objetual é o próprio problema dos nomes vazios: se o objeto de uma predicação verdadeira é um objeto real, em que consiste uma predicação sobre o que não existe? Em que consiste sua falsidade? Mas também: em que consiste a verdade de uma predicação sobre o que não existe, se é que há tal coisa, como quando, por exemplo, atribuímos inexistência a Pégaso? Na medida em que é um problema próprio de semânticas realistas, que pretendem explicar a conexão entre verdade, significação e realidade, o problema dos nomes vazios é também um problema que surge no interior do projeto da conjugação da liberdade e da transcendência do pensamento.

Se a função última de um nome é servir à explicação das condições de verdade de predicções, e assim à explicação da relação da noção de verdade para o discurso singular, então já sabemos que tipo de problema constituem os termos singulares vazios. Termos vazios são termos reconhecidamente singulares, mas que, sabidamente, não denotam um objeto real. Então a ameaça que um termo singular vazio representa é frustrar a explicação intuitiva e generalizada do que é para uma sentença singular, *qualquer* sentença singular, ser verdadeira ou falsa. Nesse sentido, o problema dos nomes vazios representa a ameaça da impossibilidade de se fabricar uma semântica geral e orientada a objetos para linguagens que contenham nomes e predicados. O problema dos nomes vazios pode então ser recolocado assim: a nossa explicação predileta das condições de verdade de sentenças singulares, qual seja, como estou chamando, a semântica objetualista, é incapaz de interpretar completa e sistematicamente uma linguagem em que sejam admitidos termos singulares vazios. Como toda linguagem natural é sujeita à introdução de novos nomes e como nomes que não denotam coisas reais são introduzidos

tanto intencionalmente, como quando fazemos ficção, quanto sem querer, quando nos equivocamos, então o problema dos nomes vazios representa na realidade a inviabilidade do projeto de se interpretar linguagens naturais a partir de uma semântica que analisa condições de verdade de sentenças singulares nos termos de objetos, denotação e satisfação da semântica interpretacional fregeana. O problema se revela ainda mais radical se assumimos também que qualquer análise da estrutura subsentencial de sentenças declarativas envolverá necessariamente as categorias sintáticas de nome e predicado.

Segundo a ortodoxia, falar do que existe é uma condição necessária para se falar verdadeiramente. Segundo a intuição que rege as teorias realistas da verdade, incluindo as teorias clássicas ou aristotélicas da predicção, o valor de verdade de um enunciado deve responder à adequação ou inadequação de conteúdo que ele expressa em relação ao mundo. Segundo essa intuição, todo enunciado avaliável, isto é, todo enunciado que possui condições de verdade, é um enunciado sobre um objeto ou sobre um conjunto de objetos discrimináveis, conforme são enunciados singulares ou gerais. A sentença singular “Machado de Assis é brasileiro” possui condições de verdade somente porque é sobre Machado de Assis, um objeto que satisfaz ou não o predicado “brasileiro”. A sentença geral “Todo carioca é brasileiro”, analogamente, é avaliável porque é sobre o conjunto dos cariocas, que são ou não todos eles brasileiros. Além disso, ambas as sentenças possuem um e somente um valor de verdade, porque, supõe-se, são sobre objetos completamente determinados e consistentes. Teorias realistas da verdade, em particular a teoria da verdade como correspondência, são também, pois, teorias bivalentes da verdade.

Essa é a dimensão mais profunda do problema. Ele inviabiliza a análise orientada a objetos da relação entre linguagem, pensamento e mundo. Se aceitarmos que o realismo é a qualidade das filosofias que concedem algum tipo de independência do verdadeiro e do real em relação às nossas práticas epistêmicas, então é possível notar que o problema dos nomes vazios é próprio do paradigma realista. Como a teoria mais tradicional da verdade, a teoria da verdade como correspondência entre sentenças e fatos ou estados

de coisa, depende tipicamente de uma análise objetualista da linguagem de predicados, e como essa teoria da verdade é base de todo realismo tradicional, então um dos modos fundamentais de compreensão do problema dos nomes vazios é como o desafio por excelência de todo realismo tradicional, de toda filosofia que dependa de uma semântica que explica verdade, em última instância, em termos de objetos existentes.

1.3 A evidência de predicacões vazias

1.3.1 Exemplos

Para apresentar o problema, acredito ser ideal trazer a tona a diversidade de ocorrências de nomes vazios em sentenças de linguagem corrente. Note que chamo de sentenças e de expressões enunciados e expressões de linguagem natural, em contraste com os correlatos formais: fórmulas e termos. Expressões singulares são expressões que *parecem* se comportar como *nomes* ou termos singulares, termos lógicos cuja função semântica é referencial. Desse modo, chamo de expressões singulares nomes próprios, descrições definidas, indexais e demonstrativos. Sentenças compostas com nomes vazios eu chamarei de sentenças (singulares) vazias. Observe alguns exemplos (retirados da literatura filosófica) de sentenças vazias:

1. Sherlock Holmes mora em Baker Street
2. Pégaso é um cavalo alado
3. Os gregos antigos acreditavam em Zeus
4. Zeus não é Allah
5. O círculo quadrado é o círculo quadrado
6. $2 + 2 = 4$
7. Bosch pintou uma imagem do inferno
8. Se Vulcano existe, então sua órbita afeta a de Mercúrio
9. Ironicamente, um certo detetive fictício é mais famoso que qualquer detetive real
10. Vulcano não existe

Como quaisquer expressões singulares, nomes vazios ocorrem em diferentes tipos de predicções: simples, como em (1), definicionais, como em (2), como parte de predicados intencionais, como em (3), assim como em identidades não triviais, como (4), e triviais, como (5) e (6). Nomes vazios também ocorrem em predicções muito especiais de inexistência, como em (10), as chamadas sentenças singulares existenciais negativas, que dão origem à famosa barba de Platão. Sentenças como as acima são regularmente enunciadas em linguagem natural e são sentenças que muitos estão dispostos a assumir como singulares e vazias e até mesmo verdadeiras em contextos informais. A realidade do problema depende dessa aparência de que essas expressões e as sentenças com elas compostas são, ao mesmo tempo, singulares e vazias, isto é, predicções sem objeto real.⁶⁷

1.3.2 Um critério de singularidade

Tentei explicar que uma predicção genuína combina um termo geral e um termo singular e é verdadeira ou falsa conforme o termo geral é verdadeiro ou falso sobre

⁶Sentenças singulares são, em geral, predicções, de modo que esses dois nomes serão utilizados de modo indistinto. Note porém, que fórmulas atômicas do tipo Pa , onde P é um símbolo de predicado e a é um nome, também são chamadas predicções, mas são predicções lógicas, logo não sentenças no sentido definido acima. Exceções à equivalência de sentenças singulares e predicções talvez sejam os casos de sentenças de identidade, como “Héperos é Fósforos” e gerais com identidade, como “Existe uma estrela da tarde e ela é Fósforos”. Nesses casos, uma expressão singular aparece no lugar de uma geral como complemento do verbo, formando um predicado singular. É normal então tratar a identidade como um predicado diádico, ou uma relação de duas posições. Para simplificar, contudo, sempre que possível, estou considerando a princípio a identidade e o termo da direita como um predicado simples. Ou seja, em uma identidade como “Héperos é Fósforos”, trato “Héperos” como nome e “é Fósforos” como predicado. Para me referir a essas sentenças as chamo normalmente de sentenças ou asserções de identidade e sentenças gerais ou quantificadas com identidade.

⁷Uma outra condição para problema é que essas expressões e logo essas sentenças sejam mesmo significantes, isto é, tenham significado, conteúdo semântico. Ora, o teste de significatividade é muito simples. Se algo é comunicado por meio dessas expressões, então elas têm significado. Concluir que sentenças vazias não têm sentido e logo não são nem verdadeiras nem falsas é uma solução rápida para o problema, mas consiste em um semântica extremamente pobre para linguagens naturais, além de ser uma forma desonesta e preguiçosa de se fazer filosofia. Não conheço nenhuma teoria segundo a qual sentenças vazias não têm significado no sentido de nada comunicarem. É verdade que Frege e Strawson mantiveram que sentenças vazias como as acima não são verdadeiras nem falsas, mas cada um por uma razão diferente, e nenhum supôs que elas não significam nada na prática. Neste texto eu não considero essa alternativa.

o objeto nomeado pelo termo singular. Vimos que a teoria tradicional da predicação acompanhada da restrição existencial não se aplica a predicacões vazias. Mas como sabemos se uma sentença em linguagem natural é realmente uma predicacão? Isto é, como sabemos se ela combina um termo geral e um singular conforme a teoria em primeiro lugar?

Tradicionalmente, determinar a forma lógica de uma sentença consiste em explicar suas condições de verdade. O problema das predicacões vazias é precisamente que predicacões têm como pressuposto formal a existência de seu objeto. Determinar a forma lógica de uma sentença da linguagem natural e a função lógica de cada um de seus termos é o papel do que se chama de semântica para uma dada linguagem natural. Estou chamando essa semântica natural também de gramática. Nem sempre é claro que tipo de função semântica desempenha uma certa expressão presente em linguagens naturais. Conseqüentemente, nem sempre é claro que tipo de forma lógica tem uma sentença e, portanto, quais são suas condições de verdade. Isso quer dizer que conhecer a forma lógica de uma sentença é também saber se ela de fato representa um problema para uma dada semântica das predicacões.

Testar se uma sentença singular é vazia é mais fácil. Predicacões vazias são sentenças compostas com expressões singulares que não denotam objeto algum. O teste mais natural para se mostrar que uma sentença é vazia é construir uma sentença que predica o termo singular com o predicado de existência. Por exemplo, para mostrar porque pensamos que “Pégaso” é um termo vazio e logo que a sentença “Pégaso é um cavalo alado” é uma sentença vazia, construímos a sentença “Pégaso não existe”. Se a sentença for informalmente considerada verdadeira, então o termo e a sentença são vazios. É claro, o coração do problema dos nomes vazios consiste justamente em que essa sentença não pode ser avaliada formalmente, se sua forma lógica for predicacional. Então como determinar a forma lógica de uma sentença?

Provavelmente o teste mais intuitivo para distinguir uma sentença singular e predicativa de uma geral e quantificada é submetê-la a um teste envolvendo o escopo da negação. Em uma predicacão genuína, assim supõe-se, a negação interna do predi-

cado tem o mesmo efeito sobre o significado da predicação que a negação externa da própria predicação. Por exemplo, “Sócrates é justo” pode ser negada de dois modos: internamente, “Sócrates é injusto”, onde negamos o predicado; e externamente, “Não é o caso que Sócrates é justo”, onde negamos a própria sentença. Assumindo uma lógica de primeira ordem clássica, ambas as negações afetam o significado da sentença do mesmo modo. Compare com a sentença quantificada “Todos os gregos são mortais”. Se negada internamente, temos a sentença “Todos gregos são imortais”. Se negada externamente “Nem todos os gregos são mortais”. A segunda sentença é equivalente a “Alguns gregos são mortais”, uma sentença diferente em significado, e logo em condições de verdade. A diferença no escopo da negação é fundamental para sentenças gerais, mas não é para predicções. Isso quer dizer o seguinte: quando negamos uma predicação interna ou externamente, produzimos sua contraditória; mas quando negamos uma sentença geral externamente só produzimos sua contrária. Com efeito, isso se manifesta na sintaxe da lógica de predicados, em que a negação de um predicado só pode aparecer em uma posição. Tomemos então uma sentença aparentemente singular e vazia. Digamos, “Pégaso é um cavalo alado”. Obviamente, o fato de que Pégaso é um nome sem denotação real não compromete o fato de que as duas negações têm o mesmo efeito sobre o significado da sentença. Pégaso é um não cavalo alado se e somente se não é o caso que ele é um cavalo alado. O teste pode ser repetido para qualquer sentença singular vazia ordinária. É claro, sentenças com verbos intensionais se comportam de modo especial, mas estamos ignorando esses casos por enquanto.

1.3.3 A irrelevância de um critério de existência

Não é óbvio qual deve ser a resposta à pergunta ontológica. Em geral, concordamos amplamente sobre o que existe: carros, cadeiras, artefatos, astros, tipos naturais como a água, as plantas etc. Provavelmente, podemos mesmo arriscar elencar uma série de características que marcam, grosso modo, o que concordamos existir: eficácia causal, concretude, independência da mente, pertencimento ao presente etc. Essas qualidades podem parecer tanto necessárias quanto suficientes para existência. Em geral,

acreditamos também que certos tipos de coisas são caracteristicamente inexistentes: as fictícias, as oníricas, as mitológicas, as imaginárias, as epifenomênicas, as impossíveis. Mas há uma série de coisas que parecem habitar o interstício entre a existência e a inexistência. Exemplos típicos são os objetos matemáticos, os indivíduos do passado e do futuro e também personagens, que muitas vezes pleiteiam a existência. Essas são coisas que parecem satisfazer condições suficientes para existir sem satisfazer as necessárias. Números não tem poder causal, mas suas propriedades são estudadas há milênios; personagens, presumivelmente, são concretos (ou será Sherlock Holmes abstrato como os números?), mas não estão em lugar algum; indivíduos do futuro são idênticos a si mesmos, mas não entram em relações causais e parecem depender da mente.

Para responder a pergunta ontológica precisaríamos de um critério de existência. Um critério de existência, idealmente, revela que condições uma coisa tem de satisfazer para existir, assim como que condições só as coisas que existem satisfazem. E o modo mais natural de se entender essas condições é em termos de qualidades ou propriedades. Acontece que se já não soubermos, independentemente, que objetos existem, a busca por um critério se revela completamente inútil. Ao mesmo tempo, não podemos simplesmente arbitrar um critério. Afinal, não temos a última palavra sobre o que existe.

Mas suponhamos que fôssemos capazes de decidir, segundo algum procedimento, por um critério de existência. Isso de algum modo resolveria ou elucidaria o problema dos nomes vazios? Acredito que não. Pelo contrário, uma vez admitido um critério de existência, também é admitido haver nomes que não referem a objetos reais. Por exemplo, se o critério de existência é concretude, então o problema resta para todos os nomes de entidades abstratas; se o critério é atualidade, o problema resta para os nomes de coisas meramente possíveis, e assim por diante. Para todo critério é possível tentar referir àquilo que, segundo o critério, não existe. Se podemos de fato usar os nomes dessas entidades de modo realmente singular, essa é outra questão.

1.3.4 Os diferentes casos de falha de referência

Ainda assim, vale-se perguntar se todas as categorias de nomes vazios representam o fenômeno do mesmo modo. Há várias tentativas locais de solução. Com base na apresentação de Sainsbury (2005, 87–88), podemos separar os tipos de nomes vazios do seguinte modo:

1. Nomes ficcionais (“Bentinho”, “Holmes”)
2. Nomes de coisas que se pensou existir (“Vulcano”, “Atlântida”)
3. Nomes de coisas do passado (“B. Russell”, “J. S. Bach”)
4. Nomes de coisas envolvidas em disputa empírica de existência (“Homero”)
5. Nomes de coisas envolvidas em disputa metafísica de existência (Propriedades, entidades matemáticas)

Nomes de personagens de ficção parecem ser tanto singulares quanto vazios, mas isso não é tão preciso. Nomes utilizados fora da ficção para referir a personagens de uma estória são tipicamente tidos como singulares, mas não é claro que sejam vazios. Teorias como a de Thomasson (1999) defendem um realismo quanto a personagens como entidades abstratas. Bentinho, segundo uma teoria assim, seria um artefato abstrato criado por Machado de Assis, e possui propriedades como ter sido criado por um autor brasileiro, ser um famoso personagem da literatura machadiana e de ser idêntico a si mesmo. Bentinho enquanto personagem criado, existe no mesmo sentido que qualquer coisa real. Por outro lado, o personagem que dentro da estória casou-se com Capitu e não queria ser padre, esse não existe, não morou no Rio de Janeiro nem casou, exceto dentro da estória. “Bentinho”, como usado no livro, certamente é uma expressão que não denota coisa alguma; mas se um nome é uma expressão que pretende referir, então está longe de ser evidente que “Bentinho” realmente funcione como um nome dentro do livro. Autores de ficção não usam “nomes” de personagens para referir, mas somente para fingir referir. Ou seja, talvez nomes vazios ficcionais fora das narrativas não sejam, afinal, vazios e, dentro delas, talvez sejam fictícios.

Em segundo lugar, há nomes de coisas que pensávamos existir. O exemplo clássico na literatura, também abordado por Sainsbury, é o de Vulcano. Le Verrier e outros pesquisadores, durante alguns meses, teriam usado o nome “Vulcano” acreditando referir a um planeta que causava alterações na órbita de Mercúrio. Mas casos de entidades matemáticas também podem ser citados, supondo que existam em primeiro lugar. Além de nomes científicos, nomes de figuras e deuses mitológicas também entram nessa categoria. Uma sugestão contra a visão de que “Vulcano” fora utilizado por Le Verrier como um nome genuíno vem das teorias metalinguísticas. Segundo essas teorias, nesses exemplos, os nomes “vazios” não eram realmente nomes, mas abreviações de descrições definidas ou de expressões como “‘Vulcano’ não é vazio”. Mas o que é interessante sobre esses casos é o fato aparente de que, quando descobrimos que um nome que pensávamos referir não refere a coisa real alguma, o seu significado aparente não muda, nem mudam, supõe-se, sua função semântica nessas sentenças e a forma lógica destas.

A terceira classe de nomes vazios é a de coisas do passado. Pode-se argumentar que nomes como “Russell” não são enunciados em contexto normal, mas que um contexto temporal é sempre presente ainda que implicitamente, em asserções conjugadas no passado. Quando dizemos “Russell é um filósofo”, dizemos na verdade “No passado, Russell foi um filósofo”. Negativas existenciais envolvendo objetos do passado, como “Russell não existe” poderiam ser parafraseadas em sentenças como “Russell não existe *agora*”. É razoável dizer que Russell não é inexistente como Pégaso o é. Pégaso não existe *realmente*, gostaríamos de dizer, enquanto Russell talvez seja em algum sentido real. Mas o que esses casos realmente mostram é que o fenômeno dos nomes vazios é mais comum do que poderia parecer. Certamente, não deixamos de poder referir a um indivíduo por conta do evento de sua morte. Mas isso mostra que o fenômeno da referência não pode ser explicado com apelo à concretude do objeto referido, cujo corpo pode muito bem deixar de existir. Nem parece plausível reconstruir Russell artificialmente como um objeto abstrato. Já é difícil explicar a referência a coisas concretas que não existem mais, quanto mais explicar o que seria referir a versões abstratas desses indivíduos. Essa classe de nomes vazios sugere que a referência é um fenômeno

independente de haver ou não um referente. Não podemos reconstruir Russell de modo realista, mas também não podemos supor haver ainda um objeto concreto. Essa intuição está por trás de várias teorias contemporâneas, e é particularmente compatível com as lógicas livres. Essa intuição também figura de modo decisivo no pensamento de Wittgenstein (1994), que se baseia no experimento com a morte de Mr N.N., no parágrafo 40, para defender a idéia de que o significado de uma expressão é estabelecida pelo seu uso, em oposição a uma referência efetiva a um objeto.

Com respeito à quarta classe de nomes, pode-se sempre argumentar que eles existem. Essa é a posição estrito senso realista. Realismos locais que afirmam a existência das denotações de um certo registro de nomes normalmente assumem um realismo por uma demanda explanatória. Quine, Putnam e Inwagen são autores conhecidos por manter posições realistas quanto a números por conta do argumento da indispensabilidade. Segundo o argumento, simplificando, o critério de compromisso ontológico de Quine sugere que estamos comprometidos com as entidades cuja a existência é necessária para que as sentenças em que acreditamos sejam verdadeiras. Supondo (condicionalmente) que precisamos explicar a verdade das teorias matemáticas e como não podemos parafraseá-las de modo ficcionalista, então precisamos supor que entidades matemáticas são reais, como explica Stokes (2005, 101–104). Mas então os nomes dessas entidades não são exemplos de nomes vazios afinal de contas. Uma resposta contra o argumento ontológico da indispensabilidade é, naturalmente, ficcionalista e vai no sentido de dizer que não precisamos supor que essas teorias sejam literalmente verdadeiras para utilizá-las para representar o mundo, como sugere Melia (2000) Talvez teorias matemáticas sejam verdadeiras no sentido de serem enunciados “conforme a matemática padrão . . .”, como no ficcionalismo de Field (1980).

O quinto tipo de nomes vazios é, segundo Sainsbury, a categoria mais contundente. Se não houvesse nomes vazios inteligíveis, a questão da existência de Homero seria na verdade sobre se “Homero” é inteligível. Novamente, o fato de que tais nomes significam é uma condição para que questionemos se são ou não vazios em primeiro lugar. A dúvida, como quando pensamos em um objeto imaginário, sugere que a existência de

um referente real não é uma condição necessária para que nomes tenham conteúdo.

Por último, é necessário trazer à tona o caso das existenciais negativas. Mesmo que cada uma dessas explicações alternativas sejam consistentes ou mesmo necessárias em contextos ou registros específicos, predicções existenciais negativas mostram que nenhuma redução local do problema pode esgotá-lo. Sentenças como “Curupira não existe” são predicções gramaticais típicas que não estão inseridas em contexto temporais, hipotéticos, narrativos, intencionais, etc. Ao mesmo tempo, apelam para a intuição anti-realista, mirando a estratégia artificial de se postular entidades abstratas. Em um sentido muito importante, a questão toda dos nomes vazios reside na disputa sobre a semântica do verbo “existe”. Isto é, na disputa sobre se “existe” é ou não um predicado. Consequentemente, reside na disputa sobre a abrangência da categoria dos objetos.

1.3.5 Termos gerais vazios

Já sabemos por que a teoria tradicional da predicação restrita encontra problemas com nomes próprios. Que função um nome normal desempenha ao denotar um objeto real, e que um nome vazio, que não denota objeto real algum, deixa de desempenhar? Ora, se o significado de um termo singular é um objeto, então nomes vazios como “Pégaso” ou “O maior número primo”, que não referem a nada real, não teriam significado, mas eles têm. Então uma predicação vazia, por exemplo, “Pégaso é um cavalo alado”, assim como sua contraditória, “Pégaso não é um cavalo alado”, seriam ambas nem verdadeiras nem falsas.

Mas o mesmo não acontece com termos gerais vazios? Assim como nomes, predicados também podem pretender ser verdadeiros sobre coisas que não existem. Por exemplo, “vacas carnívoras”. Não há vacas carnívoras. O que deveria servir de significado para essa expressão? E o que dizer de sentenças como “Vacas carnívoras são perigosas”? São verdadeiras ou falsas? Não seria a diferença entre termos singulares e gerais meramente quantitativa? Enquanto um nome se pretende verdadeiro ou falso

quanto a um objeto, um predicado deve ser verdadeiro ou falso quanto a vários. E nesse caso não seria o problema dos nomes vazios também o problema mais geral dos termos vazios? A posição da tradição de Frege, Russell e Quine é distinguir firmemente as duas situações.

We must here keep well apart two wholly different cases that are easily confused, because we speak of existence in both cases. In one case the question is whether a proper name designates; names, something; in the other whether a concept takes objects under itself. If we use the words 'there is a —' we have the latter case. Now a proper name that designates nothing has no logical justification, since in logic we are concerned with truth in the strictest sense of the word; it may on the other hand still be used in fiction and fable.(FREGE, 1960a, 104)

Enquanto nomes seriam, nos termos tradicionais, expressões completas, pois denotam objetos, predicados são expressões incompletas, que precisam de um objeto para retornar um valor. Uma predicação composta de nomes e predicados sempre possui, em uma dada interpretação, um valor de verdade determinado. Ou o referente do nome satisfaz ou ele não satisfaz a predicação. Sentenças como “Todos as vacas carnívoras são perigosas” ou ainda “Algumas vacas carnívoras são perigosas”, por sua vez, são sentenças cujo sujeito é um termo geral quantificado, são sentenças gerais. E em contraste com predicções, sentenças gerais não possuem valores determinados, mas são antes o que Russell chamou de funções proposicionais. Funções proposicionais são verdadeiras ou falsas conforme as instâncias de substituição de suas variáveis por uma constante, um nome propriamente dito, produzem ou não predicções verdadeiras. Isso ficará claro no próximo capítulo. Ou seja, dado que F e G são predicados, uma sentença da forma “Todos os F são G ” será verdadeira se cada uma das coisas que são F são também G ; e uma sentença da forma “Algum F é G ” será verdadeira se pelo menos uma das coisas que é F é também G . É importante entender aqui que sentenças gerais não pressupõem a existência de objetos para serem completas e serem avaliáveis por seu valor de verdade. No caso da quantificação particular, “Algum F é

G ”, assim como a negativa interna, subcontrária, “Algum F não é G ”, são quantificações representadas como quantificações existenciais compostas com conjunção (“e”): “Existe um x tal que x é F e x (não) é G ”. Quantificações existenciais, em vez de pressupor a existência de um objeto, a afirma, e é verdadeira ou falsa conforme existe ou não existe um objeto assim descrito. Já uma quantificação universal, “Todos os F são G ”, assim como sua negativa externa, contrária, “Nenhum F é G ”, são quantificações representadas como quantificações compostas com um operador de condição material (“se . . . então”): “Para todos os x , se x é F , então x (não) é G ”. Quantificações universais também não pressupõem existência, mas a afirmam condicionalmente: se existe algo que é assim, então ele também é assim e assado. Então é fácil ver por que na interpretação moderna dos quantificadores, termos gerais vazios não constituem uma dificuldade. Isso também será o caso quando se tratar de predicções gramaticas de inexistência quanto a termos gerais: “Vacas carnívoras não existem”, por exemplo, são simplesmente representadas como “Não existe um x tal que x é uma vaca carnívora”, onde a existência de uma vaca carnívora não é pressuposta, mas sim afirmada, de modo que a inexistência de uma vaca assim naturalmente falsifica a sentença.

1.4 A inconsistência na teoria modelo

1.4.1 Os cinco princípios da teoria modelo

O problema dos nomes vazios manifesta sua profundidade somente se reconhecemos as várias teses e intuições que o problema põe em suspensão. Eu proponho trazer cinco a tona. Desse modo, digo que a composição das cinco teses é uma condição necessária para a manifestação do problema e que abrir mão de qualquer uma das quatro teses é suficiente para se solucionar o problema dos nomes vazios (ou ao menos adiá-lo, o que é mais certo, convertendo-o em outro impasse menos grave).

A teoria modelo é composta com cinco princípios responsáveis pela explicação modelo do modo como os nomes significam e das condições de verdade de uma predicção. Os cinco princípios podem ser encontrados na literatura tradicional em diferentes formas.

Elas não são encontradas juntas contudo, precisamente porque levam ao problema dos nomes vazios. Exceto, acredito, em Mill (1882), de onde podemos extrair quase a própria teoria modelo.

Nomes vazios quebram a cadeia explanatória da teoria modelo. Se as cinco teses fossem mantidas simultaneamente teríamos uma teoria composta com as visões predominantes em cinco debates, mas a manutenção simultânea das teses é assombrada pelo fantasma dos nomes vazios. Note que a teoria modelo não é defendida ou apresentada nos termos em que vou apresentar. Ela deve ser vista como uma teoria artificial, resultante da composição de cinco teses dominantes em diferentes debates. As cinco soluções que apresento no terceiro capítulo para o problema dos nomes vazios são habilitadas cada uma pela recusa de um e somente um dos cinco princípios. Ou seja, cada teoria será caracterizada pela adoção de quatro desses princípios e pela negação de um quinto. Desse modo, a teoria modelo também pode ser gerada com a interseção das teorias subjacentes às cinco soluções que serão apresentadas.

1.4.2 Princípio de singularidade

(1) *Princípio de singularidade*: há nomes próprios ou descrições definidas que não denotam objetos reais normais e que são puramente referenciais. Segundo o princípio, expressões gramaticalmente singulares, como nomes próprios, descrições definidas, demonstrativos e indexicais, devem ser interpretados como termos singulares, isto é, constantes individuais. A aparente singularidade dessas expressões, incluindo as vazias, deve ser irreduzível a termos descritivos por uma análise ficcionalista. É nesse sentido que esse princípio garante a condição gramatical dos termos vazios.⁸ Ele garante que mesmo esses sejam traduzidos para a linguagem de predicados como constantes individuais, cuja função lógica é a da referência, passando a bola do impasse para as

⁸Chamo aqui de teoria gramatical de uma classe de expressões uma teoria que oferece as condições de interpretação da função semântica de expressões de uma linguagem natural. Uma regra gramatical, pois, neste sentido que nos concerne, é uma regra para se determinar o modo como uma dada expressão contribui para a verdade ou falsidade de uma sentença. A condição gramatical de surgimento do problema dos termos vazios é que algumas expressões vazias do fragmento de linguagem natural a ser interpretado sejam interpretadas como termos singulares.

camadas de cima. Uma vez que a forma lógica de uma sentença é determinada por uma função desempenhada pelos seus termos, então o princípio também dita sobre a forma lógica de sentenças compostas com expressões singulares. Segundo o princípio, elas devem ser interpretadas literalmente, como predicacões. Sua forma lógica deve ser levada a sério, sendo ou não predicacões vazias.

Mill garante o princípio de singularidade com a tese de que nomes próprios são expressões singulares puramente denotativas, em oposição a termos gerais concretos, por exemplo, que seriam conotativos.

A non-connotative term is one which signifies a subject only, or an attribute only. A connotative term is one which denotes a subject, and implies an attribute. By a subject is here meant any thing which possesses attributes. Thus John, or London, or England, are names which signify a subject only. Whiteness, length, virtue, signify an attribute only. None of these names, therefore, are connotative. But white, long, virtuous, are connotative. The word white, denotes all white things, as snow, paper, the foam of the sea, etc., and implies, or in the language of the schoolmen, connotes, the attribute whiteness.

(...)

Proper names are not connotative: they denote the individuals who are called by them; but they do not indicate or imply any attributes as belonging to those individuals. When we name a child by the name Paul, or a dog by the name Cæsar, these names are simply marks used to enable those individuals to be made subjects of discourse. It may be said, indeed, that we must have had some reason for giving them those names rather than any others; and this is true; but the name, once given, is independent of the reason. (MILL, 1882, 39–40)

1.4.3 Princípio de denotatividade

(2) *Princípio de denotatividade*: todo termo singular denota algo. O princípio afirma que termos singulares, isto é, constantes individuais, devem ser interpretados em termos de uma única categoria semântica: objetos. Termos singulares são conceitos individuais, cuja extensão é um indivíduo. O princípio é a base da semântica referencialista de Quine, na qual os quantificadores recebem uma leitura objetual em vez de, por exemplo, substitucional. O princípio de singularidade assegura que expressões singulares sejam traduzidas como termos singulares em uma semântica interpretacional. Já o princípio de denotatividade assegura que a cada um desses termos seja associado um objeto por meio de uma função de denotação. É nesse sentido que o princípio garante a condição semântica do problema dos nomes vazios. Uma vez recebidos termos singulares aparentemente vazios a partir do princípio de singularidade, o princípio de denotatividade garante que a esses termos seja associada uma extensão que signifiquem, pois, por denotação.

All names are names of something, real or imaginary; but all things have not names appropriated to them individually. For some individual objects we require, and consequently have, separate distinguishing names; there is a name for every person, and for every remarkable place. Other objects, of which we have not occasion to speak so frequently, we do not designate by a name of their own; but when the necessity arises for naming them, we do so by putting together several words, each of which, by itself, might be and is used for an indefinite number of other objects; as when I say, *this stone*: “this” and “stone” being, each of them, names that may be used of many other objects besides the particular one meant, though the only object of which they can both be used at the given moment, consistently with their signification, may be the one of which I wish to speak. (MILL, 1882, 33)

1.4.4 Princípio de objetualidade

(3) *Princípio de objetualidade*: os referentes dos termos singulares são objetos normais e não, por exemplo, as idéias desses objetos. Como veremos, esses princípios operam na semântica da lógica de predicados clássica, em particular na sua versão referencialista *standard*, ditando não somente o valor das constantes individuais mas ditando, em última instância, o modo como toda lógica de predicados deve ser entendida. A linguagem é gerada de modo recursivo, sendo que as fórmulas são construídas composicionalmente a partir de suas partes componentes, e que o valor semântico de sentenças é um valor de verdade. Ora, fórmulas atômicas podem ser entendidas como resultados de funções (predicados) que recebem como argumentos objetos individuais; quantificações, porque abrangem precisamente o conjunto de objetos denotados pelo conjunto das constantes individuais, recebem um conjunto desses mesmos objetos como argumento. Objetos constituem, desse modo, o *domínio*, de toda função proposicional. O princípio de objetualidade afirma que esses objetos são os referentes normais dos nomes da linguagem. Somente esses objetos poderiam arcar com a teoria correta das condições de verdade de um enunciado. Não é a idéia do Sol que se diz quente no enunciado “O Sol é quente”; é o próprio Sol.

Are names more properly said to be the names of things, or of our ideas of things? The first is the expression in common use; the last is that of some metaphysicians, who conceived that in adopting it they were introducing a highly important distinction. The eminent thinker, just quoted, seems to countenance the latter opinion. (. . .)

If it be merely meant that the conception alone, and not the thing itself, is recalled by the name, or imparted to the hearer, this of course can not be denied. Nevertheless, there seems good reason for adhering to the common usage, and calling (as indeed Hobbes himself does in other places) the word sun the name of the sun, and not the name of our idea of the sun. For names are not intended only to make the hearer conceive what we conceive, but

also to inform him what we believe. (. . .) It seems proper to consider a word as the name of that which we intend to be understood by it when we use it; of that which any fact that we assert of it is to be understood of; that, in short, concerning which, when we employ the word, we intend to give information. Names, therefore, shall always be spoken of in this work as the names of things themselves, and not merely of our ideas of things. (MILL, 1882, 30–31)

1.4.5 Princípio de univocidade

(4) *Princípio de univocalidade* ou monorrealidade: só há um modo de existir. O princípio afirma que o conjunto dos objetos constituem uma categoria unitária, captada por um único tipo de quantificador. Ou seja, afirma que o significado do quantificador \exists é o mesmo quando quantifica diferentes conjuntos de objetos. Uma expressão é dita unívoca quando seus vários usos têm um mesmo sentido. Em contraste, uma expressão é dita equívoca se às suas ocorrências correspondem diferentes sentidos, e analógica se são diferentes mas relacionados. Por exemplo, os diferentes sentidos das palavras “manga” e “banco” tornam essas expressões equívocas. Por sua vez, a expressão “desaparecer” é analógica pois exibe sentidos relacionados em, por exemplo, “A imagem está desaparecendo” e em “A espécie está desaparecendo”. Pois bem, segundo o princípio usamos a expressão “existe” no mesmo sentido quando dizemos por exemplo, que números existem, problemas existem e dragões não existem. A tese da univocidade do ser, como é normalmente chamada, assegura que, para qualquer tipo de coisa, ou ela participa do universo do discurso, ou não, traçando uma linha única entre o existente e o inexistente. É assim que o princípio de univocidade garante o que chamei de condição ontológica do problema dos nomes vazios. O princípio de singularidade assegura que expressões singulares vazias sejam traduzidas como referenciais. O princípio de denotatividade atribui a esses termos um objeto. O princípio de univocidade insiste que só há um universo de discurso, de modo que toda quantificação abranja um único domínio de objetos. Se “Pégaso” é um nome da linguagem que interpretamos, então o primeiro princípio o tratará como um nome próprio lógico, o segundo o atribuirá

uma denotação, e este insistirá que ele existe do mesmo modo que Rachmaninoff, o lago Paranoá, a Filosofia, etc., não como uma ficção, por exemplo.

Também para Mill, nenhum conceito seria mais abrangente que o de existência. E sendo, para Mill, os conceitos de coisa, ser e essência, todos ambíguos, não serviriam eles mesmos para esclarecê-lo. Desse modo, o princípio de univocidade aparecerá juntamente com o de realidade em Mill.

1.4.6 Princípio de realidade

(5) *Princípio de realidade*: todas as coisas existem. O princípio afirma que todos objetos são objetos existentes. Ele afirma, portanto, que para um objeto ser admitido como um elemento em D é necessário que sua existência seja suposta. Ou seja, tudo que é idêntico a si mesmo, tudo que tem uma identidade, logo tudo que conta como um, existe. Por contraposição, se uma certa coisa não existe, então ela não era uma coisa em primeiro lugar. O princípio de realidade pode ser apresentado nos termos tradicionais da oposição entre ser e existir: ser é condição suficiente para existir. Como veremos, no entanto, aqueles que o negam não aceitam esse modo de colocar o princípio. Ele conta portanto não como critério de existência, mas de entidade, de coisidade. O que caracteriza a validade desse princípio em uma semântica é a leitura existencial do quantificador particular. O princípio de realidade garante a condição metafísica do problema dos nomes vazios na medida em que priva a interpretação do valor de nomes vazios em termos de referência a objetos inexistentes. A vigência do princípio implica que um dos outros três deve ser abandonado.

Before recommencing, under better auspices, the attempt made with such imperfect success by the early logicians, we must take notice of an unfortunate ambiguity in all the concrete names which correspond to the most general of all abstract terms, the word Existence.(MILL, 1882, 60-61)

1.4.7 A contradição

Os cinco princípios foram extraídos da teoria tradicional da predicação para explicar o fenômeno dos nomes vazios. Ele manifesta um problema próprio da teoria tradicional modelo, sua inconsistência. Podemos então reapresentar o problema dos nomes vazios como uma inconsistência na teoria modelo. Podemos gerar uma instância de cada princípio aplicadas a um caso genérico de nome vazio e mostrar que o reconhecimento de um nome vazio conduz a teoria à contradição. Esse esquema deve ser uma generalização de cada instância de predicação vazia. Para montá-lo, precisamos de um símbolo que represente qualquer sentença singular predicativa, digamos Φ , e de um símbolo que represente a expressão singular vazia, no sentido de não denotar um objeto real, sujeito de Φ . Chamemo-la de α . Ou seja, se a sentença “Pégaso é um cavalo alado” é uma instância de Φ , então α representa o nome “Pégaso”. Vou supor que Φ tenha sentido, como os exemplos de sentenças vazias acima. Como não estou pondo isso em questão, não vou tornar essa suposição explícita. Nossas premissas são as seguintes:

- (i) α é um nome (Φ é uma predicação)
- (ii) Se α é um nome, então α denota
- (iii) Se α denota, então α denota o objeto que nomeia
- (iv) α não nomeia um objeto existente
- (v) Todo objeto é existente

Juntas, elas conduzem a uma contradição e à conseqüente suspensão de cada um dos princípios. Neste trabalho apresento cinco principais soluções ao problema dos nomes vazios. Como ficará claro, e como não pode ser diferente, essas soluções são teorias que buscam seja explicar por que essas sentenças não são predicações (solução russelliana) ou não vazias em primeiro lugar (solução ontológica), seja explicar porque o fato de que são singulares não é incompatível com serem vazias por meio de uma manobra semântica (solução semântica, como nas lógicas livres) ou lógico-metafísica (solução meinongiana); seja ainda, explicar por que não denotam o que

nomeiam (solução fregeana). Essas são conclusões a que cada teoria chega a partir da interpretação do fenômeno comum de que essas sentenças parecem singulares e vazias. Enquanto as duas primeiras vão tentar motivar a idéia de que as ditas predicções vazias não passam em um dos dois testes, as três últimas sugerem que não é problemático para uma sentença passar em ambos. Como veremos, no entanto, o que cada uma toma como evidência e tem como conclusão é relativo a seus próprios pressupostos filosóficos.

2 A semântica do problema

These considerations, then, allow me to persist in my claim that the concept of existence is at base the same as the concept of valid inference.

C.J.F. Williams, *What is Existence*, 293

2.1 O locus do problema

Não é qualquer teoria que é vulnerável ao problema dos nomes vazios. É necessário que essa teoria proponha uma semântica que interprete uma linguagem que contenha nomes genuínos. A semântica que interpreta a linguagem que contém nomes e predicados, e logo a que é vulnerável ao problema, é a semântica de predicados da *lógica clássica de primeira ordem* (LP1), o *locus* do problema por excelência.

A *linguagem de LP1* (L) é um conjunto de fórmulas capaz de representar, ao nível subsentencial, um extenso fragmento de sentença declarativas, sejam naturais ou artificiais. Para uma sentença ser representável como uma fórmula de L , basta que ela seja analisável em expressões subsenciais que existam no alfabeto de L , como nomes e predicados. Predicações simples como, por exemplo, “Sócrates é mortal”, são todas representáveis na linguagem formal de LP1. Podemos chamar um conjunto qualquer de sentenças representáveis em L de *fragmento de primeira ordem*.

Mas o que torna L especial são as suas propriedades lógicas, que permitem que qualquer fragmento de primeira ordem seja processado por LP1 tanto em sua dimensão

sintática quanto em sua dimensão semântica. Enquanto a sintaxe contém as definições que tratam da dimensão puramente simbólica de L , da gramática das fórmulas e das relações de derivabilidade entre elas, a semântica contém definições que tratam do significado de cada símbolo e de cada fórmula da linguagem, sendo que esses significados são concebidos em função da noção fundamental de *verdade*.

Idealmente, todos os fragmentos reconhecidamente de primeira ordem seriam representáveis em L e corretamente processados tanto semântica quanto sintaticamente. Afinal, L é uma linguagem formal, e como tal LP1 deveria permitir a representação das relações puramente lógicas que há entre as sentenças de um fragmento de primeira ordem. Isto é, tanto as sentenças seriam adequadamente interpretadas quanto as relações lógicas existentes entre elas seriam bem processadas. O grande truque das semânticas fregeanas para linguagem de predicados, que é definida recursivamente, é o princípio de composicionalidade. Segundo o princípio, o conteúdo de uma sentença simples deve ser uma função da composição do conteúdo de suas partes subsentenciais. Segundo a análise extensional dos nomes, o conteúdo semântico de um nome é o seu referente, um objeto. Como L é definida recursivamente e o resultado da composição entre nomes e predicados é uma função dos objetos associados aos primeiros (objetos são os elementos do domínio de toda função predicacional), então as condições de verdade das sentenças da linguagem são todas analisadas, em última instância, em termos de referência e logo de objetos. No fundo, na semântica de predicados, a própria noção de validade é explicada em termos de objetos. Sem um princípio de composicionalidade extensional, não haveria garantia de que os resultados de inferências corretas na lógica de predicados sempre fizessem sentido quando interpretados. De fato, isso funciona quando se trata de linguagens artificialmente controladas. Contudo, já sabemos que isso não vale para quaisquer fragmentos de primeira ordem. Em particular, não vale para os fragmentos que contêm nomes vazios.

Para explicar o problema dos nomes vazios, no que se segue, eu apresento a semântica de LP1 e interpreto nela os cinco princípios da teoria tradicional modelo. Ao final dessa explicação, reapresentarei o problema dos nomes vazios e as duas

outras falhas tradicionais da teoria da referência: o problema dos nomes correferentes e o problema dos verbos ou predicados intensionais. Como os nomes vazios, tais expressões produzem seus próprios paradoxos semânticos. Em oposição a nomes vazios, contudo, elas são perfeitamente interpretáveis, manifestando anomalias na semântica clássica somente sob as inferências extensionais (substituição de idênticos e eliminação e introdução de quantificadores). O que essa família de fenômenos sugere é que a análise semântica de nomes em termos de referência é insatisfatória como uma explicação de seu significado e de sua contribuição semântica. A apresentação formal de LP1 que se segue é baseada em Lehmann (2002).

2.2 Apresentação de LP1

2.2.1 A linguagem de LP1

Alfabeto

Para criar a linguagem L , nós apresentamos um conjunto de definições, a sintaxe de LP1, que definem um alfabeto de símbolos, ou expressões elementares, e um conjunto de regras de formação que regulam como essas expressões podem ser combinadas de modo a produzir fórmulas bem formadas da linguagem. Entre os símbolos do alfabeto, podemos distinguir entre os símbolos lógicos, cujo significado é constante, e os símbolos não lógicos, cujo significado deve ser interpretado. (Os valores dos símbolos lógicos são fixos, pois esses símbolos se comportam sempre do mesmo modo, em toda interpretação. Os valores dos nomes e dos predicados da linguagem, contudo, são interpretados, variando em cada interpretação.) O alfabeto de L compreende os seguintes símbolos lógicos.

- o quantificador existencial \exists ;
- o operador de negação \neg ;
- o operador de condição material \rightarrow ;
- a identidade $=$.

O alfabeto de L compreende os seguintes símbolos não lógicos.

- variáveis individuais, x, y, z ;
- nomes ou constantes individuais, a, b, c ;
- predicados (de n posições), P, Q, R ;
- funções (de n posições), f, g, h .

Regras de formação

Definimos o alfabeto de L , mas não sabemos ainda quais são as fórmulas que pertencem à linguagem. L será um conjunto que compreende todas as fórmulas produzidas a partir da combinação dos símbolos do alfabeto segundo as regras de formação da linguagem. Precisamos antes definir o que é um *termo* para em seguida definirmos o que é uma fórmula da linguagem ou *fórmula bem formada (fbf)*. Termos serão representados com as variáveis sintáticas s e t ; fórmulas o serão com A, B e C ; e conjuntos de fórmulas, com X .

Chamamos de *termos* (também chamados termos individuais) as variáveis, as constantes individuais (nomes) e os termos complexos $ft_1 \dots t_k$, onde t_i são termos e f é um nome de função de k posições. As fórmulas de L são definidas recursiva e combinatoriamente, das mais simples às mais complexas. O conjunto de regras que define o modo como elas devem ser geradas são chamadas de regras de formação. Definimos então o conjunto de fórmulas de L do seguinte modo.

- fórmulas do tipo sujeito-predicado (predicações) $Pt_1 \dots t_k$, tal que t_i são termos;
- fórmulas de identidade $s = t$, em que s e t são termos;
- fórmulas negadas $\neg A$, em que A é uma fórmula;
- fórmulas condicionais $(A \rightarrow B)$, em que A e B são fórmulas;
- fórmulas existenciais $\exists xA$, em que x é uma variável e A é uma fórmula.

Algumas convenções

Agora convencionamos alguns nomes para os diferentes tipos de fórmulas da linguagem. Predicações e fórmulas de identidade são chamadas fórmulas atômicas; fórmulas atômicas e suas negações são chamadas fórmulas elementares. Conjunções ($A \wedge B$), disjunções ($A \vee B$), bicondicionais ($A \leftrightarrow B$) são definidas em termos de \neg , \rightarrow e são, junto com fórmulas condicionais, chamadas fórmulas complexas. Universais $\forall xA$ são definidas em termos de \neg e \exists . Universais e existenciais são chamadas fórmulas quantificadas. $s \neq t$ é uma abreviação de $\neg(s = t)$.

Agora definimos as noções de escopo de quantificador, variáveis livres e ligadas e de fórmulas abertas e fechadas. Se $\exists xA$ ou $\forall xA$ é uma *fbf*, então A é o *escopo* de \exists ou \forall . A ocorrência de uma variável x em uma fórmula α é dita *ligada* se ela se dá no escopo de um quantificador $\exists x$ ou $\forall x$, caso contrário a ocorrência é dita *livre*. As variáveis livres ou ligadas de uma fórmula A são aquelas com uma ocorrência livre ou ligada em A . Uma *proposição*, sentença de primeira ordem ou fórmula fechada é uma fórmula sem variáveis livres. Fórmulas com variáveis livres são chamadas funções proposicionais ou fórmulas abertas.

2.2.2 A semântica de LP1

Interpretação

Uma interpretação define um conjunto D não vazio (que será a abrangência dos quantificadores) e ao menos uma função que interpreta os símbolos não lógicos da linguagem, nomes e predicados. Em cada modelo, essa função recebe os nomes e os predicados n -ários como argumentos e retorna como valor um elemento de D para os primeiros e, para os últimos, um conjunto de conjuntos ordenados n -ários de elementos de D . Sabemos também que há dois valores para as fórmulas da linguagem em uma semântica clássica bivalente. Fórmulas atômicas receberão o valor designado se o conjunto do(s) elemento(s) associado(s) ao(s) nome(s) pela função de interpretação

pertence(m) ao conjunto associado por ela ao predicado, caso contrário recebem o valor não designado. Fórmulas quantificadas e complexas são avaliadas segundo as suas próprias regras.

Uma interpretação I de L é um par $\langle D, d \rangle$, tal que D é um conjunto e d é uma função de denotação definida sobre as constantes, funções e predicados de L , tal que:

1. D não é vazio;
2. $d(a) \in D$;
3. Se f tem k posições, então $d(f)$ é uma função total de aridade k $D \rightarrow D$;
4. Se P tem k posições, então $d(P)$ é uma relação de aridade k em D

Regras de referência

Uma *atribuição* μ é uma função que associa indivíduos $\mu(x)$ em D às variáveis. Uma variante- x de μ é uma atribuição que difere de μ no máximo em x .

Sob I e μ , termos individuais referem a indivíduos de D segundo as seguintes *regras de referência*:

1. x refere a $\mu(x)$;
2. a refere a $d(a)$;
3. $f t_1$ refere a $d(f)(\mu_1, \dots, \mu_k)$, se t_i refere a μ_i .

Regras de valoração

O valor das predicções da linguagem, por sua vez, é determinado pela composição das extensões dos termos que as constituem em uma interpretação segundo uma regra de composição: uma predicção é verdadeira se e somente se a extensão do(s) nome(s) pertence à extensão do predicado. Essa regra, que manifesta a teoria tradicional da predicção, rege as condições de verdade das predicções. Consequentemente, os valores de verdade das sentenças da linguagem só são decididos em uma interpretação.

Sob I e μ , as fórmulas são verdadeiras ou falsas segundas as seguintes *regras de valoração*:

1. $Pt_1 \dots t_k$ é verdadeiro sse $\langle \mu_1, \dots, \mu_k \rangle \in I(P)$, se t_i refere a μ_i ;
2. Se s refere a α e t a β , então $s = t$ é verdadeiro sse α é β ;
3. $\neg A$ é verdadeiro sse A é falso;
4. $A \rightarrow B$ é falso sse A é verdadeiro e B é falso;
5. $\forall x A$ é falso sse A é falso para alguma variante $-x$ de μ .

Essas definições correspondem ao que Kleene (1967, 103) chama de leitura condicional das variáveis livres. Elas são tratadas pela primeira regra de referência como nomes de indivíduos de D . Alternativamente, podemos apresentar uma leitura generalista, na qual as variáveis livres são tratadas como se fossem quantificadas universalmente. Nesse caso, estipula-se que A é verdadeira (falsa) sob I e μ para cada μ .

Relações e propriedades lógicas

Relações e propriedades lógicas são definidas em termos da totalidade das interpretações. Se a leitura das variáveis livres é generalista, então não é necessária a referência à atribuição nas definições abaixo.

1. A é uma *consequência lógica* de X , expresso ($X \vDash A$), sse não há uma interpretação e uma atribuição sob as quais todas as fórmulas $-X$ são verdadeiras e A é falsa;
2. X é *satisfazível* se e somente se há alguma interpretação e atribuição sob as quais todas as fórmulas $-X$ são verdadeiras;
3. A é *logicamente verdadeira (falsa)* sse A é verdadeira (falsa) sob cada interpretação e atribuição;
4. A e B são *logicamente equivalentes* sse, sob cada interpretação e atribuição, A é verdadeira sse B é verdadeira;

Algumas definições:

1. $A_1, \dots, A_k \vDash B$ significa: $A_1, \dots, A_k \vDash B$;

2. $X, A \vDash B$ significa: $X \cup A \vDash B$;
3. $X \not\vDash A$ significa: $\neg X \vDash A$.

2.2.3 Um sistema dedutivo para LP1

Apresentamos a semântica para L , mas ainda não definimos um sistema dedutivo. Ou seja, regras que nos permitem representar e processar corretamente as relações e propriedades lógicas que definimos semânticamente, as relações inferenciais que se dão entre as fórmulas e conjuntos de fórmulas da linguagem em uma, nenhuma e todas as interpretações. As principais propriedades que nosso sistema deve garantir são corretude e completude. Dizemos que um sistema tem completude (forte) quando A é demonstrável a partir de hipóteses em X , expresso $X \vdash A$, sse A for uma consequência lógica de X , ou seja, $X \vDash A$. Um sistema é correto quando $X \vDash A$ sse $X \vdash A$.

Definiremos um sistema dedutivo axiomático à la Hilbert. Precisamos definir os axiomas, as regras de inferência e a noção de prova. Uma prova de A a partir de hipóteses X é definida como uma sequência finita $\langle A_1, \dots, A_k \rangle$ tal que $A_k = A$ e cada A_i é um membro de X , um axioma lógico ou é derivada de fórmulas anteriores na sequência via uma regra de inferência. Vamos adotar a seguinte regra de inferência (T): $A_1, \dots, A_k \vdash B$ se B for uma *consequência tautológica* de A_1, \dots, A_k , isto é, se não houver atribuição de valores de verdade a fórmulas universais e atômicas para as quais cada A_i é verdadeira e B é falsa em virtude da terceira e da quarta regras de valoração. E a regra de generalização para o quantificador universal: $A \vdash \forall xA$. Os esquemas de axioma para o quantificador são dois. (A1) *distribuição*: $\forall x(A \rightarrow B) \rightarrow (A \rightarrow \forall xB)$, se x não é livre em A . E (A2) *especificação*: $\forall xA(x) \rightarrow A(t)$. Por último, definimos dois esquemas de axiomas para a identidade: (A3) $x = x$ e (A4) $x = y \rightarrow (A(x) \rightarrow A(y))$, onde A é atômica.

2.3 A gramaticalidade de L

A lógica de primeira ordem trata de uma linguagem formal que contém proposições declarativas com as formas de predicções e quantificações. Para criar a linguagem L , nós apresentamos um conjunto de definições sintáticas que definem um alfabeto de símbolos, ou expressões elementares, e um conjunto de regras de formação que regulam como essas expressões podem ser combinadas de modo a produzir fórmulas bem formadas da linguagem. Para formar as sentenças da linguagem é definido um alfabeto que contém símbolos interpretáveis, nomes (a, b, c), predicados (P, Q, R) e funções (f, g, h) e símbolos lógicos, que compreendem operadores ou conectivos lógicos (\neg, \rightarrow, \vee e \wedge representando a abstração de operações das expressões “não”, “se . . . então”, “ou” e “e”), variáveis individuais (x, y, z) e quantificadores (\exists e \forall , representando os pronomes “Algum” e “Todos”). As sentenças de L compreendem todas as combinações desses símbolos autorizadas pelas regras de formação de fórmulas bem formadas.

O tipo básico de sentenças que L compreende são predicções, e.g. “Sócrates é mortal” e “Aristóteles é aluno de Platão”, e sentenças de identidade, e.g. “Heráclito é O Obscuro”. As fórmulas que as representam em L são chamadas fórmulas atômicas. Por exemplo, a fórmula que representaria a sentença “Sócrates é mortal” tem a forma Pa onde P seria o predicado “mortal” e a seria o nome “Sócrates”. A fórmula que representaria a relação “Aristóteles é aluno de Platão” tem a forma Gbc , onde G seria “aluno de”, b seria “Aristóteles” e c seria “Platão”. Além de fórmulas atômicas construídas a partir de um ou mais nomes e um predicado, há entre elas também as fórmulas abertas, que são construídas a partir de um predicado e ao menos uma variável individual, representando um indivíduo qualquer. Por sua vez, as fórmulas que representam identidades como “Heráclito é o Obscuro” tem a forma $a = b$, onde a e b são nomes. Podemos chamar as sentenças em linguagem natural representadas por fórmulas atômicas (sem variáveis, i.e. fechadas) de *sentenças singulares*.

Contudo, além de sentenças singulares, sentenças como “Todas as coisas são idênticas a si mesmas”, “Todo ser humano é mortal” e “Algum ser humano é mortal” também

são representáveis em L pelas chamadas fórmulas quantificadas. Fórmulas quantificadas são construídas a partir de quantificadores, predicados, variáveis individuais e, possivelmente, operadores lógicos. Por exemplo, as sentenças a cima são representáveis em L (sob leituras específicas), respectivamente, como $\forall x(x = x)$, $\forall x(Hx \rightarrow Mx)$, e $\exists x(Hx \vee Mx)$, onde H seria o predicado “ser humano” e M , o predicado “mortal”. Podemos chamar as sentenças em linguagem natural representadas por fórmulas quantificadas de *sentenças gerais*.

Fórmulas atômicas podem ser negadas com o operador de negação \neg . Fórmulas representando predicacões negativas como “Sócrates não é mortal”, assim como “Não é o caso que Sócrates é mortal” têm a forma $\neg Pa$ e fórmulas representando negações de identidade como “Sócrates não é Platão” têm a forma $\neg(a = b)$. Mas além de fórmulas simples atômicas e quantificadas, negadas ou não, L também contém fórmulas complexas. Fórmulas complexas são formadas a partir da coordenação de conjuntos de fórmulas quaisquer com as operações de conjunção “e”, disjunção “ou” e condicional “se . . . então”, representando, por exemplo, “Se Sócrates é mortal *então* algum ser humano é mortal”, “Sócrates é mortal e Aristóteles é aluno de Platão”, “Sócrates é mortal *ou* algum ser humano é imortal”. Fórmulas de todo tipo, sejam atômicas, quantificadas ou complexas, negadas ou não, podem ser combinadas por meio de conectivos lógicos para formar fórmulas complexas; fórmulas complexas também podem ser negadas.

Podemos dizer que a definição de L constitui uma propriedade sintática fundamental da linguagem: a *combinatoriedade*. As fórmulas de L são definidas das mais simples — fórmulas atômicas, que são combinações compostas somente com nomes e predicados — passando pelas fórmulas quantificadas — combinações compostas com predicados, variáveis e quantificadores — até as fórmulas complexas — combinações das fórmulas atômicas e quantificadas com cada um dos operadores lógicos incluindo a negação. A recursividade, por sua vez, é a tecnologia utilizada para se gerar o conjunto potencialmente infinito de fórmulas combinadas a partir de um conjunto finito de regras sintáticas.

Lembre que a dimensão gramatical da semântica de LP1 consiste na sua relação da linguagem L com a gramática dos fragmentos de primeira ordem de linguagem

natural. Podemos associar uma propriedade à camada gramatical, que chamarei de *gramaticalidade* de L . Essa é a propriedade de linguagens formais que emulam a gramática de uma linguagem natural. Com efeito, LP1 foi construída deste modo por Frege a partir de uma “gramática categorial”, isto é, uma teoria semântica ao nível das sentenças sobre as categorias das expressões que as compõem e seus respectivos tipos de valores. Essa propriedade é explicitada na declaração do alfabeto de L , quando são introduzidos símbolos destinados a representar nomes e predicados e é garantida nas regras de formação das fórmulas.

2.4 A extensionalidade de L

O papel fundamental da semântica de LP1 é explicar as *condições de verdade* dessas fórmulas e o papel dos símbolos que as compõem na determinação dessas condições. Para atribuir condições de verdade a todas as fórmulas da linguagem de forma sistemática, a semântica de predicados define que tipo de função cada símbolo da linguagem desempenha, segundo seu tipo, na determinação das condições de verdade das fórmulas que compõem. Para isso, a semântica de predicados associa a cada símbolo da linguagem um *valor semântico*, representando o seu significado. Mas se as condições de verdade de uma sentença fossem uma função exclusivamente da composição dos significados dos símbolos que a constituem, então as fórmulas de L teriam sempre os mesmos valores de verdade, o que seria muito desinteressante. Supondo que L é de fato capaz de representar um amplo fragmento declarativo das linguagens naturais, isso seria o mesmo que atribuir valores de verdade fixos às sentenças de fragmentos de primeira ordem a partir somente de seus termos componentes. Então o modo como a semântica atribui valores semânticos a nomes e predicados, os componentes das predicções e, portanto, os símbolos característicos da lógica de predicados, é diferente do modo como ela atribui valores semânticos aos símbolos lógicos, cujo significado é fixo. Conectivos (“não”, “e”, “ou”, “se (...) então” e quantificadores (“Todos” e “Algum”) e variáveis individuais, sendo símbolos lógicos, recebem funções fixas na determinação dos valores de verdade das sentenças. Nomes e predicados, por outro lado, são símbolos não lógicos e

devem ser interpretados, de modo que seu valor semântico só é especificado em uma *interpretação*. Uma interpretação representa uma situação semântica possível — um modelo — para os nomes e os predicados da linguagem, de modo que o conjunto das interpretações desses termos representa os vários valores semânticos que estes termos podem assumir. Portanto, ao interpretar o valor de verdade das fórmulas de L sempre em relação a um modelo, representando uma situação possível, a semântica de LP1 fornece indiretamente uma definição das condições de verdade das fórmulas da linguagem. Note que, desse modo, uma vez que nomes e predicados só recebem valores em relação a uma interpretação, as fórmulas de L só são verdadeiras ou falsas em relação a um dado conjunto de interpretações. A própria noção de condições de verdade, então, é derivada da noção semântica nativa de interpretação, em termos da qual a primeira é analisada.

Uma interpretação define um conjunto chamado *domínio* ou *universo de discurso* (sobre o qual os quantificadores abrangem), cujos elementos representam objetos, e de uma função total que associa cada nome a um elemento deste conjunto e cada predicado a um conjunto desses elementos, de modo a representar a relação entre essas expressões e seus significados. As condições de verdade de uma sentença podem ser compreendidas como o conjunto das interpretações em que ela é verdadeira. A sentença “Sócrates é mortal”, por exemplo, é verdadeira em uma interpretação se e somente se a extensão do termo “Sócrates”, isto é, o objeto por ele denotado, pertence à extensão do termo “mortal” na interpretação. Ou seja, ela é verdadeira se Sócrates é um dos mortais. Há uma situação lógica em que isso é o caso e, portanto, a sentença será verdadeira em uma interpretação. Há uma outra interpretação, contudo, em que o indivíduo denotado por “Sócrates” não é um dos mortais. Isso significa que a sentença não é necessariamente verdadeira, que suas condições de verdade são satisfazíveis, mas também frustráveis.

Com a noção de interpretação explicada e, deste modo, também a de condições de verdade, podemos explicar informalmente o que é também uma fórmula válida e o que é uma contradição. Isso revelará mais sobre o nosso problema à frente. Em oposição à sentença “Sócrates é mortal”, pois, que é verdadeira em uma interpretação, mas não em

todas, há as sentenças que são verdadeiras sempre, em qualquer interpretação, assim como sentenças que são sempre falsas. As primeiras são chamadas válidas, e.g., entre as sentenças representáveis na linguagem da lógica de predicados, “Sócrates é mortal ou imortal e não ambos”, “Sócrates não é mortal e imortal ao mesmo tempo”, “Todas as coisas são idênticas a si mesmas”. As últimas são contradições, e.g., “Sócrates é mortal e imortal”. Fórmulas válidas e contradições, na lógica de predicados, sempre envolvem conectivos (“e”, “ou”, “se ... então”) ou quantificadores (“todos”, “algum”). Ou seja, simples predicções e sentenças de identidade (fórmulas atômicas) sempre são somente satisfazíveis, isto é, verdadeiras em alguma interpretação e falsas em outra. Em outros termos, o valor de verdade de predicções simples sempre varia de interpretação para interpretação, conforme a associação que cada uma faz entre os termos e seus respectivos valores. Mas há sentenças que só podem ter um valor de verdade, pois em todas interpretações, a composição dos valores atribuídos retorna o mesmo resultado.

Se, de um lado, a combinatoriedade é a propriedade sintática fundamental de L , diria que a *composicionalidade* é a sua propriedade semântica fundamental. Ela pode ser apresentada assim: o valor das fórmulas da linguagem L em uma interpretação é uma função da composição dos valores semânticos, nessa interpretação, dos símbolos que as constituem.

Disse que a composicionalidade é a propriedade semântica fundamental de L . Note, contudo, que a composicionalidade como a defini nada supõe sobre o que são esses valores semânticos. Ela é meramente algébrica, no sentido de que descreve uma propriedade da dimensão algébrica da definição de interpretação. Assim, a composicionalidade é uma propriedade intrínseca ao formalismo da lógica de predicados. Mesmo sem serem interpretados pelo que chamarei de análise, o fato de que os valores semânticos se determinam por composição (a partir dos valores definidos para nomes e predicados em cada interpretação) garante uma importante propriedade da semântica de LP1: a *extensionalidade*. A extensionalidade é uma propriedade normalmente expressa em termos da validade de certas inferências, em particular da substituição de termos coextensivos. Sabemos que uma interpretação da linguagem consiste na associação entre os símbolos

e um conjunto de valores. Na semântica convencional de predicados, chamamos o valor associado a cada símbolo de sua *extensão*. Isso ficará mais claro adiante. Isso quer dizer que a extensão de cada nome é um elemento de D , a extensão de um predicado, um conjunto desses elementos e a extensão das fórmulas, um dos dois valores lógicos. A regra de substituição de idênticos, peça chave da extensionalidade, e que é uma consequência da composicionalidade, pode ser apresentada assim: qualquer fórmula, nome e predicado da linguagem podem ser substituídos por outra fórmula, nome ou predicado (respectivamente) que possuam o mesmo valor semântico, ou seja, a mesma extensão, sem afetar o valor das fórmulas com eles compostas, ou seja, *salva veritate*.

Mas a extensionalidade garante também a validade das inferências relativas aos quantificadores. Os quantificadores de LP1 abrangem precisamente o conjunto dos valores fundamentais, o domínio D , que compreende as extensões de cada um dos nomes e predicados. A regra de valoração do quantificador universal afirma algo equivalente ao seguinte: uma fórmula do tipo $\forall x(Fx \rightarrow Gx)$ é verdadeira (isto é, recebe o valor designado entre os dois valores lógicos) se e somente se todos os elementos da extensão de F são elementos da extensão de G . Como a semântica tradicional é referencialista e garante que todos os nomes recebam uma extensão no domínio, então a extensionalidade também se manifesta na validade das regras de generalização e de instanciação dos quantificadores. Aqui só nos interessa as regras de instanciação universal e de generalização particular ou existencial. (Ficará claro por que estou insistindo em chamar o quantificador \exists de particular). Digamos que P é um predicado e a , b e c nomes quaisquer. A regra de generalização existencial afirma que se uma fórmula qualquer Pa é verdadeira, então também é verdadeiro que $\exists xPx$. Por sua vez, a regra de instanciação universal afirma que se uma fórmula $\forall xPx$ é verdadeira, então também são verdadeiras todas as predicacões onde P é o predicado, Pa , Pb , Pc , etc. Note que estou chamando a generalização existencial e instanciação universal de regras. Com efeito, elas aparecem declaradas no sistema de dedução natural de Gentzen, onde têm normalmente os nomes *introdução do \exists* e *eliminação do \forall* .

Ou seja, podemos entender a propriedade de extensionalidade de uma linguagem

em semântica como a característica de que, em uma dada interpretação, a cada nome, a cada predicado e a cada fórmula da linguagem é associado um valor semântico segundo seu tipo lógico de tal modo que a composição desses valores em cada fórmula da linguagem determine os valores das fórmulas compostas. A marca da extensionalidade é a validade dessas três regras: a substituição de idênticos, a generalização existencial e a instanciação universal. Vale notar que a regra de substituição de idênticos é ela mesma uma regra tripla, segundo a qual vale a substituição de termos singulares ou nomes por outros nomes coextensivos, de termos gerais ou predicados por outros predicados coextensivos e de proposições ou fórmulas por outras fórmulas coextensivas. Digo isso porque não estou supondo, com Frege, que a extensão de cada termo ou fórmula é a sua denotação. Suponho somente que esses valores são associados aos símbolos e às fórmulas, reservando a noção de denotação ou referência para nomes somente.

Disse que a composicionalidade garante a propriedade da extensionalidade de L . Contudo, não é somente a linguagem de predicados que é dita ser extensional. Contextos sentenciais podem ser qualificados assim. Aqui a propriedade é a mesma: uma predicação qualquer é dita extensional se os seus termos podem ser substituídos preservando a verdade da sentença. Digamos, “O Super-homem não é humano”, suposta verdadeira, é extensional se e somente se podemos substituir “Super-homem” por um nome coextensivo, digamos “Clark Kent”, assim como o predicado por outro coextensivo, digamos, “bípede implume”, e produzir sentenças que continuam verdadeiras.

2.5 A análise objetual da extensionalidade

Pois bem, disse que a noção de interpretação e logo as de composicionalidade e de extensionalidade podem ser apresentadas de modo puramente algébrico e conjuntista. A própria interpretação ainda precisa ser interpretada por uma análise da noção de valor semântico para que ela sirva como uma semântica propriamente dita para L . A interpretação padrão da semântica algébrica de predicados clássica é explicada pela chamada *análise extensional* dos termos da linguagem. Segundo essa análise, o

conteúdo semântico ou o significado dos símbolos não-lógicos deve ser explicado em termos de *extensões* (coisas como objetos e conjuntos), em oposição a *intensões* (coisas como sentidos e propriedades): a extensão de um nome é um objeto, a extensão de um predicado é um conjunto de objetos e a extensão de uma sentença é um valor de verdade. Ou seja, segundo a análise extensional, os dois valores lógicos que as fórmulas de L podem receber são o verdadeiro e o falso, os elementos de D associados às constantes individuais são objetos e os conjuntos de elementos de D associados a predicados são classes desses objetos. A análise extensional dos valores semânticos garante que L seja extensional em um segundo sentido, segundo o qual os valores elementares são objetos e os valores lógicos das fórmulas são valores de verdade. Naturalmente, não vou chamar essa propriedade de extensionalidade. Vou favorecer o termo *referencialismo* para significá-la.

É importante notar que as regras ou inferências da extensionalidade recebem finalmente um sentido sob a análise extensional. Quanto à substituição de idênticos, nomes correferentes e predicados associados ao mesmo conjunto de objetos podem ser substituídos *salva veritate*, assim como sentenças com o mesmo valor de verdade. Quanto às inferências quantificacionais, a análise garante, juntamente com a extensionalidade de L , que de todas as predicacões verdadeiras Pt , se possa derivar uma sentença tradutível como “Há um objeto x tal que x é P ”.

Mas talvez o mais importante aqui é o fato de que a interpretação desses valores semânticos desempenha a função propriamente semântica da semântica de predicados, na medida em que associa aos símbolos, que deveriam representar expressões gramaticais, entidades conhecidas e capazes de ousar explicá-los de algum modo. Sendo que essa explicação deve ter dois papéis: explicar o significado e a contribuição que essas expressões fazem na determinação do valor de verdade das sentenças que compõem. Isto é: valor e poder semânticos.

Servido com uma análise extensional, o princípio de composicionalidade assegura que as fórmulas da linguagem sejam analisadas como uma composição de extensões, de modo que os termos básicos da linguagem funcionem como funções cujas imagens

ou argumentos se reduzam a um único tipo: objetos. Em particular, as condições de verdade para predicacões seguem-se naturalmente das definições semânticas de LP1 em termos de denotação e pertença em uma interpretação: serão verdadeiras se o objeto denotado pelo nome pertencer ao conjunto denotado pelo predicado. (Em contraste com esse modelo, uma semântica que analisa predicados de modo intensional exigiria que as condições de verdade de uma predicacão sejam analisadas não em termos de denotação e pertença, mas em termos de denotação e algo como instanciação, participação ou exemplificação).

Por último, note que a dimensão propriamente semântica da semântica de LP1 consiste em sua explicação do que são os valores lógicos de um nome, um predicado e uma fórmula. Há, na definição de interpretação, um núcleo puramente algébrico explicados em linguagem conjuntista. Sabemos pela definição de interpretação que D é um conjunto finito não-vazio e que a cada nome é associado um elemento neste conjunto e a cada predicado um conjunto deles. Mas é necessária uma camada intuitiva, em linguagem ordinária, que *explique* o que são esses elementos e, em última instância, de que modo a relação de pertença entre um elemento e um conjunto pode explicar o valor de verdade de um enunciado real. Mas acima dessa camada há conceitos que a interpretam, como objetos, satisfação e valores de verdade. A essa dimensão está associada a propriedade de *extensionalidade*.

Segundo o que expliquei, o conceito de extensão se refere às noções em termos das quais os símbolos ou as expressões básicas não lógicas da linguagem são interpretadas. O conceito de extensão não aparece na apresentação formal típica da semântica da lógica de predicados. Contudo, expliquei a semântica à luz desse conceito para tentar revelar algumas conexões importantes que nos interessam. Em primeiro lugar, essa longa explanação deve servir para explicar o problema dos nomes vazios a partir de conceitos semânticos. Em particular, com a noção de condições de verdade e de composicionalidade. O problema pode agora ser apresentado do seguinte modo: nomes vazios frustram a análise extensional dos valores lógicos. Isto é, o referencialismo não pode vingar em uma semântica para uma linguagem que contenha nomes vazios ou, o

que acredito dar no mesmo, que admita a introdução de novos nomes. Essa explanação também nos servirá para compreendermos os problemas dos termos co-extensivos e dos verbos intensionais.

2.6 A univocidade do \exists

Mais uma vez, é fácil entender por que nomes sem referentes constituiriam um grande problema se admitidos na linguagem de LP1. Nomes sem referentes ou termos singulares vazios são nomes que não denotam objeto algum e que, portanto, uma vez admitidos na linguagem de LP1 por hipótese, não deveriam ter uma extensão. Então como as sentenças da linguagem são formadas com a combinação de todos os termos elementares e o valor de verdade destas é um resultado da composição das extensões destes termos, sentenças formadas com nomes vazios simplesmente não expressam proposições completas, não são avaliáveis; não podem ser nem verdadeiras nem falsas.

Mas isso ainda não explica realmente em que consiste o problema dos nomes vazios no interior de LP1. Não há nada nas definições de LP1 que nos obrigue a interpretar termos como “Curupira” como termos que não referem a objeto *algum*. Eles certamente não referem a objetos reais, mas não é por isso que não possam referir a objetos ficcionais, hipotéticos, fenomênicos, etc. Isto é, objetos que existem de outros modos. Não é a análise extensional dos símbolos interpretáveis que garante que só haja um domínio de objetos inexistentes. É necessária que o quantificador particular \exists tenha conotação existencial e abranja um único tipo de variáveis.

É importante notar que os quantificadores podem ser interpretados de mais de uma forma. Tradicionalmente, eles são interpretados objetivamente, o que significa que eles quantificam indivíduos, objetos, enfim, coisas, e não entidades linguísticas, como sugere a interpretação conhecida como substitucional. Por exemplo, sob essa leitura, a mesma função sentencial quantificada com \exists , “ \exists pelo menos um x tal que x é brasileiro e x é hospitaleiro” é verdadeira se e somente se há pelo menos uma constante individual que produza uma sentença verdadeira ao substituir as ocorrências da variável x ligada a \exists

na função sentencial. Em geral a crítica à interpretação substitucional se dirige à falta de clareza das condições de verdade para sentenças quantificadas. O que significaria *haver* uma constante apta a substituir as variáveis ligadas senão que há um indivíduo que satisfaz a função? Toda discussão neste texto se passa entre objetualistas.

Os quantificadores em LP1 são naturalmente interpretados de modo objetual sob o referencialismo. Isso significa que os valores das variáveis são sempre objetos. Sob a interpretação padrão, a objetual, uma função sentencial da forma “ \exists pelo menos um x tal que x é brasileiro e x é hospitaleiro”, formalizada a partir de uma sentença geral como “Alguns brasileiros são hospitaleiros”, é verdadeira se e somente se *há* pelo menos *um indivíduo* que é brasileiro e hospitaleiro. Isso quer dizer que o símbolo quantificador tem o significado constante *há um . . .* ou, segundo a ortodoxia, *existe um . . .*

Dizer que a interpretação dos quantificadores é objetual é o mesmo, em geral, que dizer que a semântica para os quantificadores é uma semântica referencialista. Em LP1, as constantes recebem seu significado ao serem atribuídas uma referência em um domínio D de objetos. D não pode, portanto, ser vazio, se queremos que alguma fórmula atômica, isto é, expressões predicativas e de identidade sejam interpretadas. A noção de quantificação objetual está, portanto, intimamente ligada ao conceito de identidade. Uma coisa não seria *uma* coisa não fosse ela idêntica a si mesma e, portanto, destacável como uma unidade. De fato, em liguagens de LP1 com identidade, $\forall x(x = x)$ é um teorema, que podemos chamar de *teorema de identidade*.

O que é preciso entender sobre o quantificador existencial é o fato de que ele carrega consigo uma *conotação existencial* (*existential import*), qualificando todos os objetos do domínio, de modo indistinto, como existentes. Uma vez que a interpretação só define um único domínio, o efeito da leitura existencial do \exists , manifesta em seu próprio nome, é que a semântica de LP1 só reconhece um modo de existência. Ela só é capaz de representar, portanto, uma linguagem em que o verbo “existe” só tem um sentido. É claro, LP1 reconhece a diferença entre o verbo ser usado como cópula, e.g. “Sócrates é mortal”, como predicado de existência, e.g. “Hésperus é Phosphorus”, e para veicular existência, e.g. “Eu sou”. Mas LP1 não distingue entre diferentes modos de ser ou

de existir. Esse é um fator de enorme simplificação da lógica, além de simplificar as linguagens representadas. Como a verdade é superveniente ao que existe, em LP1, a definição de somente um domínio garante um denominador comum para todas as condições de verdade, pois somente um conjunto de regras de referência e um de regras de valoração são necessários para a semântica.

2.7 O extensionalismo

O quantificador existencial desempenha tanto a função que podemos chamar de quantificação particular quanto a função de atribuir existência. Em adição, como, na lógica clássica, o quantificador universal é interdefinível com o existencial, toda quantificação em LP1 conota existência. Naturalmente, todas as coisas que existem devem ser contáveis, mas o extensionalismo em LP1 também garante a volta: ser contável é o mesmo que existir.

Mas se quantificadores (interpretados objetivamente) tem conotação existencial, então tudo que contável e, portanto, tudo que pode ser sujeito de uma sentença geral é suposto existente. Mas só a associação entre quantificação e existência, explícita no quantificador existencial, não é suficiente para que LP1 garanta o princípio da existência de todas as coisas. É necessário restringir o escopo de todas as variáveis livres ao conjunto do que existe. Mas não há nada na própria definição do domínio D que garanta que todos os seus elementos sejam objetos existentes. Então, em princípio, qualquer sentença singular poderia ser avaliada como verdadeira não fossem as inferências de generalização e de instanciação existenciais.

Segundo a regra de generalização existencial, a partir de qualquer predicação verdadeira podemos inferir uma sentença geral existencial substituindo qualquer dos termos singulares da predicação por uma variável ligada ao quantificador existencial. Por exemplo, a partir da sentença “Lula é brasileiro”, a regra nos permite substituir o termo singular “Lula” por uma variável sob o escopo do termo quantificador “existe”: “Existe um x tal que x é brasileiro”. Ou ainda, “Existe uma coisa tal que essa coisa é

brasileiro” Já a partir de “O ex-presidente do Brasil visitou a Alemanha”, uma predicação complexa com dois termos singulares, “O ex-presidente do Brasil” e “Alemanha”, a regra nos permite inferir tanto “Existe um x tal que x visitou a Alemanha”, quanto “Existe um x tal que x foi visitado pelo ex-presidente do Brasil”.

A operação de generalização é bastante natural uma vez que toda sentença singular pode ser parafraseada de modo sistemático em uma sentença geral. Se a sentença “a Lua brilha” é verdadeira, então deve ser verdade que “há alguma coisa tal que ela brilha”. Do ponto de vista da forma lógica, os termos “uma coisa” e “essa coisa” ou “ela” em são comparáveis a pronomes singulares de terceira pessoa. “ x brilha” é conversível em “ela brilha” e o quantificador particular pode ser traduzido em “Há uma coisa tal que”. A regra de generalização existencial desempenha a função dessa operação natural presente em linguagens naturais que permite que convertamos uma sentença singular em uma quantificada.

No entanto, a semântica ortodoxa faz mais que isso: ela garante que todas as sentenças singulares, se verdadeiras, possam ser convertidas em sentenças gerais que conotam existência. A regra conecta as ocorrências de termos singulares em expressões da linguagem ao domínio do que existe. Como o escopo das constantes é o domínio D de todos os valores que podem ser objeto de discurso na linguagem, o que regra faz é garantir que nenhuma sentença, nem mesmo as singulares, sejam verdadeiras sem que sejam sobre o que assumimos existir. Como consequência, a semântica de predicados é incapaz de reconhecer a diferença que há entre as inferências autorizadas a partir de predicções normais e predicções vazias. Ela é incapaz, além disso, de acatar a diferença entre enunciados gerais tipicamente existenciais, como “Alguma coisa entrou pela janela” e outros que parecem ser meramente enumerativos, como “Há um detetive fictício que é mais famoso que qualquer detetive real”.

Além disso, uma vez que vale a regra de instanciação universal, é possível mostrar a partir do teorema da identidade, $\forall x(x = x)$, que todos objetos existem segundo a semântica ortodoxa de LP1. De fato, a fórmula $\forall x(\exists y(y = x))$ é um teorema de LP1. Podemos chamá-lo de teorema da existência. Ele pode ser lido: para todo objeto existe

um objeto idêntico a ele. Mas isso é só uma solução típica para se de dizer que todos objetos existem sem ter que se definir um predicado de existência.

2.8 Os cinco princípios em LP1

O princípio de *singularidade* está inscrito na lógica clássica do seguinte modo. A linguagem L é definida a partir de símbolos básicos, nomeados nomes, predicados, variáveis individuais, operadores e quantificadores; sendo que a sentença básica da linguagem é formada com a combinação de um nome e um predicado. Ou seja, fórmulas atômicas representam, em qualquer leitura, predicados. Essa forma é respeitada pela semântica, que interpreta nomes e predicados segundo a intuição que temos de suas funções sintáticas. As regras de valoração também mantêm uma correspondência com as regras de formação. Em suma, a lógica de predicados espelha a forma gramatical das sentenças representadas na forma lógica das fórmulas que a representam. Podemos chamar essa propriedade de gramaticalidade.

O princípio de *denotatividade* é expresso em LP1 na definição de função de denotação d como uma função total. A função leva todos os nomes da linguagem a um elemento no domínio, garantindo que a noção de nome mantenha um vínculo essencial com a noção de denotação. Exigindo que a denotação seja uma condição necessária para que uma expressão qualifique como nome. A denotatividade garante a validade das inferências de introdução e eliminação dos quantificadores e das inferências de substituição de idênticos; garante a extensionalidade de LP1. Uma manifestação importante dessa propriedade, entre outras, é que todo uso dos quantificadores, mesmo os meramente comunicativos e não existenciais, como em “Sonhei com alguma coisa essa noite”, envolve quantificação sobre o domínio. A extensionalidade colapsa o que, para as lógicas livres, pode ser visto como dois tipos distintos de quantificação.

A *objetualidade* é o terceiro princípio que elencamos. Ele aparece em LP1 na análise extensional padrão, que explica os elementos do domínio como objetos. O domínio é pois o conjunto de objetos de referência dos nomes de L . O princípio impõe a restrição

sobre o conceito dos objetos de referência: que eles sejam o objeto normal nomeado pela expressão que o denota, não uma função deste objeto. “Pégaso”, se é um nome e tem uma denotação, então esta é um cavalo alado e não o conceito ou a idéia ou a história de referência de um nome de um cavalo alado; nem, muito menos, o conjunto vazio. O princípio de denotatividade garante que a interpretação de L seja, literalmente, elementar, dispensando modelos complexos de representação do conteúdo de um nome.

O princípio de *univocidade* está manifesto em LP1 no fato de que a função de denotação tem como imagem um único domínio de objetos. Desse modo só pode haver um quantificador existencial. Supondo que esse quantificador é lido de modo objetual, como na leitura quineana padrão, o princípio garante que só haja um gênero de objetos reais. Desse modo, a noção de verdade é também explicada em termos de um único padrão de realidade. Ele garante que a realidade e a verdade sejam homogêneos, supervenientes a um conjunto privilegiado de coisas. Predicados, em LP1, recortam subconjuntos dos existentes, mas não delimitam diferentes modos de existir.

O último princípio, o de *realidade*, é expresso em LP1 no fato de que o quantificador particular recebe uma leitura ontologicamente carregada, de modo que seu domínio de abrangência represente o conjunto dos objetos reais. O princípio garante que as noções de objeto e de identidade sejam essencialmente vinculadas à de existência. A noção de verdade, como consequência, supervem sobre a noção de existência na semântica de predicados. Desse modo, toda inferência é uma inferência que conota existência, toda predicação expressa compromisso ontológico e toda quantificação particular supõe a existência de objetos. Conceitos semânticos metalógicos como validade, correte e completude também são vinculados pelo princípio à noção de realidade. Podemos chamar essa propriedade de extensionalismo, seguindo parte da literatura sobre o assunto.

2.9 Patologias da extensionalidade

O problema dos termos singulares vazios, ou nomes (lógicos) vazios, é um problema central para o projeto das semânticas composicional-extensionalistas, pois diz respeito aos casos de termos singulares que não têm extensão por excelência, uma vez dado o pressuposto ontológico). Nomes vazios frustram o princípio de extensão em seu ponto de partida, pondo em cheque a capacidade da semântica ortodoxa para explicar a conexão entre verdade e significado singulares nos termos extensionais de objetos. Nomes vazios representam portanto um problema do fundamentos da semântica referencialista, objetualista ou extensionalista, como quiser chamar.

O problema dos nomes vazios, apesar de especial, não é o único fenômeno problemático ao modelo semântico ortodoxo. Há outros fenômenos problemáticos para as semânticas extensionais, sendo que dois se destacam: o caso dos termos singulares (ou nomes) co-extensivos e o caso dos predicados ou verbos intensionais. Ambos os fenômenos frustram o princípio de extensão no sentido de frustrar as inferências singulares típicas da análise extensional da linguagem: a substituição de idênticos e as inferências de generalização e de instanciação existenciais. Juntamente com o problema dos nomes vazios e, em particular, com a aporia dos inexistentes, os paradoxos ligados a nomes co-extensivos e a verbos intensionais formam uma família de paradoxos semânticos da referência que ameaça a análise extensional. Em última instância, o efeito da família dos paradoxos da referência é sugerir que a interpretação de expressões singulares em termos de objetos não serve como uma boa explicação do valor semântico dessas expressões, isto é, de seu significado assim como de sua contribuição para as condições de verdade das sentenças que compõem.

Segundo a análise extensional, o significado de um nome é um objeto. O poder dessa análise é sua simplicidade. Aliado à definição recursiva da linguagem e ao princípio de composicionalidade, a análise extensional explica as inferências de generalização e de instanciação existenciais e a substituição de idênticos, inferências intuitivas presentes em linguagens naturais. Chamei-as de inferências extensionais. São essas propriedades

semânticas e sintáticas da lógica de predicados que garantem que as regras de inferência definidas sintaticamente expressem operações que tenham sentido do ponto de vista semântico. Sem uma distribuição sistemática e exaustiva e valores semânticos a todos os símbolos interpretáveis da linguagem, não haveria garantia de que uma inferência sintaticamente correta fizesse sentido.

Como sabemos, nomes vazios frustram a semântica ortodoxa. Em certo sentido, ele é especial porque nomes vazios não podem ser interpretados, uma vez que não podem ser associados pela função de denotação a um elemento do domínio, sendo este um conjunto de objetos existentes. Isso significa que a semântica ortodoxa não pode começar a representar um fragmento de primeira ordem sem que haja uma garantia de que todos os termos do fragmento efetuem denotação. Uma outra forma de caracterizar o problema seria assim. Suponhamos que um nome vazio fosse admitido na linguagem, digamos “Curupira”. Pela hipótese, deve ser verdadeiro que Curupira não existe. Mas então por instanciação existencial no teorema de existência obtemos que Curupira não existe e que Curupira existe. Além disso, a partir de qualquer predicado que Curupira satisfaça (em particular, o predicado de inexistência), é possível derivar por generalização sobre a proposição de que Curupira não existe a contradição de que existe algo que não existe. A importância dessa análise será melhor compreendida quando formos conhecer as soluções meinongianas e da lógica livre. Por sua vez, nomes coextensivos e predicados intensionais quebram a extensionalidade de outra forma: frustrando a validade de inferências corretas. Se admitidos na linguagem, sugerem a quebra da própria corretude do sistema clássico.

O caso de nomes coreferentes é, com efeito, um o problema irmão ao dos nomes vazios. Se o modelo ortodoxo extensionalista sofre com nomes que não referem e por isso têm uma extensão vazia, ele também sofre se introduzidos na linguagem dois nomes coextensivos, isto é, que refiram ao mesmo objeto. Por exemplo. “Machado de Assis” e “O Bruxo do Cosme Velho”, “Superhomem” e “Clark Kent” etc. Não é difícil ver porque esse fenômeno também é problemático para a análise extensional dos nomes, como uma aporia complementar a dos inexistentes.

Nomes coextensivos, não sendo vazios, podem ser interpretados normalmente, denotando um mesmo objeto no domínio. Em contraste com sentenças vazias, sentenças singulares que contêm um ou mais nomes “redundantes” da linguagem não oferecem em si nenhuma dificuldade semântica. O problema dos nomes coextensivos aparece justamente nas inferências de substituição. Se o significado de um nome genuíno é seu referente e o significado de uma sentença é o resultado da composição do significado de suas partes, então o significado de uma sentença singular deveria ser idêntico ao de outras compostas com outros nomes para os mesmos objetos. Isso parece funcionar em casos comuns como entre “Francisco é pianista” e “Chico é pianista”, onde ambos os nomes denotam o mesmo objeto. Contudo, como Frege mostrou, a regra parece encontrar uma exceção em casos de sentenças de identidade. Observe as sentenças abaixo:

- (1) O maior número primo é par
- (2) Hesperus é Phosphorus
- (3) Hesperus é Hesperus

Se as expressões aparentemente singulares acima são interpretadas como puramente referenciais, o significado de cada uma seria idêntico ao seu referente. Isso significa também que a primeira seria tratada como uma predicação simples e a segunda como uma atribuição de identidade. Em ambos os casos o valor de verdade da sentença seria uma função dos objetos denotados. Mas se o significado dessas expressões fosse simplesmente o objeto a que referem: (i) o significado de “O maior número primo”, que não existe, ficaria por explicar e (1) não expressaria uma proposição completa, com sentido, e não seria nem uma verdadeira nem falsa; e (ii) o significado de (2) seria preservado sobre substituição de qualquer dos nomes por outro coreferente, mas (2) expressa algo evidentemente distinto de seu correlato coextensivo (3) que é, diferentemente, verdadeira por sua própria forma lógica, instância do teorema de identidade. Ora, mas sentenças vazias (1) parecem significar normalmente. Isto é, elas não são um sem sentido e logo

devem ter alguma condição de verdade que explique que sejam verdadeiras ou falsas. Ao mesmo tempo, sentenças de identidade entre nomes coextensivos não idênticos como (2) parecem não significar o mesmo que seus correlatos sempre válidos e triviais como (3) e devem ter condições distintas de verdade.

Verbos intensionais são predicados que exibem a propriedade aparente de criar contextos sentenciais que desabilitam as inferências extensionais. Os tipos mais conhecidos de verbos ditos intensionais são os verbos *intencionais*, que reportam a atitude de alguém perante um objeto (complemento *de re*) ou proposição (complemento *de dicto*): querer, pensar, acreditar, temer, imaginar etc.

Verbos intencionais são verbos que predicam atitude psicológica a um indivíduo, e.g. admirar, acreditar, temer, esperar, pensar, desejar, etc. Essa atitude pode ser perante um objeto, como em “x teme y”, ou pode ser perante uma proposição, como em “x teme que Py”, onde x e y são variáveis individuais e P é um predicado qualquer. Verbos intencionais, eles mesmos, são predicados de um indivíduo, contudo. E como predicados eles formam uma família especial de um conjunto maior dos chamados predicados intensionais, que também incluem verbos como comprar e necessitar, por exemplo. A marca dos predicados intensionais é produzir um contexto sentencial no qual as expressões parecem exibir uma extensão distinta da normal, no qual as inferências extensionais parecem perder a validade. Predicados intensionais criam o que muitas vezes é chamado, a partir de Quine, de contexto opaco, em oposição ao extensional transparente.

Tomemos o exemplo da sentença “Brutus assassinou Júlio César”. Se ela é verdadeira, então somos habilitados a derivar a verdade de “existe algo que Brutus assassinou”, assim como de “Brutus assassinou o famoso imperador romano”, supondo que essa descrição é outro nome para Júlio César. O fato de que ambas as inferências preservam a verdade indica que o predicado “assassinar” é um predicado extensional. Tomemos agora como exemplo a sentença “os gregos acreditam em Zeus”. Aqui o predicado acreditar parece criar um contexto dentro do qual o nome Zeus, como uma constante ligada ao escopo do predicado, não é analisável extensionalmente. O predicado

intensional desabilita a generalização “existe algo em que os gregos acreditam”, a instanciação “Zeus é idêntico a alguma coisa”, assim como a substituição “os gregos acreditam no maior ídolo mitológico da Grécia antiga”, supondo que a descrição definida seja simplesmente outro nome para Zeus. Bastaria que o verbo desabilitasse qualquer uma das três inferências para se qualificar como predicado intensional.

3 *Cinco soluções para o problema*

The point of philosophy is to start with something so simple as not to seem worth stating, and to end with something so paradoxical that no one will believe it

Russell, *The Philosophy of Logical Atomism*,
193

3.1 Russell e a queda da singularidade

3.1.1 O paradigma de Russell

Uma outra resposta ao problema dos nomes vazios se dá com o abandono do princípio de singularidade. Segundo o princípio, expressões gramaticais singulares devem ser interpretadas como sendo irreduzivelmente singulares, isto é, como nomes genuínos. No entanto, o modo como apresentei a tese impõe uma condição desnecessariamente forte. Fiz assim para que fosse mais simples enunciar o princípio, mas agora preciso enfraquecê-lo um pouco. De fato, para o problema passar pela condição gramatical, não é preciso que as expressões singulares de todas as categorias sejam interpretadas ou traduzidas como singulares. Basta que uma das categorias, e.g. nomes próprios, descrições definidas, etc., seja irreduzivelmente singular. Essa ressalva é importante porque o século XX viu um grande número de debates sobre a real função semântica das expressões singulares de diferentes categorias.

A solução russelliana ou descritivista para o problema dos nomes vazios é a solução mais tradicional. Seu modelo semântico para descrições definidas e nomes próprios vigorou na literatura filosófica da tradição anglo-americana da primeira metade do século XX. A solução de Russell se trata de recusar o princípio de singularidade e revisar a condição gramatical do problema. Ela envolve então a recusa de que a forma referencial aparente de expressões singulares, como nomes próprios e descrições definidas, constitua uma evidência em favor de uma semântica milliana. Ao contrário, a solução russelliana segue uma estratégia ficcionalista ao sugerir que confundir a função aparente dessas expressões com sua função lógica real constitui a própria origem da aporia. Russell propõe, no lugar, uma semântica descritivista para nomes próprios ordinários e uma semântica quantificacional para descrições definidas.

Pode-se dizer que, desde o artigo de Russell, "On Denoting", de 1905, até os anos sessenta, a literatura foi majoritariamente ficcionalista com respeito a singularidade de expressões ordinárias. O artigo de Russell mostrou como analisar predicções ordinárias de descrições definidas em predicados, variáveis individuais e relação de identidade, evitando a necessidade de traduzir descrições como termos referenciais. Essa teoria foi chamada de teoria das descrições. A teoria das descrições é uma poderosa tecnologia de conversão de singularidade em generalidade, de predicação em quantificação; mas sozinha ela só é capaz de interpretar descrições definidas e indefinidas, restando as numerosas expressões singulares vazias da linguagem ordinária. Russell então veio a tratar nomes próprios e expressões singulares que significavam independentemente de denotar alguma coisa real como sendo abreviações gramaticais de descrições definidas, posição que veio a ser chamada de descritivismo.

Os paradoxos da referência pareciam revelar dois fatos intuitivos sobre expressões singulares: que são significativas mesmo quando vazias e que significam coisas distintas mesmo quando correferentes. Esses fatos seriam evidências de que o significado dessas expressões não são, pelo menos não sempre, o seu referente. Para Russell, isso significou que o princípio de singularidade devia cair. É claro, os mesmos fenômenos poderiam ser lidos de outros modos: de um lado, como evidência de uma teoria semântica

literalista que assumisse uma ontologia de objetos exóticos, abstratos ou inexistentes; de outro, como evidência de uma distinção crucial entre o significado comunicado e pensado de um termo singular e o seu poder semântico para afetar as condições de verdade das sentenças.

As duas primeiras alternativas de Russell consistiriam em negar um dos princípios de realidade ou univocidade e assumir que termos singulares referem a objetos teóricos, inexistentes, ou a objetos que existem de um modo especial. Com efeito, Russell () já havia defendido uma teoria assim. Mas o “senso de realidade” que Russell desenvolveu em sua virada empirista e anti-realista tornou inviável uma teoria diferente do universo de discurso. Essas soluções não estavam mais disponíveis em 1905. Inversamente, foi então que o problema teria se apresentado em sua gravidade, quando Russell assumiu o tal senso robusto de realidade. A solução de Russell teria que se dar no interior da imagem realista e empirista, segundo o princípio de realidade dos objetos e da univocidade do ser.

[M]any logicians have been driven to the conclusion that there are unreal objects... In such theories, it seems to me, there is a failure of that feeling for reality which ought to be preserved even in the most abstract studies. Logic, I should maintain, must no more admit a unicorn than zoology can; for logic is concerned with the real world just as truly as zoology, though with its more abstract and general features. To say that unicorns have an existence in heraldry, or in literature, or in imagination, is a most pitiful and paltry evasion. What exists in heraldry is not an animal, made of flesh and blood, moving and breathing of its own initiative. What exists is a picture, or a description in words. Similarly, to maintain that Hamlet, for example, exist in his own world, namely in the world of Shakespeare's imagination, just as truly as (say) Napoleon existed in the ordinary world, is to say something deliberately confusing, or else confused to a degree which is scarcely credible. There is only one world, the 'real' world: Shakespeare's imagination is part of it, and the thoughts that he had in writing *Hamlet* are real. So are the thoughts,

feeling, etc., in Shakespeare and his readers are real, and that there is not, in addition to them, an objective Hamlet. When you have taken account of all the feelings roused by Napoleon in writers and readers of history, you have not touched the actual man; but in the case of Hamlet you have come to the end of him. If no one thought about Hamlet, there would be nothing left of him; if no one had thought about Napoleon, he would have soon seen to it that some one did. The sense of reality is vital in logic, and whoever juggles with it by pretending that Hamlet has another kind of reality is doing a disservice to thought. A robust sense of reality is very necessary in framing a correct analysis of propositions about unicorns, golden mountains, round squares, and other such pseudo-objects. (RUSSELL, 1919, 169–170)

De outro lado, a terceira alternativa de Russell seria abandonar o princípio de objetividade e assumir um caminho no espírito das lógicas livres para manter o princípio de singularidade e aceitar os fenômenos da referência como evidência de uma cisão entre valor e poder semânticos de um termo singular. Seria assumir que o significado de uma expressão singular, aquilo que comunicamos e pensamos quando a utilizamos deve ser um conteúdo distinto de sua contribuição às condições de verdade das sentenças. Ou seja, consistiria em ler as aporias como sintomas da independência do valor e poder semântico de uma expressão. Nesse caminho, o princípio de singularidade seria salvo, mas os impasses levariam Russell à conclusão de que as condições de verdade de sentenças singulares não são uma função de seu significado. O princípio de objetividade, no entanto, era fundamental para a epistemologia de Russell, que requeria de sua semântica o que pode ser chamado de teoria cartesiana do significado.

Ou seja, as alternativas eram as seguintes. De um lado, distinguir entre objetos existentes e inexistentes, entre quantificadores existencialmente carregados e quantificadores irrestritos, ou entre diferentes modos de existência (ou sentidos de “existe”), e assumindo uma pluralidade de domínios e uma interpretação restrita e contextual dos quantificadores. De outro, distinguir entre valor e poder semântico de uma constante lógica e, conseqüentemente, apartar teoria da linguagem como comunicação de teoria

semântica; psicologia de ontologia. O que frustraria o projeto de epistemologia fenomenalista de Russell e assim o empirismo que o levou aos problemas da referência em primeiro lugar. Para garantir o vínculo entre o significado de uma sentença e suas condições de verdade e a independência desse significado em relação à verdade ou falsidade da sentença e tomando descrições definidas como modelo de expressão singular, Russell concluiu que o conteúdo semântico de descrições definidas e da maior parte dos nomes comuns não é seu referente, mas as condições de satisfação da referência conotadas pelos predicados que compõem a descrição.

3.1.2 O critério de Russell e o descritivismo

Russell desenvolveu um afiado critério para distinguir nomes genuínos, puramente referenciais, de expressões que, mesmo ocupando a posição de sujeito em predicções gramaticais, não eram realmente singulares. De certa forma, Russell levou a sério a caracterização de Mill do funcionamento de nomes próprios, mas discordou dele negando que nomes próprios ordinários funcionem como nomes próprios lógicos, expressão que ele cunhou. O critério de Russell (contra o qual Quine reagiria) era de que o sujeito gramatical de um enunciado só seria um nome genuíno se não fosse possível supor seu referente como inexistente.

Whenever the grammatical subject of a proposition can be supposed not to exist without rendering the proposition meaningless, it is plain that the grammatical subject is not a proper name, i.e. not a name directly 'representing some object'. (RUSSELL, 1961, 245)

É fundamental notar que Russell precisa usar o conceito de existência na própria definição de um nome próprio e logo de uma predicção. Segundo o critério de Russell, somente expressões que são usadas para representar diretamente um objeto garantidamente existente seriam expressões singulares ou referenciais, nomes próprios lógicos. Em contraste marcante com nomes próprios lógicos, descrições definidas são a categoria exemplar de expressões que são sujeitos gramaticais sem precisar referir. Descrições

definidas não requerem uma denotação para significar; mas pelo contrário, significam características para denotar. Ora, nomes ordinários, como normalmente usados, também não passaram no teste de Russell, uma vez que frequentemente os utilizamos sem saber ou poder garantir a existência de seu referente. Mas então o que expressariam os nomes ordinários em geral? Como esses nomes nem sempre denotam, mas ainda assim veiculam um sentido, eles deveriam ser vistos como descrições definidas. Ou seja, Russell propôs explicar o significado de nomes próprios em geral como sendo expressões descritivas, em oposição a puramente referenciais; expressões que veiculam predicados como parte de seu conteúdo.

Common words, even proper names, are usually really descriptions. That is to say, the thought in the mind of a person using a proper name correctly can generally be expressed explicitly if we replace the proper name by a description.(RUSSELL, 1917, 208)

Russell distingue então nomes ordinários de nomes próprios lógicos. Nomes ordinários, como “Russell” e “Hesperus”, quase nunca funcionam como termos singulares, uma vez que nem sempre são supostos representar algo real quando utilizados. Nomes próprios em geral seriam abreviações gramaticais de descrições definidas, o conteúdo descritivo do nome que distingue um nome como “Hesperus” de um coreferente, como “Phosphorus”. Por exemplo, a primeira abreviaria “a estrela da tarde”, enquanto a segunda abreviaria “a estrela da manhã”. Ambos os nomes denotam o mesmo astro, Vênus, mas comunicam diferentes conteúdos cognitivos. O modo de significação de nomes próprios não seria, normalmente, puramente referencial, mas descritivo. Sendo que a diferença entre as descrições que nomes próprios abreviam das descrições expressas em descrições definidas é que as primeiras são descrições fixadas cognitivamente, e por isso são sempre compostas com um ou mais nomes próprios lógicos, como expressões indexais ou demonstrativas. Descrições definidas, por sua vez, são muitas vezes puramente gerais e descritivas. A teoria de Russell de que nomes próprios são expressões descritivas foi chamada de descritivismo.

Não que nomes próprios nunca funcionem referencialmente para Russell. Nomes próprios ordinários também poderiam funcionar de modo puramente referencial, contanto que seu uso fosse denotativo, ou seja, que seu alvo cognitivo fosse um indivíduo familiar.

Suppose some statement is made about Bismark. Assuming that there is such a thing as acquaintance with oneself, Bismark might have used his name directly to designate the particular person with whom he was acquainted. In this case, if he made a judgment about himself, he himself might be a constituent of the judgment. Here the proper name has the direct use it always wishes to have, as simply standing for a certain object, and not for a description of the object. (RUSSELL, 1917, 209)

Mas se nomes próprios em geral não são utilizados de modo referencial, que expressões seriam propriamente singulares? Somente aquelas expressões que garantem por seu próprio caráter a existência de um referente. Mas qual era o critério de Russell para garantia de existência em primeiro lugar? Essa pergunta é a chave para compreendermos a solução de Russell. Seu critério era fundamentalmente epistemológico. Russell distinguia dois tipos de conhecimento de um objeto: um por descrição, que se dá quando só conhecemos algo por meio de uma descrição sua; e outro por familiaridade, que se dá quando conhecemos algo por contato sensorial direto. Para garantir o vínculo entre pensamento singular e mundo, o critério de Russell exigia que toda denotação fosse mediada pela experiência direta com o objeto denotado. Para ele, deveria ser impossível significar e pensar diretamente um indivíduo que não conhecemos por familiaridade. Essa seria a base de sua resposta ao problema dos nomes vazios, mas antes disso também o fundamento de seu empirismo. Esse é o ponto de partida do critério de singularidade de Russell. Nomes próprios lógicos seriam aquelas expressões sujeito de predicções que, ao serem utilizadas, sempre garantem o vínculo de familiaridade com o objeto denotado. Naturalmente, pouquíssimas expressões passaram em seu critério, de modo que, para Russell, os únicos nomes próprios genuínos seriam as expressões “isto”, “aquilo” e, possivelmente, “Eu”.

Como veremos, aliado a sua teoria das descrições, desenvolvida já em 1905, o descritivismo permitiria que se explique o modo como sentenças compostas com nomes próprios devem ser avaliadas: como uma fórmula quantificada. Nomes próprios também, quando usados, significariam suas próprias condições de significação, isto é, a existência de um e somente um referente que satisfaça a conjunção de predicados que o descreve.

A descritivismo divide o conteúdo dos nomes em dois: a descrição veiculada de um lado e o objeto por ela individuado de outro. No espírito da teoria de Frege, a primeira serve como significado e contém as condições de referência do nome, enquanto o segundo, o objeto, serve de contribuição efetiva para o valor de verdade dos enunciados. Uma pergunta natural é: mas que descrição está associada a cada nome? A idéia de Russell, muita semelhante a de Frege, é a de que o falante associa uma descrição ao nome utilizado no ato de enunciação. Diferentes descrições podem ser associadas ao mesmo nome por diferentes pessoas e pela mesma pessoa em diferentes momentos, mas contanto que as descrições denotem o mesmo indivíduo, a sua contribuição ao valor de verdade do enunciado será a mesma.

Moreover, the description required to express the thought will vary for different people, or for the same person at different times. The only thing constant (so long as the name is rightly used) is the object to which the name applies. But so long as this remains constant, the particular description involved usually makes no difference to the truth or falsehood of the proposition in which the name appears. (RUSSELL, 1917, 208)

É importante que esse conteúdo descritivo seja fixado cognitivamente. É somente assim que podemos garantir que o falante mantenha um vínculo com o conteúdo significado. Não obstante, a intenção de Russell com o descritivismo não é forjar uma teoria idealista. Russell introduz nomes próprios ordinários, que seriam nomes descritivos, justamente para reservar o espaço do contato direto entre pensamento e mundo para os nomes próprios lógicos. Essas expressões, as únicas que são seguramente representáveis como constantes individuais, garantem, por sua natureza, que haja um objeto

de referência sempre que são usadas. Elas dispensam o conteúdo descritivo que, na análise de Russell, veicularia sua condição existencial de verdade. Russell encontrou na gramática a distinção lógica que precisava para salvar a intuição da teoria tradicional de que predicções sempre são sobre objetos, o fundamento de seu empirismo.

3.1.3 A teoria das descrições definidas de 1905

A teoria das descrições definidas de Russell foi uma extensão de sua teoria para descrições indefinidas. Estas expressões são compostas com artigos indefinidos e figuram em sentenças da forma “um P é G ”, onde P e G são predicados. Descrições indefinidas são intuitivamente traduzidas como quantificações. Por exemplo, se digo que “Alguns filósofos são brasileiros”, podemos explicar essa sentença de modo bastante direto como uma quantificação existencial da forma $\exists x(Fx \wedge Gx)$. Essa fórmula serve como representação tanto de seu significado quanto de suas condições de verdade, isto é de sua forma lógica.

Descrições definidas, pensou Russell, são como as indefinidas, mas além da condição existencial, também conotam a condição de que somente um indivíduo satisfaz a descrição. Ou seja, além de pressupor a existência do objeto descrito, descrições definidas são definidas porque exigem que haja somente um objeto que a satisfaça. Daqui a análise de Russell segue naturalmente. Segundo a teoria, quando enunciamos uma sentença da forma “O P é G ”, isto é, uma predicação cujo termo sujeito é uma descrição definida, digamos, “O autor de ‘On denoting’ é pacifista”, onde P é o predicado “autor de ‘On denoting’” e G , o predicado “pacifista”, expressamos uma proposição que pode ser decomposta em três partes, relativas a três condições.

1. Existe um autor de “On denoting” (condição de existência);
2. Um autor de “On denoting” é pacifista (condição de predicação);
3. Só existe um autor de “On denoting” (condição de singularidade).

Ou seja, sentenças como essa expressam proposições complexas simbolizadas assim: $\exists x((Px \wedge Gx) \wedge \forall y(Py \rightarrow (y = x)))$. Aqui a sequência $\exists x(Px \wedge Gx)$ simboliza

que existe um autor de “On denoting” que é pacifista e $\forall y(Py \rightarrow (y = x))$ simboliza que, se alguma coisa é um autor de “On denoting”, então ela é esse mesmo autor. A análise garante que só haja um autor do texto, conforme indicado pelo artigo definido, a marca das descrições definidas em oposição às indefinidas.

A teoria de Russell contrasta, desse modo, descrições definidas, que são expressões complexas, com nomes próprios. Compare a fórmula acima com a simples fórmula sujeito-predicado Px . Descrições definidas não são expressões referenciais, como nomes próprios lógicos, mas são expressões que significam, por meio de quantificação e identidade, as condições que um indivíduo deve satisfazer para verificar um enunciado. Contudo, segundo Russell, isso não impede que digamos que descrições definidas *denotam* um indivíduo, desde que algum as satisfaçam.

A teoria das descrições tem um enorme poder explicativo. Supondo também a teoria descritivista dos nomes próprios, ela oferece uma solução tanto para o problema das identidades informativas quanto para os das atitudes proposicionais e dos nomes vazios. Tendo como pressuposto a leitura fregeana quantificacional do verbo “existe”, a teoria das descrições também oferece uma explicação bastante natural das existenciais negativas. No caso das asserções de identidade, a teoria explica que descrições definidas que denotam um mesmo objeto não podem ser substituídas umas pelas outras porque elas não são puramente referenciais e, desse modo, nem figuram como termos em uma proposição. Mas a aplicação da teoria a casos mais complicados revela (suposta a validade da própria teoria) uma curiosa propriedade das predicções gramaticais compostas com expressões denotativas descritivas: que são ambíguas.

Primeiro vejamos casos simples em que a ambiguidade parece não aparecer. Tome uma predicção gramatical qualquer composta com termos descritivos, “A estrela da tarde brilha”. Aqui, a tradução, segundo a explicação acima, ocorre naturalmente. (Suponha que “estrela da tarde” seja um termo geral que não precisamos analisar). Segundo a explicação, a teoria afirma que a sentença expressa a proposição “Existe um x tal que x é uma estrela da tarde; x brilha; e, para qualquer y , se y for uma estrela da tarde, então y é x ”. Ou seja, além de predicar uma variável e garantir que somente um objeto é um

valor que verifica a função proposicional, a sentença também afirmaria a existência desse objeto. Agora temos um exemplo de sentença vazia, “O atual rei da França é careca”. Se fosse analisada como uma sentença da forma sujeito-predicado, onde o conteúdo do sujeito fosse um indivíduo, a sentença não expressaria uma proposição completa e não teria valor de verdade. Analisada conforme a teoria das descrições, a sentença expressa a proposição de que existe um e somente um rei da França e que ele é careca, uma proposição existencial naturalmente falsa.

Agora tome uma sentença singular existencial negativa vazia, como “O maior número primo não existe”. Porque “o maior número primo” é uma descrição definida, a sentença será analisada como uma quantificação existencial aliada a uma quantificação universal sobre a totalidade dos indivíduos e à identidade, como mostrado acima, e logo não será interpretada como sentença singular. Sob a análise, sem ressalvas, a sentença expressa a proposição de que existe um e somente um maior número primo e ele não existe. Uma sentença falsa e contraditória, em vez de simplesmente verdadeira. Essa é aliás a mesma contradição resultante da generalização existencial sobre a predicação; exceto que na teoria de Russell a referência ao indivíduo ocorre por meio de quantificação universal e identidade e não através de uma denotação direta. Mas note que essa contradição se dá na interpretação natural da sentença. Em linguagem formal de predicados, a sentença seria apresentada como $\exists x((Px \wedge Ex) \wedge \forall y(Py \rightarrow (y = x)))$, onde E é o predicado “existe”. Aqui se vê que a contradição se dá não no plano sintático, mas semântico, uma vez que as duas ocorrências do verbo “existe” pertencem a categorias lógicas distintas: uma como quantificador, outra como predicado. A solução de Russell envolve atribuir à sentença original uma ambiguidade formal. Segundo a teoria das descrições, sentenças contendo uma expressão denotativa descritiva comportam duas leituras: uma em que ela expressa uma proposição em que a expressão denotativa tem uma ocorrência primária e outra em que esta ocorre secundariamente na proposição.

Pois bem, tome uma predicação negativa, como “Não é o caso que o Rei da França é careca”. Intuitivamente, predicções gramaticais só admitem a negação em uma posição, enquanto sentenças quantificadas a admitem em duas. Então, para converter essa

sentença, precisamos decidir entre duas leituras, cuja diferença fica clara no exemplo: entre uma negação interna predicativa e uma externa existencial. A expressão “o Rei da França” ocorre primariamente se a sentença for interpretada como expressando “Existe um e somente um Rei da França tal que ele não é careca”, em cujo caso ela é falsa. Mas “o Rei da França” ocorre secundariamente se sua existência for negada, como “Não existe um e somente um Rei da França tal que ele é careca”, onde ela é verdadeira. A análise de Russell leva a concluir que predicções gramaticais são enunciados ambíguos quando o termo sujeito não é um nome próprio lógico. Sendo que o caso das existenciais negativas é explicado como um caso em que a expressão denotativa ocorre secundariamente.

That is, “the King of France is not bald” is false if the occurrence of “the King of France” is *primary*, and true if it is *secondary*. Thus all propositions in which “the King of France” has a primary occurrence are false; the denials of such propositions are true, but in them “the King of France” has a secondary occurrence. Thus we escape the conclusion that the King of France has a wig. (RUSSELL, 1905a, 490)

A diferença entre ocorrência primária e secundária é fundamental em casos de atitudes proposicionais em que a existência ou singularidade estão em jogo. Tome um exemplo de sentença com verbo intencional cujo complemento seja um nome que supõe-se vazio, “João acredita que o Rei da França é careca”. Digamos que ela seja verdadeira e, por simplicidade, que “João” ocorra como um nome puramente referencial. Se “o Rei da França” tem uma ocorrência primária, então lê-se “Existe um e somente um Rei da França tal que João acredita que ele é careca”, e a sentença é falsa. Mas o que gostaríamos de expressar com a sentença é a proposição em que a descrição tem uma ocorrência secundária: “João acredita que existe um e somente um Rei da França tal que ele é careca”. A primeira leitura falsifica a sentença ao interpretá-la como afirmando a existência do Rei da França, quando o nome deveria aparecer somente no interior de um contexto opaco, onde não vale a generalização existencial.

Uma vez que Russell acredita, como Frege, que a única verdadeira semântica do

verbo “existe” é a que o interpreta como quantificador, então a dificuldade se resolve automaticamente. Para Russell, existência é essencialmente uma propriedade de uma função proposicional. “O maior número primo não existe” expressa simplesmente a proposição de que não existe um e somente um maior número primo. E eis o resultado desejado. A teoria das descrições definidas, juntamente com a leitura quantificacional do verbo “existe”, nos entrega existenciais negativas verdadeiras. Aqui fica claro que o fundamento da teoria de Russell é a univocidade e o pressuposto ontológico e, conseqüentemente, o compromisso com a leitura quantificacional, de segunda ordem, do verbo de existência. Ao abrir mão da singularidade de descrições definidas, que em linguagem natural figuram em predicacões, inclusive de existência, a teoria de Russell também se compromete com o pressuposto de que existir não é uma propriedade de objetos, mas de propriedades, qual seja, a de ser instanciada.

When you take any propositional function and the assert of it that it is possible, that is some time it is true, that gives you the fundamental meaning of 'existence' (. . .) existence is essentially a property of a propositional function. It means that the propositional function is true in at least one instance.(RUSSELL, 1961, 232)

A análise confere a toda sentença composta com uma descrição que ocorre primariamente uma condição estratégica de verdade: a existência. Em vez de pretender significar um objeto e pressupor sua existência, como a semântica para termos singulares, descrições definidas russellianas expressam a própria condição de referência de toda denotação, a existência de um referente, como condição de verdade das sentenças que compõem. Como quero deixar claro, contudo, não é por conta da análise de sentenças existenciais negativas que Russell adota a teoria fregeana da existência como quantificador, como se fosse uma adaptação para evitar um beco técnico. Pelo contrário, a semântica quantificacional do verbo de existência é a expressão de seu senso robusto de realidade, de sua adesão ao que chamei de princípio de realidade, sem o qual Russell não teria que propor uma análise quantificada de descrições em primeiro lugar. Que existir seja uma propriedade de segunda ordem é a expressão da tese de que todo

enunciado verdadeiro tem como fundamento o que existe; de que não faz sentido pensar em objetos para além dos existentes.

A teoria das descrições serve para salvar o próprio projeto fregeano de uma semântica composicional dentro do paradigma realista, objetualista e univocalista. Para isso, a teoria visa explicar como o significado de uma sentença é também suas condições de verdade e, ao mesmo tempo, como as condições para que ela tenha sentido em primeiro lugar são independentes de ela ser verdadeira ou falsa. A idéia da teoria de Russell é fundar a distinção entre forma gramatical e forma lógica de uma sentença, absorvendo a tensão das aporias da referência. A função da distinção é habilitar um ficcionalismo empirista que interprete predicacões gramaticais como proposições que quantificam sobre um único domínio de objetos existentes. O passe de mágica da teoria é trazer à superfície da forma proposicional os seus pressupostos objetualista, realista e univocalista; identificando valor e poder semânticos em detrimento do princípio de singularidade. Russell sacrifica assim a gramaticalidade da semântica de predicado.

Aqui fica claro que a solução para o realismo empirista de Russell consiste em uma semântica internalista, segundo a qual o conteúdo pensado e significado em um ato de referência é sempre mediado por um conteúdo cognitivo que determina os parâmetros da referência. Russell explica a liberdade do pensamento e da linguagem em formular descrições significativas e, ao mesmo tempo, o modo como o pensamento e a linguagem se vinculam ao mundo. O descritivismo explica a liberdade de significação por meio de expressões singulares; a teoria das descrições explica o vínculo das descrições com o mundo, vínculo posto à prova pela noção de existência (o próprio parâmetro de objetividade empirista); a teoria da familiaridade explica como podemos pensar e significar as coisas mesmas diretamente, dispensando descrições.

3.2 Quine e a queda da denotatividade

3.2.1 Críticas ao descritivismo

O problema da semântica tradicional é nos obrigar, para responder ao problema dos nomes vazios, a abandonar o princípio de singularidade e logo nossas intuição sobre a semântica para linguagens naturais. Acontece que nem Frege nem Russell estavam preocupados em salvar essas intuições. Como consequência temos a teoria das descrições, o descritivismo e a teoria fregeana da existência como quantificador. O fato é que essas teorias incorrem em inúmeras dificuldades justamente por terem como o fundamento o abandono das intuições gramaticais. Proponho fazer um breve passeio pelas dificuldades do descritivismo denunciadas por Kripke nos anos 60.

Apesar de que a teoria das descrições foi também criticada e posta em xeque, notadamente por Keith Donnellan e por Strawson, foi o descritivismo que sofreu os ataques mais transformadores, primeiramente por Ruth Barcan Marcus e, posteriormente, por Saul Kripke. A teoria que emergiu das palestras de Kripke era a de que o significado de nomes próprios é simples e irreduzivelmente o objeto que refere. Essa teoria foi chamada da teoria da referência direta dos nomes próprios, ou millianismo, a partir de Stuart Mill. O millianismo é a principal teoria no século XX que representa, contra o descritivismo russelliano, a validade do princípio da singularidade. Não obstante, após a revolução milliana, a atitude antidescritivista foi também estendida às categorias dos demonstrativos e dos indexais, notadamente por David Kaplan e John Perry, respectivamente.

O jogo começa a virar contra o descritivismo nos anos 60, com a crítica de Barcan Marcus (1961). O ponto de Marcus é simples: nomes próprios simplesmente não são semanticamente equivalente a descrições definidas. Nomes próprios se comportam antes como etiquetas, com as quais nos referimos diretamente aos seus portadores. A razão pela qual a teoria seria chamada de (neo) milliana é a visão de Mill sobre nomes próprios.

(...) whenever the names given to objects convey any information that is,

whenever they have properly any meaning the meaning resides not in what they denote, but in what they connote. The only names of objects which connote nothing are proper names; and these have, strictly speaking, no signification.

(...)

When we impose a proper name, we perform an operation in some degree analogous to what the robber intended in chalking the house. We put a mark, not indeed upon the object itself, but, so to speak, upon the idea of the object. A proper name is but an unmeaning mark which we connect in our minds with the idea of the object, in order that whenever the mark meets our eyes or occurs to our thoughts, we may think of that individual object. (MILL, 1882, 43–44)

Uma década mais tarde a tese ganhou de Kripke (1980) uma forma mais sofisticada em suas famosas conferências. Kripke, aliás, atribuía a tese descritivista tanto a Frege quanto a Russell. Kripke apresentou argumentos não somente para revelar inconsistências no modelo de solução de Frege-Russell aos problemas da teoria da referência direta (como a teoria denotativa dos nomes próprios viria a ser chamada), mas também para advogar a reabilitação da teoria de Mill.

Kripke mostra como o ponto fraco da teoria Russelliana apontado por Barcan Marcus leva o descritivismo a três tipos de dificuldades, uma modal, uma epistêmica e uma semântica. Digamos que o conteúdo do termo “Kripke” seja a descrição definida “O autor de *Naming and Necessity*”. Segundo o descritivismo, afinal, um termo referente deverá de um ou de outro equivaler a uma ou mais descrições assim. Nesse caso, um falante que somente sabe que Kripke é um filósofo, mas que desconhece o fato de que ele é o autor das conferências, seria incapaz de referir singularmente a Kripke, uma vez que vários indivíduos satisfazem a descrição “filósofo”; ao mesmo tempo, um falante que pensasse ser Deleuze o palestrante das conferências se referiria a Kripke ao usar o nome “Deleuze”. Além dessa acusação semântica, conhecida como o problema da ignorância e o do erro, duas dificuldades aqui periféricas são apontadas se assumirmos

o descritivismo de Russell como uma doutrina que associa o mecanismo de referência de uma expressão ao seu significado: (1) se o significado de “Kripke” for “O autor de *Naming and Necessity*”, a asserção “Kripke é o autor de *Naming and Necessity*” seria analítico e a asserção “Kripke não é o autor de *Naming and Necessity*” seria uma contradição (problema *epistêmico*); e (2) no caso de Kripke jamais ter comparecido às palestras, e de o palestrante ter sido Gilles Deleuze disfarçado de Kripke, o nome “Kripke” se referiria não mais a Kripke, mas a Deleuze (problema *modal*).

Termos referentes não podem ser, portanto, *sobre* o que pensamos dos objetos, mas são sobre os objetos mesmos. Ou seja, eles podem se referir aos objetos sem o intermédio de qualquer fixação cognitiva do objeto. Assim Kripke apresenta a noção de que nomes próprios são designadores rígidos: espécies de ponteiros que designam um mesmo objeto (e não o modo como ele se apresenta a nós) em todos os mundos possíveis em que ele existe.

Aqui há dois pontos importantes para a revolução da referência. Em primeiro lugar, a tese de não é possível entender o mecanismo de referência de um nome próprio como um mecanismo de adequação entre a predicação de descrição definida (e nem mesmo de um *cluster* delas) e as qualidades de um objeto. Essa é a tese metafísica de Kripke, se quiser. Sua intuição é a de que o descritivismo não faz justiça às nossas intuições modais, ou seja, à nossa impressão de que podemos, ao referirmos a um objeto, falar sobre como ele é, deve, e poderia ser. Em segundo lugar, a tese de que mesmo se o descritivismo capturasse nossas intuições metafísicas sobre modalidade *de re*, sua suposição de que a referência é uma forma de fixação mental e, portanto, um processo psicológico, simplesmente não é uma boa explicação de como usamos as palavras. Essa é a tese epistemológica, se quiser. Aqui o ponto de Kripke é de que tanto um falante mal informado quanto um completamente equivocado podem perfeitamente referir a um objeto através de seu nome próprio.

São duas, portanto, as críticas de Kripke ao descritivismo. Segundo à teoria descritivista, referir a um objeto envolve a fixação cognitiva de uma descrição definida que o discrimine entre os outros. A crítica epistemológica é decisiva e revela como a referência

a um objeto não pode envolver a fixação cognitiva de um conjunto de condições qualitativas, quaisquer que sejam elas, a serem satisfeitas pelo objeto a se referido. Ainda que o essencialismo qualitativo fosse verdadeiro, o fato de que existe referência em casos de equívoco e de informação incompleta mostra que a referência é um processo externo, e não interno, à mente da falante. A crítica metafísica, por sua vez, deve ser entendida como a rejeição de uma espécie de essencialismo qualitativo suposto na própria imagem de mediação do descritivismo. A tese de que a cada nome próprio corresponda uma descrição definida parece representar a adesão à teoria metafísica de que objetos são simplesmente um aglomerado, ou um fardo, de propriedades coinstanciadas. O problema de uma teoria assim é bem conhecido: o princípio da identidade dos indiscerníveis, segundo o qual todo indivíduo instancia uma conjunção única, exclusiva, de propriedades, é insustentável em uma metafísica que pretende acolher intuições modais, como a de Kripke e a dos revolucionários. Nada parece impedir, afinal, que dois objetos instanciem as mesmas propriedades.

3.2.2 O conflito pelo princípio de singularidade

Uma outra solução ao problema dos nomes vazios envolve o abandono do princípio da objetividade, segundo o qual todos os nomes denotam um objeto. O princípio expressa a concepção de que o significado de um nome ou termo singular é simplesmente o objeto que ele nomeia, de modo que um nome que não nomeia coisa alguma não expressa nada ou não é um nome realmente. Farei um passeio pela teoria de Quine antes de chegar às lógicas livres propriamente.

Sabemos que seria absurdo manter que nomes vazios nada significam por não satisfazerem o requisito tradicional de significação, isto é, por não denotarem. Precisamente porque um nome como “Pégaso” significa é que sabemos que ele não denota um objeto real. Além disso, sabemos que as sentenças construídas com nomes vazios significam normalmente e são verdadeiras ao menos em casos de existenciais negativas, mas também não nos serve definir uma denotação artificial como o conjunto vazio para nomes vazios. Em primeiro lugar porque é artificial e, em segundo, porque não explica a

diferença de contribuição às condições de verdade entre os nomes vazios. É verdade que para a ortodoxia Frege-Russell, se não denotam, então não podem compor uma sentença verdadeira. Mas ainda assim as condições sob as quais sentenças sobre o Curupira seriam verdadeiras devem ser distintas daquelas sob as quais sentenças sobre Vulcano o seriam. De modo geral, a proposta fregeana envolve o abandono da intuição de que a denotação de um nome genuíno é sempre um objeto e não a idéia que dele temos ou uma construção abstrata.

Uma alternativa é o descritivismo de Russell. Ao converter nomes ordinários em descrições definidas, introduzimos nas proposições os predicados que diferenciam o poder semântico de cada expressão juntamente com uma condição existencial, de modo que se a expressão denotativa for vazia e ocorrer primariamente então a sentença vazia será falsa como gostaríamos. Existenciais negativas são explicadas como sentenças cuja expressão singular vazia ocorre secundariamente, onde a negação é externa, negando a existência de um valor que verifique a função proposicional. Contudo, a solução de Russell requer que interpretemos o verbo “existe” como quantificador somente, como expressando a possibilidade de se satisfazer uma função proposicional. Existir seria, como queria Frege, uma propriedade de segunda ordem, uma propriedade de propriedades e não de objetos. De modo geral, a solução de Russell exige que abandonemos a gramática superficial e a propriedade da gramaticalidade de LP1.

Ao abrir mão do princípio de objetividade, abre-se mão dessa dicotomia, juntamente com a explicação referencial do significado das expressões singulares. Tendo como premissas a interpretação objetual dos nomes e os fenômenos da referência, Russell concluíra que nem todas as expressões singulares são nomes genuínos; mas uma vez rejeitada a análise descritivista dos nomes e mantido o princípio de singularidade, as falhas da referência apontam antes para a queda da própria interpretação referencial das expressões singulares. Nomes próprios, descrições definidas e afins sim pretendem referir a objetos, mas nem sempre têm êxito. Ou seja, assim como termos gerais, termos singulares também devem ser livres de conotação existencial. Esse mote do abandono do princípio de objetividade é característico de pensadores como Karel Lambert, Evans,

Sainsbury e outros que adotaram uma semântica de lógicas livres.

Na semântica tradicional, uma interpretação associa a cada constante individual um elemento, representando um objeto, e a cada predicado, um conjunto desses elementos, representando uma classe ou tipo. Desse modo as fórmulas compostas por esses termos segundo as regras de formação são avaliáveis segundo as regras de avaliação. O resultado da semântica composicional são as inferências da extensionalidade. Como o domínio dos elementos é único e é abrangido por quantificadores que conotam a existência, o princípio de objetividade assegura que sejam válidas no sistema as inferências quantificacionais com peso existencial. Em particular, a instanciação universal e a generalização existencial. Essas regras manifestam a tese de que todas as coisas, ou ao menos as denotáveis, existem, e logo que todas as predicções autorizam por generalização a derivação de uma proposição existencial. Isso é bastante simples de se notar uma vez entendido que o quantificador tem como função primária quantificar predicados. Ao atribuir conotação existencial ao quantificador particular, ecoa-se toda a tradição segundo a qual a essência não precede a existência equiparando-se identidade e existência. Além da simplicidade, o mérito desse modelo é tornar transparente a passagem de proposições singulares para gerais, captando naturalmente inferências informais. Não somente assume-se que “Algum planeta é habitável” afirma a existência de um planeta que é habitável mas também, por exemplo, que de “Russell é autor de ‘On denoting’” possamos inferir que existe algo que é um autor de ‘On denoting’. Também, de “Todas as coisas estão em relação com alguma outra coisa” podemos inferir que Russell está em relação com alguma outra coisa. Juntas, dado o teorema de identidade, $\forall x(x = x)$, podemos derivar que tudo existe expresso em termos de duas quantificações e identidade, $\forall x(\exists y(y = x))$.

Mas o sacrifício da singularidade de expressões como nomes próprios e descrições definidas e, conseqüentemente, o abandono da intuição de que a semântica deve refletir a gramática seria uma solução cara demais para o problema dos nomes vazios. Os problemas da teoria das descrições apontados desde os anos cinquenta por Strawson e Donnellan, assim como a inviabilidade da análise descritiva dos nomes próprios

denunciada pelas críticas fulminantes de Kripke eram somente um sintoma do fato de que a gramática superficial dos termos e das predicções deveria ser respeitada. Levamos a sério as análises de Russell porque pensamos com a tradição objetualista que o significado de um termo singular genuíno deveria ser sua referência. Essa é a razão pela qual uma interpretação na semântica tradicional associa a *todos* os nomes da linguagem uma denotação. Uma denotação a um objeto real, naturalmente. É evidente então que uma gramática que tratasse expressões singulares vazias como realmente singulares, uma vez suposto o princípio objetualista, teria que concluir seja que não elas têm significado, seja que denotam outra coisa que sua suposta denotação, como Frege e, posteriormente, Carnap e Church sugeriram; ambas alternativas indesejáveis.

Um modo de entender o impasse é o seguinte. Curiosamente, as alternativas tradicionais fregeanas e russellianas fracassaram justamente por confundir significado e referência. É por isso que Frege teria oferecido o conjunto vazio como a referência de nomes vazios e é por isso que Russell teria recusado a análise de predicções gramaticais compostas com nomes próprios como “Russell é um filósofo” como predicções genuínas. É claro, entender o significado de nomes próprios lógicos como sua própria referência seria fundamental para a epistemologia atomista de Russell. Mas o custo semântico dessa epistemologia, como se não bastasse a imagem internista da significação, se provou insustentável. Quine (1963a, 163) reconheceu, contra Russell, que pensar que predicções gramaticais não são realmente predicções porque uma expressões denotativas não tem conotação existencial seria um vestígio da velha confusão entre o significado e a referência de uma expressão.

3.2.3 A sugestão e o recuo de Quine

A teoria de Quine é uma extensão da teoria de Russell, mas diverge dela em um aspecto importante. Em oposição à tradição e a sua teoria das predicções, Quine reconheceu o caráter singular de nomes próprios, mesmo quando vazios, e consequentemente, contra Russell, reconheceu temporária e estrategicamente predicções gramaticais compostas com essas expressões como predicções genuínas. Nesse

sentido, Quine foi um precursor das lógicas livres ou quase isso. Quine se oporia à Russell em sua teoria das predicções, mas eventualmente recorreria a sua teoria das descrições para lidar com a aporia dos inexistentes. Em “On what there is”, de 1948, Quine defendera tanto o princípio da univocidade quanto o metafísico, segundo o qual tudo existe, em versões hoje clássicas. Quine abre o artigo com uma resposta à questão ontológica “Sobre o que há?”. Mas sua resposta não é um critério de existência, é a tese extensionalista:

A curious thing about the ontological problem is its simplicity. It can be put in three Anglo-Saxon monosyllables: "What is there?" It can be answered, moreover, in a word - 'Everything' - and everyone will accept this answer as true. However, this is merely to say that there is what there is. There remains room for disagreement over cases; and so the issue has stayed alive down the centuries. (QUINE, 1948, 21)

No artigo, Quine argumenta contra a interpretação das predicções existenciais negativas como evidência em favor de teorias realistas dos nomes vazios. Quine critica precisamente o argumento ou raciocínio realista, do qual teoria de Russell de 1903 é o maior exemplo, segundo o qual aquilo que não existe deve de algum modo existir para que possamos predicar-lhe a inexistência. Quine chama essa resolução da aporia de *Barba de Platão*.

Quine, evidentemente, não fornece um critério de existência. Isto é, ele não responde “coisas concretas”, “coisas conhecíveis”, etc. Ele começa afirmando que o fato de que tudo existe é tão simples quanto a própria pergunta ontológica, que seria curiosamente simples. Então Quine inicia o texto com a pergunta ontológica, “o que existe?” ou “o que há?” (assumindo uma leitura existencial do verbo “haver”) e, no primeiro parágrafo, responde com uma resposta à nossa terceira pergunta metaontológica: “há objetos que não existem?”. A resposta de é gramaticalmente adequada. De fato, a pergunta ontológica permite uma leitura ambígua. Quine tenta antes estabelecer uma espécie de espaço de consenso antes de opinar realmente sobre a verdadeira questão ontológica

“O que existe?”. Mas o que é realmente curioso é o fato de que sua resposta provisória, supostamente trivial e consensual, não é nem trivial nem é consenso algum. Como sabemos, Meinong, notadamente, defendeu a posição contrária de que muitas coisas não existem.

No segundo parágrafo, na passagem imediatamente após a citada, Quine introduz um personagem, McX, cuja ontologia diferiria da de Quine por ser mais generosa. McX representa alguém que defende que existem coisas que Quine não reconhece como existentes. McX, portanto, é um realista, e Quine, um anti-realista. McX, Quine explica, pode consistentemente explicar a diferença entre as duas ontologias dizendo que Quine não reconhece a existência de tais e tais entes. Quine, naturalmente, pode objetar que não há nada como tais entes para ele reconhecer como existentes, e que, portanto, McX não retrata de modo justo a diferença entre as duas ontologias. Mas, como Quine explica, os anti-realistas estão em desvantagem no debate ontológico. Anti-realistas como ele têm dificuldades em deixar claro que não estão comprometidos com a existência de certos entes. Pois se dizem que não reconhecem cavalos alados entre as coisas que existem, o realista, encenado pelo personagem McX, poderia retrucar que ambos já estão comprometidos com tais coisas, uma vez que já estão falando sobre elas. A anti-realista, aparentemente, é incapaz de mostrar que sua ontologia é mais magra, e o realista parece então já começar o debate com uma vantagem ilegítima. Segundo Quine, essa impressão é o efeito da velha, e para ele, caduca, aporia dos inexistentes.

Quine precisa mostrar como tratar o problema dos nomes vazios e a aporia dos inexistentes sem cair no feitiço da Barba de Platão. Para tanto, Quine traçará uma distinção entre termos singulares referenciais e não referenciais de modo a respeitar a forma gramatical das predicções. O critério para a semântica das expressões naturais de Quine era muito simples: é a função gramatical de uma expressão que devemos levar em conta para interpretá-la como singular ou geral. Mas então uma ressalva precisa ser feita na própria teoria da predicção, isto é, na regra de avaliação do valor de verdade de predicções: que um termo singular possa não referir a objeto algum. Uma predicção, pois, juntaria um termo geral e um singular formando uma sentença verdadeira ou falsa

conforme o termo geral é verdadeiro ou falso sobre o objeto, *se houver um*, ao qual o termo singular refere.

Is is by grammatical role that general and singular terms are properly to be distinguished. [Parágrafo] The basic combination in which general and singular terms find their contrasting roles is that of *predication*: 'Mama is a woman', or schematically 'a is an *F*' where 'a' represents a singular term and 'F' a general term". Predication joins a general term and a singular term to form a sentence that is true or false according as the general term is true or false of the object, if any, to which the singular term refers.(QUINE, 1960, 96)

Em um aspecto muito importante, Quine quebra com a teoria tradicional da predicação, que requeria que toda predicação envolvesse denotação. Em contraste, a teoria que Quine sugere admite a possibilidade de falha de referência da parte de um termo singular em uma predicação genuína. Mas Quine pensava também que uma predicação só preservava a transparência e a extensionalidade quando o sujeito fosse *usado como* uma expressão referencial.

When a singular term is used in a sentence purely to specify its object, and the sentence is true of the object, then certainly the sentence will stay true when any any other singular term is substituted that designates the same object. Here we have a criterion for what may be called *purely referential position*: the position must be subject to the *substitutivity of identity*.

(...)

An illustration of purely referential position is the position of singular terms under predication. For, the predication is true so long merely as the predicated general term is true of the object named by the singular term.(QUINE, 1960, 142)

Quine mostra que verbos de atitudes proposicionais normalmente indicam situações em que termos singulares não são usados como puramente referenciais. Mas e quanto a

predicações vazias? Quine (1943) já parecia oferecer uma abertura para reconhecer que “Pégaso” poderia ocorrer como um termo singular genuíno, no sentido de ser substituível *salva veritate*, se acreditássemos que “Pégaso” refere em primeiro lugar. Quine mantivera essa posição já em 1943:

The main conclusions reached in the five sections of this paper are as follows. A substantive word or phrase which designates an object may occur purely designatively in others. This second type of context, though no less “correct” than the first, is not subject to the law of substitutivity of identity nor to the laws of application and existential generalization. Moreover, no pronoun (or variable of quantification) within a context of this second type can refer back to an antecedent (or quantifier) prior to that context. This circumstance imposes serious restrictions, commonly unheeded, upon the significant use of modal operators, as well as challenging that philosophy of mathematics which assumes as basic a theory of attributes in a sense distinct from classes.(QUINE, 1943, 127)

Não surpreende que ele tenha vindo a oferecer resistência à idéia de acolher nomes vazios como nomes em sua teoria. Segundo Quine, nomes vazios não são usados referencialmente precisamente porque sabemos que não têm referência quando os usamos.

A constant singular term, simple or complex, will seldom be used in purely referential position unless the speaker believes or makes believe that there is something, and just one, that the term designates. For us who know there is no such thing as Pegasus, the sentence ‘Pegasus flies’ counts perhaps as neither true nor false.(QUINE, 1960, 176)

Quine, ao mesmo tempo, não deseja ceder nem à atitude de Frege e postular coisas como sentidos, nem deseja, com Russell, confundir significado e referência sacrificando a forma gramatical em função de uma noção puramente semântica de predicação. Mas

incapaz de lidar com nomes vazios de outro modo, recua, no capítulo sobre regimentação, à visão de recusar aos nomes vazios uma posição puramente referencial. Se admitidos, termos singulares vazios produziram lacunas de valores de verdade.

Singular terms which, like 'Pegasus', lack their objects thus raise problems; and not only in connection with the concept of purely referential position. The mere occurrence of truth-value gaps, as we may call them—cases where, in Strawson's phrase, the question of truth value does not arise—would add irksome complications to deductive theory if allowed for. (...) A special awkwardness of the truth-value gaps here under consideration is that they cannot be systematically spotted by notational form. Whether 'Pegasus flies' has a truth value is made to depend on whether there is such a thing as Pegasus. (...) Even such truth-value gaps can be admitted and coped with, perhaps best by something like a logic of three truth values. But they remain an irksome complication, as complications are that promise no gain in understanding. (QUINE, 1960, 177)

Segundo Quine, termos singulares vazios de fato aparecem dentro de contextos opacos, como em "Homero acreditava em Pégaso", mas nesses casos eles não são, na verdade, puramente referenciais. Termos singulares vazios aparecem em existenciais negativas, mas aqui, Quine sugere, eles são melhor entendidos como não sendo realmente referenciais. Podemos tratá-los à la Russell utilizando um método de conversão de termos singulares em gerais sem supormos que uma descrição seja associada mentalmente ao nome por um falante. Nas seções 37 e 38, Quine então apresenta sua famosa teoria de 1948 sobre a eliminabilidade de termos singulares. Segundo sua teoria, existência pode ser expressa em termos de identidade, uma vez que vale o pressuposto metafísico de que tudo existe. A importância da conversão de predicação existencial singular em uma quantificação com identidade é essencial para o projeto do empirismo mínimo de Quine e seu nominalismo. A mesma tecnologia é sido sugerida on "On what there is" para mostrar como é possível negar sem ter que supor a existência de algo e escapar à Barba de Platão.

A look at ' $(\exists x)(x \text{ exists})$ ' suggests that our embarrassment may be one of riches: that 'exists' has perhaps no independent business in our vocabulary when ' $(\exists x)$ ' is at our disposal. May we not better spell 'Pegasus exists' itself out as ' $(\exists y)(y = Pegasus)$ '? On this plan ' $(\forall x)(x \text{ exists})$ ' and ' $(\exists x)(x \text{ exists})$ ' become ' $(x)(\exists y)(y = x)$ ' and ' $(\exists x)(\exists y)(y = x)$ ' and thus trivially true. What we have done here is to construe 'exists' as an ordinary general term, or predicate, but a trivial one: we have taken ' x exists' as ' $(\exists y)(y = x)$ ', which, like ' $x = x$ ', is true of everything. (QUINE, 1960, 176)

Mas para que ' $(\exists y)(y = Pegasus)$ ' seja falso 'Pegasus' tem de ocorrer de modo não referencial, caso pensássemos o contrário cairíamos na Barba de Platão. Mas a teoria de Quine serve precisamente para evitar os compromissos ontológicos que a tradição associava às expressões singulares. Somente expressões como "há alguma coisa" que nos compromete ontologicamente com algo. Lembre do critério de compromisso ontológico de Quine. Só estamos comprometidos com a existência de algo se pudermos derivar uma sentença quantificada existencial a partir de nossas crenças devidamente revisadas. Quine sugere que termos singulares precedidos da igualdade, ' $= a$ ', podem ser entendidos como termos gerais. Quine explica a manobra no artigo de 1948:

In order thus to to subsume a one-word name or alleged name such as 'Pegasus' under Russell's theory of descriptions, we must, of course, be able first to translate the word into a description. But this is no real restriction. If the notion of Pegasus had been so obscure or so basic a one that no pat translation into a descriptive phrase had offered itself along familiar lines, we could still have availed ourselves of the following artificial and trivial-seeming device: we could have availed ourselves of the following artificial and trivial-seeming device: we could have appealed to the *ex hypothesi* unanalyzable, irreducible attribute of *being Pegasus*, adopting, for its expression, the verb 'is-Pegasus', or 'pegasizes'. The noun 'Pegasus' itself could then be treated as derivative, and identified after all with a description: 'the thing that is-Pegasus', 'the thing that pegasizes'. (QUINE, 1960, 36)

Termos singulares nunca, por eles mesmos, exigem que os interpretemos de modo existencialmente carregado. É necessário que sejam também referenciais. Aqui Quine diverge de Russell, mas mantém com ele um vínculo nítido de fidelidade, ao reconhecer contra ele a singularidade, mas também não a referencialidade, de expressões singulares ordinárias. E apesar de não reconhecer o requisito epistemológico de Russell quanto a expressões puramente referenciais, Quine exige que expressões denotativas sejam usadas com a intenção de referir para que sejam realmente referenciais.

Nomes seriam então melhor eliminados da linguagem. Para isso Quine propõe que os tratemos como descrições, que os convertamos em termos gerais. Talvez pensar como Russell que uma descrição definida fosse mentalmente associada a cada nome próprio ordinário em seu uso seja uma estratégia inviável. Nenhuma condição descritiva específica de individuação é necessária ou suficiente para garantir a desinação de um objeto. Mas a sugestão de Quine é uma puramente simbólica. Uma predicação qualquer Pa pode ser convertida em $(\exists x)(Px \wedge (x = a))$, contanto que leiamos ' $= a$ ' como sendo um termo geral construído a partir de um nome. Quine mostra que as condições de ambas as sentenças é a mesma. Isso é evidente, mas é necessário, além do fato de que valham a univocidade e o princípio metafísico de que tudo existe, que a lógica seja clássica, onde vale a extensionalidade.

The use of alleged names is no criterion, for we can repudiate their namehood at the drop of a hat unless the assumption of a corresponding entity can be spotted in the things we affirm in them of bound variables. Names are, in fact, altogether immaterial to the ontological issue, for I have shown, in connection with 'Pegasus' and 'pagasize', that names can be converted into descriptions, and Russell has shown that descriptions can be eliminated. Whatever we say with the help of names can be said in a language which shuns names altogether. To be assumed as an entity is, purely and simply, to be reckoned as the value of a variable. (QUINE, 1948, 39)

Em última instância, os esforços de Quine para respeitar a forma gramatical das sentenças é somente um ponto de partida para sugerir que seria melhor eliminar os

nomes da linguagem de predicados de uma vez por todas. Sobre essas seções do *Word and Object*, Lambert diz:

The clear suggestion is that 'Pegasus' — the expression — is an inconvenience, an embarrassment to good philosophical taste which favors the austere and transparent over the baroque and opaque, and, therefore, should be banished from "the canonical language". (...)

To paraphrase Russell, it is not customary for a philosopher to face 'Pegasus' with so much courage, and indeed not even the canonical language can withstand its onset. The argument is that retaining expressions such as 'Pegasus' (or 'Vulcan') is more than inconvenient; 'Pegasus' is the Devil himself, and, in the words of the Scriptures, *must* be bound in chains and cast down.

Restam, contudo, as suspeitas de que o método de Quine reduz a singularidade à generalidade e que, por isso, está sujeito às críticas ao descritivismo; de que é demasiadamente artificial para que sirva a uma semântica efetiva. Como interpretar um termo geral composto com identidade e um termo singular se não formos capazes de interpretar esse termo singular como referencial em primeiro lugar? Ou seja, como saber o que significa "pegasear" se não sabemos interpretar "Pégaso" nem como objeto nem como descrições, sob pena das críticas de Kripke? Além disso, há as suspeitas ainda mais sérias de que o verbo "existe" não pode ser reduzido à quantificação e identidade. A sugestão de Quine é de que uma sentença existencial "algo existe" é equivalente à "algo é idêntico a si mesmo", de modo que se admitimos a conversão de um nome em um termo geral, então "Pégaso existe" também será equivalente a algo como "Existe algo tal que é idêntico a algo que pegaseia". Que $(\forall x)(\exists y)(x = y)$ é um teorema de LP1 e que ele expressa o pensamento da ortodoxia nós sabemos. Mas Quine requer que reconheçamos o uso da identidade como uma espécie de operador formador de termos gerais. É difícil entender que diferença faz trocar um predicado de existência por um predicado de identidade, uma vez que ambos, para a ortodoxia, exibem a problemática

propriedade de não possuírem complemento. Além disso, vale a seguinte pergunta de McGinn (, 27): será que é isso mesmo que dizemos quando enunciamos a existência de algo: que ele é idêntico a alguma coisa?

3.2.4 As lógicas livres

Outros filósofos levaram a idéia de termos singulares não referentes mais a sério de que Quine. As lógicas livres foram criadas a partir do início da década de 1960 para salvar o princípio de singularidade, contra Russell, mas para manter, com a ortodoxia, os princípios de univocidade o de realidade, respeitando assim a leitura existencial dos quantificadores. Lógicas livres são variantes não-clássicas da lógica clássica de primeira ordem nas quais não se requer que todos os nomes sejam interpretados no sentido de serem associados por um função de interpretação a um elemento no domínio D . Ou seja, as semânticas livres, como vou chamar aqui, não definem uma função total de interpretação, mas uma função parcial que pode deixar um ou mais constantes individuais sem denotação. Alternativamente, uma semântica livre pode associar constantes a elementos fora do domínio D . Uma vez que domínio é normalmente apresentado como o conjunto ou ainda como um subconjunto dos existentes, as lógicas livres habilitam a interpretação de linguagens que contém nomes que não denotam coisas reais. Esses nomes, em contraste com os nomes interpretados na semântica clássica, não supõem ou conotam existência. Variáveis individuais livres também não conotam existência em lógicas livres, mas variáveis ligadas ou quantificadas sim, conotam existência. Isso porque as lógicas livres também respeitam o lema de Quine de que ser é ser o valor de uma variável ligada, e mantém os quantificadores abrangendo todo e somente o domínio D dos existentes. Consequentemente, as lógicas livres também revisam o sistema dedutivo clássico para abrir mão da aplicabilidade irrestrita de inferências como a generalização existencial e a instanciação universal. Nesse sentido as lógicas livres são não extensionais. Além disso, há versões inclusivas de lógicas livres, isto é, versões cuja semântica admite que o domínio D possa ser vazio.

As idéias chave das lógicas livres foram primeiramente enunciadas por Leonard

(1956). Versões da lógica livre foram simultaneamente desenvolvidas por Hintikka (1959) e por Leblanc e Hailperin (1959). Mas independentemente destes, Rolf Schock viria a desenvolver suas próprias idéias sobre a lógica livre no início dos anos 1960. Lambert (1963) apresentaria a primeira lógica livre sem identidade em seguida. Lambert, aliás, que viria a propor o nome “lógica livre” como uma abreviação de “lógica livre quanto de pressupostos existenciais com respeito aos termos geral e singular. Lambert apresenta as lógicas livres assim:

The explanation of the phrase 'logic free of existence assumptions with respect to its terms, general and singular', then, is this. It is a logic in which the quantificational phrases 'every' and 'some', and their stylistic variants, have their classical interpretation and there are no statements that are logically true only if it is true that G exists for all general terms G , or it is true that s exists for all singular terms s . It is this explanation that really *defines* the expression 'free logic'.(LAMBERT, 2003b)

De modo geral, o propósito de toda lógica livre é acolher expressões denotativas que não têm referentes reais como nomes ou constantes individuais na linguagem, respeitando a função gramatical dessas expressões. A importância das lógicas livres então é habilitar a representação de uma extensão maior dos fragmentos de primeira-ordem, uma vez que admitem sentenças sem denotação real, ou ao menos uma representação mais fiel à forma gramatical das sentenças. O mérito das lógicas livres tem duas faces, portanto: de um lado, ela é capaz de de representar uma extensão maior dos fragmentos naturais de primeira ordem, não ignorando as sentenças e as inferências que se dão em fragmentos vazios; de outro lado, as lógicas livres respeitam um admirável padrão de forma lógica, representando as sentenças desses fragmentos com mais fidelidade a sua forma gramatical.

Lehmann (2002, 212) propõe a seguinte argumentação em favor das semânticas livres. (1) Segundo o lema de Quine, a abrangência das variáveis ligadas em uma dada interpretação é restrita aos indivíduos que existem na situação possível representada

pela interpretação; (2) há sentenças nas quais há expressões que para todo mundo parecem nomes e que, na prática, não referem a indivíduos reais ou atuais; então (3) se essas expressões são tratadas como nomes, nenhuma interpretação que representa a situação atual pode atribuir a eles referentes no âmbito das variáveis ligadas; (4) o que é permitido em interpretações que representam a situação atual deve ser permitido em interpretações que representam situações possíveis; então (5) se essas expressões são tratadas como nomes, as interpretações em geral não precisam atribuir a elas referentes no âmbito das variáveis ligadas.

(1) expressa basicamente os princípios de univocidade e de realidade manifestos nas semânticas clássicas: toda quantificação abrange todo e somente o domínio D que representa um conjunto de objetos existentes. (2) é a evidência fundamental do problema dos nomes vazios: há expressões aparentemente denotativas e que são gramaticalmente equivalentes às expressões que de fato denotam indivíduos, mas que sabidamente não denotam nada real. Vimos exemplos clássicos de sentenças vazias no primeiro capítulo, alguns deles, inclusive, são baseados nos de Lehmann. (3) é a constatação do problema dos nomes vazios: há nomes gramaticais que não podem ser representados como nomes e interpretados como nomes na lógica clássica de primeira ordem, LP1. (4) é um apelo à intuição de que a lógica se interessa pela forma lógica apenas. Como entendo, é um apelo à intuição gramatical de que uma lógica não deve discriminar entre as expressões de uma mesma classe baseada em fatores contingentes à situação representada por uma interpretação. Ou seja, não se deve discriminar entre a capacidade de “o atual presidente da França” e de “o atual rei da França” de figurarem com a função semântica de um nome em uma proposição somente porque em uma interpretação específica, aquela que representa o mundo real, uma dessas expressões refere e outra não. Caso contrário teríamos de distinguir, baseados em fatos sobre a França de hoje, entre as formas lógicas de “O atual rei da França é careca” e “O atual presidente da França é careca”; é claro, para respeitar (2) e não abandonar com Russell a intuição de que são expressões denotativas. (5) é a conclusão não-clássica das semânticas livres: uma vez que admitimos nomes sem referentes reais na linguagem interpretada e insistimos em respeitar os princípios da ortodoxia quineana, isto é, que os quantificadores têm conotação existencial, então

precisamos de semânticas que não associe necessariamente a todos os nomes um elemento no domínio dos existentes. Segundo Lehmann, a idéia simples por trás de (4) é de que o atual é um caso do possível. Um nome pode ou não referir agora, em nosso mundo e segundo uma ontologia e uma metafísica dadas; mas a lógica deve ser capaz de representar a relação que os nome e os predicados de uma linguagem mantém com o mundo em suas várias possibilidades, afinal, essa é a idéia por trás da própria noção de interpretação ou modelo. Se há nomes que referem e nomes que não referem a coisas reais, a semântica tem que dar conta dessa diferença sem abrir mão do fato de que são nomes, mas também sem abrir mão da leitura existencial dos quantificadores que parecia nos conduzir ao problema dos nomes vazios em primeiro lugar.

Note que (5) é uma conclusão condicional. Pode-se insistir, com Russell e com Quine, que expressões denotativas vazias não são realmente termos singulares. Não há realmente um argumento mais forte do que o próprio apelo aos fatos que conhecemos desde o início: que tanto “Romário” quanto “Curupira”, tanto “o atual rei da França” quanto “o atual presidente da França” são expressões igualmente denotativas; que pelo menos as primeiras são igualmente não descritivas e que as expressões de cada par pertencem às mesmas classes gramaticais; que “Curupira” e “o atual rei da França” pretendem referir a coisas distintas, mas que “Bentinho” e “Dom Casmurro” pretendem referir a um só indivíduo. O ponto em favor das lógicas livres é mostrar que é possível satisfazer, com semânticas livres, o apelo às formas gramaticais e à independência da forma lógica das sentenças em relação a sua interpretação. A proposta é sacrificar a extensionalidade de LP1 e salvar a gramaticalidade e, o que é muito importante, fazer isso sem necessariamente abandonar a bivalência, como princípio de que só há dois e somente dois valores lógicos, nem as leis do terceiro excluído e da não contradição. É claro, do ponto de vista livre, a extensionalidade clássica não é para ser mantida mesmo, em todo caso, em face o fenômeno dos nomes vazios.

Digo que a razão por que nomes vazios não podem ser representados em LP1 é que eles simplesmente não são interpretáveis pela semântica clássica. Mas a razão de porque isso é problemático, em primeiro lugar, não é porque valem as inferências

extensionais, mas antes porque admitir nomes não interpretáveis custaria a bivalência e, mais que isso, a composicionalidade, o fundamento formal da extensionalidade. Escolher as lógicas livres envolve então responder a algumas questões (que não se colocavam) de modo a se decidir por como reconstituir a ordem composicional e habilitar a semântica livre que se deseja. Acredito que são duas as questões cruciais que devemos responder ao abandonar o princípio da referência: (i) sentenças vazias podem ser verdadeiras? (ii) sentenças vazias podem ser sem valor de verdade? Um caso específico é o das identidades: se a não refere, $a = a$ é verdadeiro, falso ou sem valor de verdade? Se a refere e b não refere, $a = b$ é falso ou sem valor? Conforme as respostas a essas questões, podemos dividir as lógicas livres em três grandes grupos: se mantêm ou não a bivalência e, caso mantenham, se são positivas ou negativas. Se são positivas, as semânticas podem se dividir entre as que definem um segundo domínio externo ao D ou se seguem a estratégia das histórias de Lambert. Segundo a nomenclatura de Lambert (), mas não a de Bencivenga (2002), as semânticas positivas são as que admitem avaliar algumas sentenças vazias como verdadeiras, enquanto as negativas falsificam todas elas. As apresentações que se seguem são baseadas em Lehmann (2002).

3.2.5 Semânticas livres

Quero deixar claro que essa subseção é toda baseada na apresentação de Lehmann (2002), que é uma introdução melhor e muito mais detalhada do tema. As semânticas positivas definem regras de valoração que verifica fórmulas com termos sem referência em D . Para definir essas regras, pode-se tanto definir um segundo domínio (ou dividir D), de modo que esses termos refiram a elementos em um domínio externo, quanto abrir mão de associar quaisquer elementos teóricos que sejam a esse termos e definir uma função E de *estória* para lidar com as fórmulas vazias.

A semântica de dois domínios interpreta os nomes vazios em termos de elementos artificiais que não pertencem ao conjunto dos objetos inexistentes. Essa é a semântica que menos diverge formalmente da clássica. Uma interpretação $I = \langle D, d \rangle$ é clássica, mas D é dividido em um domínio interno D_i e um domínio externo D_e . Como consequên-

cia, a primeira definição de interpretação é alterada: D é não vazio, e $D = D_i \cup D_e$. A abrangência das variáveis ligadas é restringida ao domínio interno D_i na definição de atribuição: uma variante- x de μ é uma atribuição que difere de μ no máximo em x e também atribui a x um valor em D_i . Se D_i for vazio, μ não tem variantes- x , de modo que quantificações universais são sempre verdadeiras e as existenciais são falsas. Nessa semântica, $\vDash \exists x(x = x)$, mas $\vDash t = t$. Não vale a generalização existencial irrestrita, ou seja, $Pt \vDash \exists xPx$, mas somente restrita ao que existe: $Pt, \exists x(x = t) \vDash \exists xPx$. O mesmo para a instanciação universal: $\forall xPx \vDash Pt$, mas $\forall xPx, \exists x(x = t) \vDash Pt$.

Nada impede que a existência seja expressa como um predicado na semântica. De fato, é um predicado em algum sentido não trivial, na medida em que nem todos os elementos o satisfazem. Mas se os elementos de D_e não representam objetos, é difícil entender em que sentido eles não o satisfazem. Um predicado de existência pode ser definido assim: $E!t =_d f \exists x(x = t)$, de modo que a extensão $d(E!)$ de $E!$ em I é precisamente D_i .

Mas apresentada assim a semântica de domínio duplo é apenas uma semântica formal. Isto é, é somente a tecnologia de uma solução para o problema dos nomes vazios. Ainda resta interpretar os próprios elementos de D_e em termos dos quais os nomes vazios são interpretados em I . A semântica é capaz de retornar a valoração que desejamos para as sentenças vazias, mas enquanto esses elementos são tidos como itens artificiais que nada representam, essa solução será somente uma extensão da solução fregeana. Mais sofisticada, evidentemente, no sentido de que captura as diferentes pretensões de referência dos nomes vazios e suas diferentes contribuições às condições de verdade das sentenças. Mas se não são interpretados, esses elementos servem ainda menos que o conjunto vazio de Frege, que é consistente com sua leitura quantificacional da existência, pois não nos explicam nada nem sobre o significado nem sobre a relação de referência.

Alternativamente, como indicado por Lambert (1991, 9), essa semântica pode ser caracterizada em um espírito próximo ao dos meinongianos, abandonando o princípio de realidade, em cujo caso o domínio D_e representaria o conjunto dos objetos inexistentes.

Nesse caso, contudo, estaríamos falando de uma outra solução. Em ambos os casos, a semântica de duplo domínio não caracteriza uma semântica explicativa, nem nos serve como um bom exemplo de solução livre, uma vez que não abandona o princípio de referência ou ao menos preserva um vestígio formal da noção de referência para nomes vazios.

Uma forma de se construir uma semântica positiva sem separar o domínio D em dois e emular referência a itens artificiais é a da semântica de estórias, também uma sugestão de Lambert. Segundo Lehmann (2002, 222), a semântica de estórias é a versão não-referencial da semântica de domínio duplo. Em vez de postular um domínio externo, a semântica de estórias define uma interpretação $\langle I, E \rangle$ em que I é uma função parcial que só interpreta nomes com denotação e E é uma função que atribui valores de verdade às fórmulas com termos sem denotação. Enquanto a semântica de dois domínios distinguia dois domínios, a semântica de estórias distingue antes dois modos de valoração.

Uma interpretação parcial $I = \langle D, d \rangle$ é clássica exceto que D pode ser vazio, d é parcial sobre as constantes individuais e d atribui aos símbolos funcionais funções

parciais $D \rightarrow D$.¹

¹As expressões em itálico apontam para os pontos onde as declarações divergem das clássicas. A última é idêntica à clássica. (O subscrito é de “estória”).

i_e1 D é possivelmente vazio;

i_e2 Se d é definido em a , então $d(a) \in D$;

i_e3 Se f tem k posições, então $d(f)$ é uma função parcial de aridade k $D \rightarrow D$;

i_e4 Se P tem k posições, então $d(P)$ é uma relação de aridade k em D .

Uma atribuição μ é uma função parcial que associa indivíduos $\mu(x)$ em D às variáveis. Uma variante- x de μ é uma atribuição que difere de μ no máximo em x .

Sob I e μ , termos individuais referem a indivíduos de D segundo as seguintes regras de referência:

r_e1 Se μ é definida em x , então x refere a $\mu(x)$; caso contrário x não refere;

r_e2 Se d é definida em a , então a refere a $d(a)$; caso contrário a não refere;

r_e3 Se cada t_i refere e $d(f)$ é definida em $\langle \mu_1, \dots, \mu_k \rangle$, onde t_i refere a μ_i , então $ft_1 \dots t_k$ refere a $d(f)(\mu_1, \dots, \mu_k)$, caso contrário, $ft_1 \dots t_k$ não refere.

Mas ainda precisamos definir o que se passa com as fórmulas com termos que não referem. Aqui é necessário definir uma função E , de estória. Uma estória é uma função E de atribuições μ para conjuntos $E(\mu)$ de fórmulas atômicas com termos não referentes que satisfazem as seguintes condições (lembre que s e t são variáveis representando termos e que A, B, C representam fórmulas):

s_e1 Se t não refere, então $t = t \in E(\mu)$;

s_e2 Se somente s ou t de ambos refere, então $s = t \notin E(\mu)$;

s_e3 Se nem s nem t referem e $s = t \in E(\mu)$, então $A(s) \in E(\mu)$ sse $A(t) \in E(\mu)$;

s_e4 Se tanto s quanto t referem ao mesmo indivíduo de D , então $A(s) \in E(\mu)$ sse $A(t) \in E(\mu)$;

s_e4 Se μ e ν concordam quanto às variáveis livres de A , então $A \in E(\mu)$ sse $A \in E(\nu)$.

Valores de verdade para fórmulas atômicas em $\langle I, E \rangle$ e μ são fixados assim: por I e μ caso todos os termos referem; caso contrário, são fixados por E e μ . Somente as duas primeiras regras de avaliação divergem das clássicas, mas agora verdade e falsidade são relativas a $\langle I, E \rangle$ e μ .

v_e1 Se cada t_i refere, então $Pt_1 \dots t_k$ é verdadeiro sse $\langle \mu_1, \dots, \mu_k \rangle \in d(P)$, onde t_i refere a μ_i ; caso contrário, $Pt_1 \dots t_k$ é verdadeiro sse $Pt_1 \dots t_k \in E(\mu)$;

v_e2 Se tanto s quanto t referem, então $s = t$ é verdadeiro sse μ é ν , onde s refere a μ e t refere a ν ; caso contrário, $s = t$ é verdadeiro sse $s = t \in E(\mu)$;

v_e3 $\neg A$ é verdadeiro sse A é falso;

v_e4 $A \rightarrow B$ é falso sse A é verdadeiro e B é falso;

v_e5 $\forall A$ é falso sse A é falso para alguma variante- x de μ .

A semântica de estórias garantem tanto $\vDash \exists x(x = x)$ quanto $\vDash t = t$. As inferências são como na semântica de domínio duplo. Essa semântica por certo oferece uma intuição explanatória na medida em que sugere interpretar e avaliar sentenças vazias como sentenças ficcionais ou algo do gênero. Uma questão apontada por Lehmann (2002, 224) e Bencivenga (2002, 176) é: mas de onde vêm as condições s1–s5 e as leis lógicas nelas inscritas? Porque a instanciação universal não é válida? A sugestão de Lehmann é de que as condições capturariam as regras das práticas discursivas ou jogos de linguagem ficcionais. Mas então como sabemos se essas práticas requerem ou garantem a bivalência e essas regras de avaliação?

Mas há uma semântica livre bivalente negativa, que não verifica sentenças vazias. A semântica negativa envolve, como na semântica de estórias, uma interpretação I parcial das constantes individuais. Mas nela, fórmulas com termos que não referem a indivíduos na abrangência das variáveis ligadas são sempre avaliadas como falsas, de modo que não precisamos de uma função E de estória.²

Lehmann nota que essa semântica garante tanto $\vDash t = t$ quanto $Pt \vDash \exists x(x = t)$. Essa semântica tem a propriedade de produzir as mesmas valorações que a semântica clássica acompanhada de uma gramática russelliana. A principal razão para se chegar a essas valorações já conhecemos: garantir a validade do princípio de realidade.

Até agora vimos semânticas livres bivalentes. Uma questão a se colocar é sobre a razão de se manter a bivalência. A bivalência é preservada nas semânticas tradicionais com grande convicção só porque nomes vazios são eliminados de um modo ou de outro. Mas uma vez que levamos a sério a possibilidade de nomes vazios, a idéia de que nossa semântica deve abrir mão da bivalência vem naturalmente. A semântica de estórias

²As regras são as mesmas exceto v_e1 e v_e2 que são assim definidas de modo a falsificar sentenças vazias (o subscrito é de "Russell"):

v_r1 Se cada t_i refere, então $Pt_1 \cdots t_k$ é verdadeiro se $\langle \mu_1, \dots, \mu_k \rangle \in d(P)$, onde t_i refere a μ_i ; caso contrário, $Pt_1 \cdots t_k$ é falso;

v_r2 Se tanto s quanto t referem, então $s = t$ é verdadeiro se μ é ν , onde s refere a μ e t refere a ν ; caso contrário, $s = t$ é falso.

mostrar como verificar sentenças *prima facie* verdadeiras e vazias como “Pégaso é um cavalo alado” e “O cavalo alado é o cavalo alado”. Ela também falsifica as negações dessas sentenças. Mas e quanto a sentenças como “Sherlock Holmes é canhoto”? Porque a falsificaríamos, se não há nada, estou supondo, nas estórias de Doyle, que determine seu valor? O apego à bivalência como expressão de um realismo consiste provavelmente em uma das principais razões pelas quais foi necessário rechaçar o fenômeno dos nomes vazios em primeiro lugar. Nesse sentido, pensar uma semântica que admite nomes vazios envolve pôr imediatamente em questão a legitimidade da bivalência.

Uma vez que abrimos mão da bivalência, novas decisões devem ser tomadas. Entre elas, devemos decidir como estender as tabelas de verdade para os operadores para fórmulas sem valor, como adequar a regra de avaliação para quantificadores e como redefinir as propriedades metalógicas (a consequência lógica deve preservar a verdade ou a não-falsidade?). Semânticas livres que abrem mão da bivalência são *semânticas neutras*. A intuição governante das semânticas neutras é a de Frege (1960b): predicados são funções que recebem objetos como argumentos e que retornam valores de verdade. Predicações cujo sujeito não denota um objeto não recebem nada como argumento e, portanto, não retornam valor nenhum. Operadores também são funções que retornam valores de verdade, de modo que se nada recebem de uma fórmula atômica, também

nada retornarão.³

Para estender as tabelas de verdade, podemos preservar as atribuições clássicas de valor e deixar sem valor de verdade as linhas envolvendo componentes sem valor de verdade ou estender algumas das propriedades das tabelas clássicas para as linhas envolvendo componentes sem valor. Kleene (1950) chama a primeira tabela de fraca e a segunda de forte. Por exemplo, na tabela fraca, se A não tem valor de verdade, então $\neg A$ também não; se A ou B não tem valor de verdade, então $A \rightarrow B$ também não. As tabelas fortes tratam a negação do mesmo jeito, mas garante que $A \rightarrow B$ seja verdadeiro se A é falso ou B é verdadeiro, mesmo se no primeiro caso B não tem valor ou se, no segundo, A não o tem. Em todo caso, essas tabelas não mudam o fato de que, na semântica neutra, se nem t nem s referem, nem mesmo fórmulas que parecem instâncias de leis lógicas, como $t = t$, $Pt \vee \neg Pt$ e $t = s \rightarrow (Pt \rightarrow Ps)$, terão valor de verdade. Uma estratégia de Fraassen (1966) para fazer uma semântica que admite fórmulas sem valor de verdade processar como verdadeiras algumas fórmulas que instanciem certos padrões de fórmulas válidas é a *supervaloração*. A estratégia é implementar uma interpretação suplementar como a função de estória E e revisar as regras de valoração de modo que as fórmulas possam ser *superverdadeiras* ou *superfalsas* segundo os suplementos ou *super-sem-valor-de-verdade* caso contrário.

³Assumindo para v_f2 que o símbolo $=$ é uma constante de predicado, as regras que governam fórmulas atômicas e operadores são as seguintes (o subscrito é de "Frege"):

- v_f1** Se cada t_i refere, então $Pt_1 \dots t_k$ é verdadeiro se $\langle \mu_1, \dots, \mu_k \rangle \in d(P)$ e $Pt_1 \dots t_k$ é falso se $\langle \mu_1, \dots, \mu_k \rangle \notin d(P)$, onde t_i refere a μ_i ; caso contrário, $Pt_1 \dots t_k$ não tem valor de verdade;
- v_f2** Se tanto s quanto t referem, então $s = t$ é verdadeiro se μ é ν e $s = t$ é falso se μ não é ν , onde s refere a μ e t refere a ν ; caso contrário, $s = t$ não tem valor de verdade;
- v_f3** $\neg A$ é verdadeiro se A é falso; $\neg A$ é falso se A é verdadeiro; $\neg A$ não tem valor de verdade se A não tem valor de verdade;
- v_f4** $A \rightarrow B$ é falso se A é verdadeiro e B é falso; $A \rightarrow B$ é verdadeiro se A e B têm qualquer outra combinação de valores, contanto que tenham valores; $A \rightarrow B$ não tem valor de verdade se A ou B não tem valor de verdade;
- v_f5** $\exists xA$ é verdadeiro se A é verdadeiro para alguma variante- x de μ ; caso contrário, é falso; $\forall xA$ é verdadeiro se A é verdadeiro para cada variante- x de μ ; é falso caso contrário.

3.2.6 Conclusão da seção

Para concluir a seção, gostaria de fazer um comentário sobre as lógicas livres. Vale lembrar em que consiste o problema dos nomes vazios dentro da tradição Frege-Russell. Nomes vazios frustram antes de mais nada, a pretensão de se explicar o significado ou o conteúdo de expressões singulares em termos do objeto que elas nomeiam e, conseqüentemente, a pretensão de se explicar a verdade e falsidade das sentenças singulares em termos da composição de conteúdos expressos por nomes e predicados. O sentido lato em que nomes vazios constituem um problema *semântico* é o mesmo segundo o qual uma semântica deve interpretar uma linguagem no sentido de *explicar* tanto a relação dos valores de suas expressões com os de suas sentenças quanto a natureza desses valores e relações. O valor de sentenças sendo um valor de verdade, é intuitivo pensar que termos singulares sejam interpretados como objetos e que a composição se dê por referência e satisfação. Em primeiro lugar, gostaria de notar que as lógicas livres são elas mesmas diferentes soluções sintático-semânticas somente formais para o problema da composição de valores. A existência de uma lógica correta e completa não é suficiente, mas somente necessária, para uma resposta significativa ao problema dos nomes vazios. Ainda que cada semântica livre suponha um tipo de solução filosófica correspondente, é necessário que essa filosofia ela mesma satisfaça os quesitos de uma boa teoria. Por exemplo, em uma semântica clássica, os elementos do domínio D são apresentados como objetos reais e a relação que é estipulada entre um nome e esses elementos é apresentada como uma relação de denotação. Para Russell, essa relação é real e se estabelece cognitivamente, para Donnellan, é uma relação histórico-causal; Brentano a pensara como intencional e imanente. Mas em todos os casos os objetos de referência eram reais. Nesse sentido as semânticas positivas deixam muito a explicar. O que deveria representar os elementos do domínio externo D_e na semântica positiva de domínio duplo? Objetos meinongianos inexistentes? No caso da semântica de estória, a pergunta é outra: o que deveriam representar a distinção entre as duas valorações? Sabemos que o ocorrência dos nomes vazios na linguagem não é indício de um registro ou modo de discurso específico. Então que critério temos para interpretar fragmentos

normais de um modo e vazios de outro, se nem todas sentenças vazias são ficcionais, hipotéticas, oníricas etc.? Semânticas neutras e negativas mantêm um vínculo importante com a tradição, o princípio de realidade, servindo de sistemas para teorias familiares. Mas para estas a pergunta é: a tradição fiel ao princípio da referência abandonara nomes vazios porque pretendiam explicar o conteúdo das expressões singulares em termos de objetos. Qual é a natureza então do conteúdo expresso por um nome que não denota nada?

3.3 Frege e a queda da objetualidade

3.3.1 O princípio em Frege

A terceira solução que apresento aqui envolve o abandono do princípio de objetualidade. Essa solução, em sua versão mais contemporânea, é, ironicamente, associada a Frege e sua tradição. Segundo a sugestão de Frege (1960b, 77), nomes vazios poderiam ser interpretados como denotando o número zero. Essa seria sugestão seria secundária, contudo, para Frege, que fora, na verdade, um defensor convicto da objetualidade. Junto a ela, os princípios de denotatividade e de realidade garantiriam a objetividade realista que sua filosofia anti-psicologizante requeria. Isso está claro na seguinte passagem:

Idealist or sceptics will perhaps long since have objected: 'You talk, without further ado, of the Moon as an object; but how do you know that the name 'the Moon' has any reference? How do you know that anything whatsoever has a reference?' I reply that when we say 'the Moon,' we do not intend to speak of our idea of the Moon, nor are we satisfied with the sense alone, but we presuppose a reference. To assume that in the sentence 'The Moon is smaller than the Earth' the idea of the Moon is in question, would be flatly to misunderstand the sense. If this is what the speaker wanted, he would use the phrase 'my idea of the Moon.' Now we can of course be mistaken in the presupposition, and such mistakes have indeed occurred. But the

question whether the presupposition is perhaps always mistaken need not be answered here; in order to justify mention of the reference of a sign it is enough, at first, to point out our intention in speaking or thinking. (We must then add the reservation: provided such reference exists.) Frege (1960b, 61)

Naturalmente, contudo, essa posição o obrigaria a expulsar nomes vazios de seu sistema, com a prerrogativa de que não teriam importância para a ciência. Nomes vazios, segundo Frege (1960b, 70), seriam sempre usados como em uma ficção. A tese de que sentenças vazias não podem ser verdadeiras, e logo não podem interessar a nenhum espécie de ciência, é claro, não é uma justificativa para o descarte de Frege. Pelo contrário, é um simples pressuposto no texto, uma vez que pressupõe o extensionalismo, isto é, a falsidade do princípio de realidade, em vez de prová-lo. O esforço de Frege no sentido de falsificar o princípio de realidade havia sido feito em seu livro *Grundlagen der Arithmetick*, em 1884, onde ele argumenta pela tese de que existir não é um predicado. Não obstante, como veremos, sua argumentação, base de toda visão ortodoxa no século XX e representante da resposta da tradição de Kant ao argumento ontológico de Santo Anselmo, depende essencialmente de uma analogia entre predicacões gramaticais existenciais e predicacões gramaticais numéricas. (A tradição meinongiana será clara, a partir dos anos 70, em mostrar que o argumento por analogia de Frege também pressupõe a própria conclusão. É interessante que a ciência dos objetos que Meinong proporia vai contra a ortodoxia de Frege, mas levando seu espírito objetivista às últimas consequências.)

Não obstante favorecer a eliminação de nomes vazios de nossas teorias, como fariam Russell e Quine, Frege considera uma alternativa secundária: que todos os nomes vazios possam referir a um objeto, o número 0. Essa sugestão parece ir contra o princípio de objetualidade que o próprio Frege defendia, mas é, na verdade, também curiosamente consistente com sua teoria do verbo de existência como quantificador. Para compreender a solução fregeana ao problema dos nomes vazios (sua primeira opção sozinha não constitui uma solução), temos de conhecer sua teoria do verbo de existência, de 1884, e sua distinção entre sentido e denotação, de 1892. A verdadeira solução para o problema

envolvendo a eliminação de nomes vazios da linguagem seria oferecida por Russell (1905a) e sofisticada por Quine (1948) e Quine (1950).⁴ Como em todas as teorias, a aporia dos inexistentes e a questão sobre se a existência é um predicado serão centrais para Frege.

3.3.2 A distinção de Frege

Frege é o pai das semânticas modernas. A função de uma semântica para uma linguagem é explicar o significado de suas várias expressões (não lógicas) ou, de modo mais geral, interpretá-las atribuindo-lhes algum tipo de valor. A semântica clássica começa assumindo que o significado de uma sentença completa é o seu valor de verdade, verdadeiro ou falso. Se bem sucedida, uma semântica assim explica as circunstâncias sob as quais as sentenças da linguagem tornam-se verdadeiras ou falsas, ou seja, suas *condições de verdade*. Mas para isso, é preciso também definir de que modo as expressões significantes que compõem essas sentenças, como nomes e predicados, combinam entre si, segundo seus os tipos, na determinação dessas circunstâncias. Isto é, é preciso definir o que é o *poder semântico* de uma expressão. Frege propôs que esse poder, para cada expressão, fosse associado a um tipo de entidade não linguística que representaria seu significado [*Bedeutung*], seu *valor semântico*, como sugeriu Michael Dummet. Quando idealizou esse modelo, contudo, Frege estava unicamente preocupado com fragmentos de linguagem em que não ocorreriam nomes vazios. Nomes normais são expressões cuja contribuição é precisamente o objeto real a que referem, de modo que é natural pensar que seu valor é idêntico a seu poder semântico. O significado de uma expressão nesses fragmentos bem comportados seria então o seu modo particular de contribuir na determinação das condições de verdade de uma sentença. Não obstante seu desinteresse original em nomes vazios, Frege se preocupou particularmente com as sentenças existenciais e, posteriormente, com a falha de substituição de nomes

⁴É importante comentar que a sugestão de Frege foi seguida mais tarde por outros pensadores de espírito fregeano em teorias intensionais, como Carnap (1947, 36–37), que postula uma entidade entre os existentes, o *objeto nulo*, que deveria servir de denotação comum dos nomes vazios, e Church (1975), que define a noção de um conceito individual. Para uma explicação e uma crítica orientada ao abandono da denotatividade, ver Lambert (2003b).

correferentes em sentenças de identidade e em atitudes proposicionais.

Para Frege, o conteúdo expresso por uma sentença, seu valor de verdade, é uma função da denotação de suas partes, sendo que a denotação de um nome é um objeto e a denotação de um predicado é uma função de verdade. Pelo princípio de substituição de idênticos, duas sentenças que diferem apenas em nomes correferentes deveriam expressar o mesmo conteúdo. Além disso, para Frege, o significado de um enunciado expressa um pensamento, de modo que ele veio a chamar de pensamento o próprio conteúdo das sentenças. O princípio de substituição funciona naturalmente em predicacões comuns. Se “a cidade maravilhosa” é um nome para o Rio de Janeiro, de modo que “Rio de Janeiro é a cidade maravilhosa” é uma identidade verdadeira, então as sentenças “Rio de Janeiro é quente” e “A cidade maravilhosa é quente” têm necessariamente o mesmo valor de verdade e expressam o mesmo pensamento. Então lembre de seu exemplo, “Hesperus é Phosphorus”. Se o significado dessas expressões singulares fosse a estrela Vênus, que ambas denotam, então o pensamento expresso por essa sentença deveria ser o mesmo que o pensamento expresso por “Hesperus é Hesperus”. No entanto, diferentemente da primeira, a segunda expressa um conteúdo cognitivo trivial. Se o significado dessas expressões fosse o seu referente, sentenças de identidade verdadeiras seriam necessariamente verdadeiras, o que contrariaria a intuição de que sentenças de identidade entre nomes correferentes expressam o mesmo pensamento, uma vez que a primeira é informativa e a segunda, trivial.

A difference can arise only if the difference between the signs corresponds to a difference in the mode of presentation of that which is designated. (. . .)

It is natural, now, to think of there being connected with a sign (name, combination of words, letter), besides that to which the sign refers, which may be called the reference of the sign, also what I should like to call the *sense* of the sign, wherein the mode of presentation is contained. (FREGE, 1960b, 57)

Para Frege, deveria haver algo que distingue os conteúdos de duas expressões correferentes e que as faz duas em primeiro lugar. Frege conclui pela distinção entre

a *denotação* (*Bedeutung*) de uma expressão e o seu *sentido* (*Sinn*). Uma expressão expressa um sentido, mas denota um objeto. A denotação de “Hesperus” e de “Phosphorus” é a mesma, mas não são os mesmos os sentidos dessas expressões. Uma forma de caracterizar e começar a explicar a noção de sentido é em termos de um modo de apresentação. Por exemplo: a denotação de “ $4 - 2$ ” e de “ $1 + 1$ ” é o mesmo número, mas o modo de apresentação dessa denotação é diferente nas duas expressões. Outro modo é em termos de uma condição de individuação: a denotação das duas expressões é a mesma, mas elas expressam duas diferentes condições de individuação do indivíduo designado. Quanto às sentenças, enquanto sua denotação é um valor de verdade, o seu sentido seria o pensamento que ela expressa, a proposição. Além disso, o sentido de uma expressão seria algo determinado pelo falante no ato de enunciação. O sentido seria fixado cognitivamente. Desse modo, o pensamento expresso por uma sentença seria o resultado da composição dos sentidos de suas partes, mas não das denotações de suas partes. O valor de verdade de uma sentença, então, que para Frege seriam os referentes das sentenças, o verdadeiro e o falso, seria o resultado da composição das denotações de suas expressões e não dos sentidos destas. Caso contrário, as duas sentenças de identidade variariam em valores de verdade.

Mas os casos de atitudes proposicionais ainda preocupavam Frege. Segundo os princípios de substituição de sentidos e denotações idênticas, as sentenças “Os babilônios acreditavam que Hesperus é Phosphorus” e “Os babilônios acreditavam que Hesperus é Hesperus” deveriam expressar o mesmo pensamento — como composição de sentidos — e o mesmo valor de verdade — como composição de denotações. Mas enquanto a segunda é verdadeira, a primeira certamente não é, uma vez que os babilônios não sabiam da identidade entre a estrela da manhã e a estrela da tarde. A variação de denotação das sentenças de atitudes proposicionais não era explicada pela distinção entre sentido e denotação somente. A solução de Frege foi concluir que a denotação dos termos em contextos de relato de atitudes proposicionais não é a sua denotação normal, mas é o próprio sentido dessas expressões. Dentro do escopo das atitudes proposicionais, os termos teriam como denotação seu próprio sentido.

3.3.3 Existência como quantificação

A solução fregeana para o problema das existenciais negativas e para o dos nomes vazios têm como ponto de partida a sua teoria das asserções existenciais como sentenças quantificadas. A clássica defesa de Frege da leitura quantificacional do verbo de existência tem como ponto de partida a sua teoria da natureza dos números, primeiramente desenvolvida no *Die Grundlagen der Arithmetick*, de 1884.

No primeiro capítulo do livro, chamado “opiniões”, Frege procura se aproximar de uma definição do que é um número e responde a várias caracterizações de sua natureza. Antes de mostrar que números não são algo subjetivo, Frege mostra que números não são propriedades de objetos externos, assim como solidez e cor, tese que ele atribui a Cantor. À primeira vista, enunciados quantitativos são como predicções. De fato, sentenças como “Vênus não tem nenhuma lua” têm a mesma forma gramatical que predicções como “Vênus não tem atmosfera”. Frege reconhece, como ele diz, que a linguagem parece atribuir números a objetos, mas como ele mostra, pensar que “quatro”, na expressão “quatro nobres cavalos”, qualifica os cavalos do mesmo modo que “nobre” o faz, constitui um engano de enorme importância. A diferença pode ser vista nas formas “Há quatro cavalos” e “Há nobres cavalos”. Na primeira, “quatro” se liga ao verbo haver, enquanto “nobres”, na segunda, liga-se ao substantivo “cavalos”. Isso se mostra também no fato de que podemos reconstruir a primeira com um pronome, de modo que “Há quatro deles” faz sentido, enquanto “Há nobres deles”, não. Ainda no final do primeiro capítulo, Frege chega à conclusão, justamente a partir do caso do número zero, de que números são propriedades de conceitos e não de objetos. Isto é, podemos dizer, eles predicam predicados e não os próprios nomes. Se números fossem propriedades de objetos, não faria sentido dizer que Vênus tem zero luas.

This is perhaps clearest in the case of the number 0. If I say “Venus has 0 moons”, then there is no moon or aggregate of moons at all about which anything could be asserted; but the *concept* “moon of Venus” thereby adds a property, namely that of including nothing under it. If I say “the King’s carriage

is draw by four horses”, then I assign the number four to the concept “horse that draws the King’s carriage”.(FREGE, 2007, 56)

Esse fato revela que atribuir o número zero funciona como uma negação, mas não de um predicado. Mais adiante, Frege mostra que afirmar “Vênus tem zero luas” é como afirmar “Vênus não tem luas”. Mas nesse caso a negação funciona como a negação externa de proposições gerais da lógica tradicional aristotélica, como em “Nenhum homem é justo”. Isso é evidente, em primeiro lugar, porque números não se associam a nomes, mas somente a termos gerais. Números são conceitos de conceitos, e não de objetos. Eles são, como Frege chamou, conceitos de segunda ordem. Não obstante o fato de Frege não ter explicitado essa relação, entre proposições que associam o número zero a um conceito e a negativa externa de proposições gerais, é mais que justo atribuir essa teoria Frege. Com efeito, ele foi cristalino ao associar sentenças existenciais e sentenças quantitativas.

Among properties that are predicated of a concept, I naturally do not understand the characteristics that constitute the concept. These are properties of the thing that belong to the concept, not of the concept. Thus, 'rectangular' is not a property of the concept 'rectangular triangle'; but the proposition that there exists no rectangular, rectilinear, equilateral, triangle predicates a property of the concept 'rectangular, rectilinear, equilateral, triangle'; it attributes to it the number zero.

In this connection existence has a similarity with number. Affirmation of existence is indeed nothing other than denial of the number zero. Because existence is a property of concepts, the ontological proof for the existence of God does not succeed.(FREGE, 2007, 60)

Em particular, Frege foi claro em sua tese de que negar a existência de um tipo de coisa é simplesmente atribuir-lhe o número zero, é afirmar que tal conceito não tem nenhuma instância. Essa é a resposta de Frege à velha aporia dos inexistentes. Não fosse assim, seria impossível afirmar a inexistência de alguma coisa.

In fact, one can also arrive at a concept from characteristics; and then it is possible that no thing falls under it. If this did not happen, one would never be able to deny existence, and therewith the affirmation of existence would also lose its content. (FREGE, 2007, 58)

3.3.4 O conjunto vazio como referente de nomes vazios

A teoria que Frege apresentou em 1884 já indicava que tipo de solução seria sugerida para o problema dos nomes vazios em geral dentro de uma semântica fregeana. O problema do significado de nomes vazios poderia ser considerada resolvido dada a distinção entre sentido e denotação, se nos permitíssemos entender sentidos como desempenhando a função relevante do significado de uma expressão. Frege não pensava assim, e tomava a denotação de uma expressão como seu valor semântico. Esse é o ponto de Evans (1982, 32) para sugerir que uma semântica tradicional propriamente fregeana não é capaz de tratar nomes vazios.

Não obstante, um nome sem denotação poderia ter um sentido, a condição de individuação que nos permite reconhecer o nome como vazio. Acontece que sentenças vazias assim continuariam sem valor de verdade. Para predicacões vazias normais, se não temos a pretensão de explicar inferências feitas entre sentenças vazias, esse resultado é perfeitamente desejável. Mas a mesma teoria deixaria sem denotação também predicacões existenciais negativas, que a ortodoxia toma como simplesmente falsas. Essa é crítica de Russell à teoria de Frege.

On the first difficulties that confront us, when we adopt the view that denoting phrases *express* a meaning and *denote* a denotation, concerns the cases in which the denotation appears to be absent. If we say “the King of England is bald,” that is, it would seem, not a statement about the complex *meaning* “the King of England”, but about the actual man denoted by the meaning. But now consider “the King of France is Bald”. By parity of form, this also ought to be about the denotation of the phrase “the King of France”. But this phrase,

thought is has a *meaning* provided “the King of France” has a meaning, has certainly no denotation, at least in any obvious sense. Hence one would suppose that “the King of France is bald” ought to be nonsense; but this is not nonsense, since it is plainly false. (RUSSELL, 1905a, 483–484)

A sugestão clássica associada a Frege é que uma interpretação formal de uma linguagem com nomes vazios associe a cada nome um conjunto como sua denotação: o conjunto unitário do objeto referente no caso de nomes normais e o conjunto vazio no caso dos nomes vazios. Como explica Evans (1982, 32), o sentido de um nome vazio seria um modo de apresentação de seu valor semântico, o conjunto vazio, enquanto seu poder semântico, sua contribuição ao valor de verdade da sentença, consistiria em sua associação com o conjunto vazio. Predicados, nas regras de avaliação, seriam definidos como funções de conjuntos unitários para os valores verdadeiro e falso e do conjunto vazio para o valor falso. (Note que essa semântica é um protótipo de semântica livre.)

If one therefore asserts ‘Kepler died in misery,’ there is a presupposition that the name ‘Kepler’ designates something; but it does not follow that the sense of the sentence ‘Kepler died in misery’ contains the thought that the name ‘Kepler’ designates something. If this were the case the negation would have to run not

Kepler did not die in misery

but

Kepler did not die in misery, or the name ‘Kepler’ has no reference.

That the name Kepler designates something is just as much a presupposition for the assertion

Kepler died in misery

as for the contrary assertion. Now languages have the fault of containing expressions which fail to designate an object (although their grammatical form seems to qualify them for that purpose) because the truth of some sentence is a prerequisite. (. . .)

This arises from an imperfection of language, from which even the symbolic language of mathematical analysis is not altogether free; even there combinations of symbols can occur that seem to stand for something but have (at least so far) no reference, e.g. divergent infinite series. This can be avoided, e.g., by means of the special stipulation that divergent series shall stand for the number 0. A logically perfect language (*Begriffsschrift*) should satisfy the conditions, that every expression grammatically well constructed as a proper name out of signs already introduced shall in fact designate an object, and that no new sign shall be introduced as a proper name without having a referent assured. (FREGE, 1960b, 69–70)

O interessante sobre essa teoria é que ela é capaz de tratar nomes como expressões singulares, ainda que signifiquem não mais o próprio *denotata*, mas seu sentido, e que só denotem por mediação de uma condição de individuação cognitivamente determinada. Apesar de formalmente correta, essa proposta apresenta dificuldades muito conhecidas, sendo a principal delas o fato de que não é capaz de distinguir entre as condições de verdade de sentenças vazias diferentes. A teoria associa a todos os nomes vazios o conjunto vazio. Como consequência, por exemplo, a sentença “Sherlock Holmes mora em Baker Street” terá as mesmas condições de verdade que “Curupira mora em Baker Street”, não importando a diferença evidente entre os conteúdos dos dois nomes. Ou seja, essa teoria é incapaz de tratar inferências envolvendo nomes vazios.

Uma outra crítica a essa alternativa é o fato de que ela é completamente artificial. A razão para interpretar nomes em termos de objetos era salvar a intuição objetualista e milliana de que nomes referem a coisas no mundo e não às idéias que temos dessas coisas. Mas o que significaria dizer que nomes denotam o conjunto unitário de seus *denotata* ou o conjunto vazio? A semântica deveria servir em primeiro lugar para *explicar*

uma linguagem. E o conteúdo de um nome, seja enquanto significado ou contribuição, valor ou poder semânticos, certamente não deve ser um conjunto.

[Frege] provides by definition some purely conventional denotation for the cases in which otherwise there would be none. Thus “the King of France,” is to denote the null-class; (. . .) But this procedure, though it may not lead to actual logical error, is plainly artificial, and does not give an exact analysis of the matter. Thus if we allow that denoting phrases, in general, have the two sides of meaning and denotation, the cases where there seems to be no denotation cause difficulties both on the assumption that there really is a denotation and on the assumption that there really is none. (RUSSELL, 1905a, 484)

3.4 Souriau e a queda da univocidade

3.4.1 Compromissos ontológicos

Uma quarta solução ao problema dos nomes vazios envolve o abandono da tese da univocidade do ser. O princípio afirma que o verbo “ser” possui somente um sentido e que, portanto, não há diferentes formas de existir. Estou assumindo aqui vale o princípio de realidade e logo também que ser e existir são equivalentes. Como sabemos, a vigência do princípio de univocidade é uma condição necessária para que o problema dos nomes vazios se coloque. Na formulação de que um nome vazio como “Curupira” é um nome que não denota um objeto, supõe-se tanto que todos os objetos sejam reais, quanto que todos os objetos existem do mesmo modo.

A estratégia é recusar, para qualquer nome, que ele seja vazio em todas as circunstâncias ou em todos os sentidos. Consiste, portanto, em uma estratégia realista para garantir a validade de todos os princípios da teoria tradicional da predicação incluindo o princípio ortodoxo da realidade, sacrificando a univocidade: todos os nomes referem a objetos reais, de modo que não há nomes que sejam simplesmente vazios. A diferença

entre os objetos concretos, que categoricamente dizemos existir, e os que consideramos em geral inexistentes, entidades das ficções, dos sonhos, da experiência, da abstração, da imaginação, etc., não é uma diferença entre o real e o irreal, mas entre diferentes modos de ser real. Podemos chamar a tese de que há vários modos de existir de *plurirrealismo*.

Quero explicar que o fundamento do plurirrealismo consiste em uma perversão metafísica do critério de compromisso ontológico de Quine. A solução plurirrealista, contudo, não consiste em uma generalização direta dos teorias realistas que tenho chamado de realismos locais. Realismos locais são teorias que afirmam a existência de entidades de tipos específicos, como o de Putnam (1998) quanto a entidades matemáticas, o de Thomasson (1999) quanto a personagens, o de Inwagen (2004) quanto a propriedades abstratas, etc. A base dos realismos locais é o critério de compromisso ontológico de Quine e os pressupostos que o acompanham. Juntos constituem o que Inwagen (, 13) chama de metaontologia de Quine. Façamos um rápido passeio por essa metaontologia.

Inwagen explica a metaontologia de Quine em cinco teses. (1) ser ou existir não é uma atividade; não é algo em que nos engajamos ou que fazemos o tempo todo. (2) ser é existir; não há diferença entre dizer que uma coisa é e dizer que ela existe; uma coisa não poder ser em nenhum sentido fraco ou ser assim e assado sem existir. (3) ser ou existir são unívocos; não há tal coisa como existir só que de um modo diferente ou em diferentes graus. (4) a noção de existência é expressa pelas expressões quantificadoras “há um ...” [*there is*] e “existe um ...” [*there exists*], representadas pelo símbolo quantificador existencial \exists interpretado objetivamente. Por último, (5) o critério adequado para assumirmos a existência de algo consiste nos procedimentos que chamamos de critério de compromisso ontológico de Quine.

As teses (2), (3) e (4) são conhecidas nossas. (2) pretende expressar o princípio de realidade, fundamento metafísico de toda ortodoxia Frege–Russel no século XX: tudo existe, tese famosamente enunciada por ??, 28). (3) expressa o princípio da univocidade, sobre o qual esta seção se trata. (4) expressa a tese de que a existência não é um predicado, de que o verbo ser ou existir desempenha a função semântica de

um quantificador, de um predicado de segunda-ordem. (4) é, na verdade, uma condição necessária de (2). (5) é o critério sobre o qual estamos falando. Volto a ele em breve. (1), por último, não é nossa conhecida, mas entendo que ela se sugere como uma condição necessária para (3). Segundo a tese, a existência não seria adequadamente caracterizada como a atividade mais geral de todas as coisas. Inwagen cita Austin (1962, 68) para explicá-la e eu não posso fazer melhor: “The word [‘be’] is a verb, but it does not describe something that things do all the time, like breathing, only quieter — ticking over, as it were, in a metaphysical sort of way”. Inwagen atribui a tese contrária, de que existir é engajar-se em uma atividade, à tradição fenomenológico-existencialista e, em particular, a J. P. Sartre. Segundo Inwagen, Sartre diria que nosso modo humano de existência é *para si*, diferentemente do das cadeiras, que são *em si*, sendo que ser para si seria uma atividade. Em oposição a essa concepção, Inwagen defende que a atividade mais geral em que estamos engajados não é existir, mas perdurar ou envelhecer. Não estou preocupado com essa discussão em particular, mas o modo rápido como Inwagen reduz a perspectiva de Sartre revela mais do que descarta, na minha opinião, a intuição inalienável por trás do plurirrealismo: de que há usos da noção de existência, por exemplo, como atividade humana, que são tão correntes quanto o uso pretensamente unívoco e ontológico da tradição de Quine.

O critério de compromisso ontológico de Quine é um procedimento que nos esclarece sobre as coisas que uma teoria precisa supor que existem para que ela seja verdadeira. Consequentemente, ele nos ajuda a reformular uma teoria com menos compromissos existenciais. Quine afirma que estamos comprometidos com a existência daquelas entidades que assumimos como valores das variáveis ligadas sobre as quais abrangem as quantificações de nossa teoria. Sendo que as entidades que assumimos como valores dessas quantificações são aquelas às quais referimos *quando* pretendemos denotar com o uso de nomes. É o uso referencial de um nome que habilita a generalização existencial e manifesta compromisso ontológico.

The ontology which one accepts, or which a given context presupposes, is not revealed by an examination of mere vocabulary; for we know that

substantives can be used indesignatively without depriving them of meaning. (...) It is not the mere use of a substantive, but its designative use, that commits us to the acceptance of an object designated by the substantive.

In order to determine whether a substantive is used designatively in a given context we have to look beyond the substantive and observe the behavior of the pronouns. Ways of using the substantive that do commit one to recognition of the object are embodied in the operations of existential generalization and application. The ontology to which one's use of language commits him comprises simply the objects that he treats as falling with the subject-matter of his quantifiers—within the range of values of his variables.(QUINE, 1943, 118)

Por exemplo, teorias matemáticas, porque referem a entidades abstratas, estão comprometidas com a existência de objetos abstratos, de modo que, se quisermos levar a sério as teorias matemáticas, então temos de levar a sério a existência de tais entidades. Mas se descobrimos que a teoria que mantemos nos compromete com entidades cuja existência não estamos dispostos a admitir, podemos escolher rephrasear as sentenças de nossa teoria de modo a evitar o compromisso ou ainda abandonar a teoria de uma vez. Segundo o que entendo, o critério de Quine é melhor expresso como um procedimento algorítmico: (i) enunciamos nossa teoria em linguagem natural *como desejamos* que ela seja enunciada; (ii) convertemos os enunciados em fórmulas ou sentenças em linguagem canônica *conforme entendemos o que enunciamos*; (iii) listamos as fórmulas existencialmente quantificadas (convertidas a partir de enunciados com expressões quantificadoras “existe . . .”, mas também — tese (2) — “há . . .” e afins); (iv) aplicamos generalização existencial sobre cada nome ou constante individual de cada sentença da teoria (sendo que são reconhecidos como nomes somente as expressões singulares usadas com pretensão de referência, lembre da ressalva livre de Quine) e adicionamos as quantificações existenciais resultantes à lista de quantificações existenciais da teoria; (v) listamos os predicados que compõem as sentenças quantificadas e que devem ser satisfeitos para que as fórmulas sejam verdadeiras; (vi) observamos o compromisso da

teoria com a existência dos objetos por ela quantificados; ou ainda: com a existência dos objetos (representados pelos elementos do domínio) que pertencem à extensão dos predicados que predicam as variáveis ligadas dessas sentenças (ou seja: nossa teoria se compromete com coisas do tipo P para cada sentença regimentada “Existe um x tal que x é P ”); (vii) escolhemos entre: manter a teoria e assumir seu compromisso ontológico ou rejeitar esse compromisso; neste caso devemos escolher entre abandonar a teoria ou procurar outras formas de enunciá-la com paráfrases dos enunciados originais, voltando para o passo (i).

O critério de Quine é um método de esclarecimento até o passo (vi) e um roteiro de revisão do compromisso ontológico de teorias até o passo (vii). Este passo serve, eminentemente, a filosofias anti-realistas que vêem a simplicidade ontológica como critério de uma boa teoria. Só devemos realmente nos comprometer com tais e tais entidades cuja existência for indispensável para nossa teoria ser verdadeira. Isto é, só devemos aceitar o compromisso ontológico de uma teoria uma vez abandonadas as tentativas de parafraseá-la de modo não comprometedor. Digamos que uma teoria seja ontologicamente mais econômica que outra quando ela se compromete com menos tipos de coisas para explicar os mesmos fenômenos. Desse modo, pode-se enunciar assim a diretriz anti-realista de Quine: uma teoria é enunciada em sua versão ótima quando é enunciada em sua versão mais econômica, mais simples.

Our acceptance of an ontology is, I think, similar in principle to our acceptance of a scientific theory, say a system of physics: we adopt, at least insofar as we are reasonable, the simplest conceptual scheme into which the disordered fragments of raw experiences can be fitted and arranged. Our ontology is determined once we have fixed upon the over-all conceptual scheme which it to accommodate science in the broadest sense;(QUINE, 1948, 42–43)

É desse panorama epistemológico e metaontológico que surgem os argumentos realistas pela indispensabilidade: queremos explicar os fenômenos naturais, pois eles são tudo que precisamos explicar; mas para isso é necessário, isto é, inevitável, quantificar

sobre entidades matemáticas ao enunciar nossas teorias; logo devemos assumir a existência dessas entidades.

quantification over mathematical entities is indispensable for science, both in formal and physical; therefore we should accept such quantification; but this commits us to accepting the existence of the mathematical entities in question.

(...)

This type of argument stems, of course, from Quine, who has for years stressed both the indispensability of quantification over mathematical entities and the intellectual dishonesty of denying the existence of what one daily presupposes.(PUTNAM, 1998, 425)

3.4.2 Reduccionismo e univocidade

Uma das principais evidências em favor da queda do princípio de univocidade é, certamente, o próprio problema dos nome vazios. O problema pode ser colocado em termos de um critério tradicional de compromisso ontológico suposto na teoria tradicional da predicação: se enunciamos literalmente uma predicação, então estamos comprometidos com a existência dos objetos sobre os quais a predicação é; em diversas circunstâncias, enunciamos predicções em tom literal sobre coisas que não existem de modo ordinário; suposto que não pode haver coisas inexistentes, então devemos admitir compromisso com a existência extraordinária desses objetos.

É interessante notar que a resposta de Quine para o problema dos nomes vazios, manifesto na Barba de Platão, parece tanto supor quanto autorizar sua adesão aos princípios de realidade e de univocidade. A resposta de Quine à tradição é que nunca realmente enunciamos essas predicções de modo literal. Termos singulares como “Pégaso” não podem ser usados de modo realmente referencial, de sorte que predicções vazias são melhores analisadas como quantificações existenciais à la Russell. Caso contrário, seríamos rapidamente conduzidos à terrível Barba de Platão e à posição de

que existem coisas de todos os tipos (ou ainda, o que é pior, que há coisas de todos os tipos, mas que não existem). Mas a principal razão que Quine tem para desautorizar o uso literal e referencial de nomes de objetos imaginários, fenomênicos, ficcionais etc., é o próprio pressuposto de que só há uma forma de ser real. Evidentemente, uma vez suposto o princípio da univocidade, a pretensão de referência a objetos que não são concretos só seria genuína se fosse indispensável para uma teoria mais importante do que nossos escrúpulos ontológicos naturalistas, como a matemática.

Idealmente, uma única teoria, expressa em sua versão mais econômica, seria suficiente para explicar todos fenômenos. Não havendo essa teoria, contudo, é inevitável que haja teorias para explicar fenômenos diferentes, assim como teorias que concorram na explicação de um mesmo corpo de fenômenos. Simplificar o compromisso ontológico de uma teoria envolve, essencialmente, eliminar um conjunto qualquer de sentenças existenciais que nela ocorrem. Mas para fazer isso sem sacrificar poder explicativo (em cujo caso precisaríamos de duas teorias para cobrir os mesmos fenômenos), é necessário mostrar que o que explicamos com as sentenças eliminadas pode ser explicado sem elas. Ou seja, envolve mostrar que um determinado fragmento de discurso é supérfluo, somente um modo de dizer, ficção. A diferença entre o que é considerado uma boa e uma má ficção se reflete na diferença entre o que é simplesmente eliminado e o que se pretende reduzir. A diretriz de Quine tem esse limite: a decisão pela simplicidade ontológica em uma teoria sempre tem um custo explanatório. Nesse sentido, enunciar uma teoria é sempre uma aposta realista mais ou menos ambiciosa, conforme o custo máximo que se aceita pagar, em complexidade da semântica para a teoria, para efetuar os reducionismos necessários na simplificação de uma ontologia. Essa aposta consiste na viabilidade do reducionismo, na idéia de que os mais diversos fenômenos possam ser explicados em termos um único padrão de compromisso ontológico. Que os fenômenos que pretendemos explicar possuam como denominador comum uma única ontologia. Ela depende, no fim, de uma epistemologia minimalista como a de Quine, cujo domínio de fenômenos se limita a *dados sensoriais brutos*.

A diretriz de Quine só faz sentido uma vez suposta sua humilde epistemologia, que

parece já supor o tipo de fetiche pelo deserto que ela pretende autorizar. Se a narrativa de nossa experiência for mais rica que aquela, isto é, se houver fenômenos mais diversos a serem explicados que revelam as afetações nervosas de Quine, então a aposta por imagem metafísica em que só há um modo de existência passa a ser cara demais. E uma vez desapegadas da paisagem de Quine, por sua vez, a demanda por estratégias reducionistas e ficcionalistas passa a ser bem menor. Sem redução generalizada, o critério de Quine não pode servir como padrão geral de comparação entre duas teorias, uma vez que a diferença de compromisso entre duas teorias revelaria não uma diferença entre duas formas de equilibrar ontologia e semântica na explicação de um conjunto de fenômenos, mas uma diferença entre os fenômenos que elas pretendem cobrir.

3.4.3 Pluralismos ontológicos

A tese da univocidade foi defendida abertamente por Quine, ecoando a tradição Frege–Russell. Mas foi defendida também pelos meinongianos desde os anos setenta. Contra os univocalistas, há aqueles que seja negaram a tese no plano da linguagem, seja negaram no plano ontológico. Os primeiros assumiram uma posição pluralista de espírito anti-realista, como Ryle (1949) e a noção de erro de categoria, Putnam (1994) e noção de relatividade conceitual e, mais recentemente, Hirsch (2002) e a noção de variação de quantificador. Os últimos afirmaram uma pluralidade de modos de existência, como Heidegger (2001), Whitehead (1978), e Souriau (2009) e, mais recentemente, Latour (1988).

Mas o pensador mais famoso por reagir diretamente à metontologia de Quine, em uma crítica pragmatista e deflacionista à ontologia, foi Carnap (1956). O critério de compromisso ontológico de Quine é a sua resposta à questão ontológica “O que existe?”. Em vez de respondê-la diretamente e assumir uma posição metafísica, Quine transporta a questão com um salto semântico para o âmbito das ciências naturais. Quine sugere que a resposta para a questão ontológica deve ser respondida por nossas melhores teorias científicas, sendo que a forma de extrair delas essa resposta seria a análise de seus compromissos ontológicos. Carnap exibiu uma aberta desconfiança quanto a

possibilidade mesma de haver uma pergunta geral e inteligível sobre o que existe. A pergunta feita por filósofos pretende que haja uma resposta independente das práticas específicas e dos esquemas conceituais de cada disciplina científica. Em oposição, Carnap defendeu que perguntas existenciais só fazem sentido feitas dentro de cada ambiente científico, mas nunca desde fora, de um ponto de vista ontológico exterior e totalizante. A crítica de Carnap é baseada na noção de um *framework* linguístico e uma distinção entre dois tipos de perguntas ontológicas, conforme são feitas dentro ou fora de seu *framework* natural. Um *framework* é um ambiente linguístico constituído por um conjunto de práticas discursivas que regem o que faz sentido dizer em seu interior. Questões ontológicas da forma “existem coisas do tipo *F*?” são ambíguas: elas pode ser *perguntas internas*, se são feitas desde dentro do *framework* ao qual pertence o conceito de coisas *F*, ou podem ser *perguntas externas*, se são feitas desde seu exterior.

Are there properties, classes, numbers, propositions? (...) If someone wishes to speak in his language about a new kind of entities, he has to introduce a system of new ways of speaking, subject to new rules; we shall call this procedure the construction of a linguistic *framework* for the new entities in question.

(...)

(...) we must distinguish two kinds of questions of existence: first, questions of the existence of certain entities of the new kind *within the framework*; we call them *internal questions*; and second, questions concerning the existence or reality *of the system of entities as a whole*, called *external questions*. Internal questions and possible answers to them are formulated with the help of the new forms of expressions. The answers may be found either by purely logical methods or by empirical methods, depending upon whether the framework is a logical or a factual one.(CARNAP, 1956, 206)

O diagnóstico pragmatista de Carnap sobre a ontologia foi o seguinte: perguntas externas de existência simplesmente não fazem sentido, uma vez que se pretendem

independentes e mesmo prioritárias às práticas que regem os conceitos relevantes; perguntas existenciais só fazem sentido se são internas, mas nesse caso elas são triviais, uma vez que a existência de um determinado tipo de coisas é suposta por seu próprio *framework*. Dentro do *framework* das *coisas*, por exemplo, podemos perguntar relevantemente se há mesas, rios, pedras e árvores; mas não podemos esperar uma resposta não trivial à pergunta sobre se há coisas. Fora de qualquer *framework*, contudo, a pergunta perde seu sentido. A crítica de Carnap vai no sentido de desautorizar a pretensão metafísica das questões ontológicas em favor de uma perspectiva pragmática do exercício ontológico. Não faz sentido perguntarmos seriamente desde fora sobre o que existe. Isso só faria sentido como uma pergunta pragmática sobre que *framework* devemos adotar.

From the internal questions we must clearly distinguish external questions, philosophical questions concerning the existence or reality of the total system of the new entities. Many philosophers regard a question of this kind as an ontological question which must be raised and answered before the introduction of the new language forms. The latter introduction, they believe, is legitimate only if it can be justified by an ontological insight supplying an affirmative answer to the question of reality. In contrast to this view, we take the position that the introduction of the new ways of speaking does not need any theoretical justification because it does not imply any assertion of reality. We may still speak (and have done so) of “the acceptance of the framework” or “the acceptance of the new entities” since this form of speech is customary; but one must keep in mind that this phrase does not mean for us anything more than acceptance of the new linguistic forms. Above all, they must not be interpreted as referring to an assumption, belief, or assertion of “the reality of the entities”. There is no such assertion. An alleged statement of the reality of the framework of entities is a pseudo-statement without cognitive content. (CARNAP, 1956, 214)

A posição de Carnap é de que perguntas realistas se situam sempre no interior

de um *framework* que lhes confere conteúdo e que a opção por um *framework* é no fundo uma questão de como melhor utilizar a linguagem. Carnap parece manter que há uma relatividade intrínseca do conteúdo de nossas crenças com respeito a ambientes particulares de práticas linguísticas. Que os vários *frameworks* não respondem coletivamente uns aos outros e todos à experiência conjunta de uma realidade. A famosa resposta de Quine a Carnap é o diagnóstico de uma caduca distinção entre questões de linguagem e questões de fato, entre enunciados analíticos e sintéticos. Não supondo haver sentenças analíticas em oposição a sintéticas, Carnap não poderia explicar a distinção entre questões internas e externas de um dado *framework*.

Carnap, Lewis, and others take a pragmatic stand on the question of choosing between language forms, scientific frameworks; but their pragmatism leaves off at the imagined boundary between the analytic and the synthetic. In repudiating such a boundary I espouse a more thorough pragmatism. Each man is given a scientific heritage plus a continuing barrage of sensory stimulation; and the considerations which guide him in warping his scientific heritage to fit his continuing sensory promptings are, where rational, pragmatic. (QUINE, 1963b, 46)

Carnap rompe com a metaontologia de Quine ao manter um tipo de contextualismo no qual o verbo “existe” opera sempre relativo a um *framework*. O critério de compromisso ontológico de Quine continua funcional, mas somente dentro de cada *framework*, onde a quantificação, contra Quine, deve ser restrita a entidades de um dado tipo. A teoria de Carnap é importante pois aponta no sentido de um pluralismo ontológico. Carnap, no entanto, não rompe com o princípio de univocidade. Entre os filósofos conhecidos por se opor ao princípio, Ryle é talvez o mais citado, com a seguinte passagem.

It is perfectly proper to say, in one logical tone of voice, that there exist minds, and to say, in another logical tone of voice, that there exist bodies. But these expressions do not indicate two different species of existence, for “existence” is not a generic word like “coloured” or “sexed”. They indicate two different

senses of “exist”, somewhat as “rising” has different senses in “the tide is rising,” “hopes as rising” and “the average age of death is rising.” A man would be thought to be making a poor joke who said that three things are now rising, namely the tide, hopes and the average age of death. I would be just as good or bad a joke to say that there exist prime numbers and Wednesdays and public opinions and navies; or that there exist both minds and bodies.(RYLE, 1949, 23)

Segundo Ryle, a noção de existência possui diferentes funções linguísticas e pragmáticas, conforme seus diferentes usos. Mas apesar de sua marcante defesa da pluralidade de usos dos enunciados de existência, Ryle também não é propriamente um filósofo da pluralidade dos *modos* de existência. Pelo contrário, as diferentes concepções pluralistas de Carnap e Ryle (assim como Putnam e Hirsch) de que os usos, os enunciados ou as quantificações do verbo “existe” possuem diferentes sentidos, unidos por analogia, serve justamente para motivar teorias deflacionistas, pragmatistas, relativistas e “meramente” linguísticas dos enunciados de existência. É verdade, nem todos eles, amigos dos vários sentidos do verbo de existência, são propriamente anti-realistas no sentido lato; Hirsch (2009), notadamente, assume-se um realista e defende um pluralismo ontológico. A lição é que nem todos ditos pluralistas ontológicos são pluralistas quanto ao que existe, no sentido de manter um *plurirrealismo*. Pelo contrário, esse pluralismo representa antes um relativismo linguístico perante a invariância do real. Segundo Eklund (2009, 137):

What any ontological pluralist view involves is—*roughly*, see immediately below—the following: There are a number of different languages we could speak, such that (a) different existence sentences come out true in these languages, due to the fact that the ontological expressions (counterpart of “there is”, “exists”, etc.) in these languages express different concepts of existence, and (b) these languages can somehow describe the world’s facts equally well and fully (maybe some of these languages are more convenient to use than others but that is a different matter).

3.4.4 Plurirrealismo

Mas há quem rejeite a univocidade do ser em um sentido forte. Para estes, a falsidade do princípio se manifesta não na pluralidade dos enunciados de existência, mas na pluralidade de modos de existência que se manifesta em nossos enunciados. O pluralismo linguístico não é tido como evidência em favor de uma atitude antimetafísica; vale antes o inverso: a atitude realista perante a totalidade da experiência, que é irreduzivelmente plural, é que manifesta o fato de que a unidade da ontologia é fundamentalmente analógica. Não obstante a enorme diferença entre as duas filosofias, entre os mais eminentes plurirrealistas estão Heidegger (2001) e Souriau (2009). (É claro, não pretendo apresentar o pensamento destes filósofos aqui, mas gostaria de evocar a idéia de um plurirrealismo para apontar uma solução ao problema dos nomes vazios.) A referência a uma noção analógica e plural de ser ou de existência aparece em ambos os casos no início de seus trabalhos. Cito o primeiro parágrafo do livro de Souriau, que coloca a questão que ele responde positivamente ao longo do livro:

La pensée existe-t-elle, en elle-même et par elle-même? La matière existe-t-elle, et de la même manière? Dieu existe-t-il? Hamlet, me *Primavera*, Peer Gynt ont-ils existé, existent-ils, et en quel sens? Les racines carrées des nombres négatifs existent-elles? La rose bleue existe-t-elle?

Répondre à chacune de ces questions (par oui, par non, ou par quelque sorte; et ce n'est pas déjà si aisé), ces questions en posent une autre, plus vaste et qui les contient toutes: y a-t-il plusieurs manières d'exister? L'exister est-il multiple, non dans les êtres où il s'actualise et s'investit, mais dans ses espèces?(SOURIAU, 2009, 79)

Heidegger apresenta a idéia de que o ser é unido por analogia em referência a Aristóteles:

“Ser” é o conceito “mais universal” (. . .) A “universalidade” do “ser”, porém, não é a do *gênero*. “Ser” não delimita a região suprema do ente, pois esse se

articula conceitualmente segundo gênero e espécie (. . .) A “universalidade” do ser “*transcende*” toda universalidade genérica. (. . .) A unidade desse universal transcendente frente à variedade multiforme dos conceitos reais mais elevados de gênero foi entendida já por Aristóteles como *unidade da analogia*.(HEIDEGGER, 2001, 28)

Heidegger distingue entre diversos modos de ser: o existencial, próprio do *Dasein*, o modo em que nós humanos somos; o ser-a-mão, o modo de ser em geral das ferramentas; o ser-simplesmente-dado, o modo de ser das coisas espaço-temporais; a vida, próprio dos seres vivos; a subsistência, o modo de existência característico dos objetos abstratos. Souriau também enumera diferentes modos de existência: o modo dos fenômenos, o das coisas concretas, o das ficções, o das coisas virtuais. Nem Heidegger, nem Souriau, contudo, pretendem enumerar todos os modos de ser ou de existência. Pelo contrário, eles elencam alguns deles segundo a importância que têm em suas próprias filosofias, mas ambos pensam que há uma multiplicidade inumerável de modos de ser ou de existir. Souriau, em particular, entendia a noção de existência em conexão com o seu conceito de instauração. Tudo que existe, para existir, teve de ser instaurado por outras coisas existentes, sendo que a um ato de instauração também pode criar novos modos de existência.

En disant: chaque être, pour exister, doit découvrir son mode d'existence (ou bien on doit le découvrir pour lui), nous disons aussi, forcément: il y a des modes d'existence encore innommés et inexplorés, à découvrir pour instaurer certaines choses, qui seront lettre morte tant que ce mode n'aura pas été inventé, innové.(SOURIAU, 2009, 161)

Não obstante, ambos reconhecem o caráter geral das noções de ser, no caso de Heidegger, e de existência, no caso de Souriau. É o conceito de ser em sua multiplicidade que interessa a Heidegger, assim como Souriau eventualmente se volta à noção de uma superexistência, uma classe contingente de todas as coisas que existem, cada uma a seu próprio modo. É a dialética que se dá entre esses dois conceitos, a noção de ser

ou de existência em geral, e os seus modos particulares, que cabe à filosofia investigar na busca do sentido do ser, para Heidegger, e da natureza da existência, para Souriau. Como bons pluralistas, ambos mantêm que variedade dos modos particulares de ser e de existir são *primitivos*, no sentido de serem prioritários à unidade do conjunto, que só se dá por analogia.

Baseados nesse rascunho do fragmento relevante dessas filosofias, podemos indicar algum plano de semântica pluralista para linguagens que contenham nomes ditos vazios. A univocidade se manifesta, na semântica de predicados, no fato de que só há um único quantificador existencial para um único domínio de objetos reais. Uma primeira semântica plurirrealista pode ser definida então com uso de quantificadores restritos. Quantificadores restritos são quantificadores que abrangem subconjuntos do domínio D . Para representar o fato de que diferentes objetos podem pertencer a diferentes modos de existência, uma possibilidade então é definir diferentes predicados de existência, dividindo a totalidade do domínio D nas extensões de cada modo de existência, e definir a partir desses predicados quantificadores restritos a suas respectivas extensões. Por exemplo, para o modo de existência dos objetos ficcionais, definimos o predicado de existência ficcional $E_f!$ e o quantificador de ficção \exists_f ; para o modo dos objetos materiais, definimos o predicado de existência material $E_m!$ e o quantificador de materialidade \exists_m e assim por diante. Ou seja: x é ficcional é expresso em quantificação $\exists_f y(x = y) =_{df} \exists y(x = y \wedge E_f!x)$, onde $E_f!$ é o predicado de existência ficcional. Esse procedimento é o reverso da definição comum de um predicado de existência, que é definido a partir do quantificador existencial: $E!x =_{df} \exists y(x = y)$.

O problema desse procedimento é tratar os modos de existência como modos definidos a partir da totalidade dos objetos. O que fizemos foi *definir* os quantificadores restritos a partir de predicados de existência. Isso é o contrário do que podemos requerer de uma semântica plurirrealista requer: que os diferentes modos de existência sejam não só ontologicamente prioritários em relação à totalidade dos existentes, mas também semanticamente. Nesse caso seria necessária uma semântica que introduza os quantificadores restritos sem defini-los a partir de predicados e quantificação irrestrita. O

ser, assim como a superexistência, devem ser conceitos secundários no sentido de serem definidos como a disjunção dos modos de ser ou de existir. Uma sugestão de McDaniel (2009) é que precisamos de quantificadores restritos *semanticamente primitivos*. A partir deles podemos definir um quantificador de superexistência que se comporte como o quantificador irrestrito. Para isso precisaríamos de definir, para a linguagem, uma série de quantificadores existenciais e, na interpretação, uma pluralidade de domínios. Uma interpretação da linguagem plurirrealista poderia ser definida como uma tupla contendo uma série de domínios não vazios representando a extensão de cada modo de existência; um superdomínio união da série de domínios representando a extensão de todos os entes ou coisas superexistentes; e uma série de funções parciais, no estilo da semântica de estórias, de denotação definidas sobre os nomes e predicados da linguagem. Alternativamente, podemos utilizar uma semântica de mundos possíveis onde mundos são modos de realidade. Além dos operadores modais, uma série de pares de quantificadores existenciais e universais, um par para cada modo de realidade, seria introduzida na linguagem. Um modelo consistiria em uma estrutura $\langle M, R \rangle$, onde M é um conjunto de modos de realidade e R é uma relação de acessibilidade (que poderia ser a relação de instauração), mais um domínio D de objetos e uma função I que interpreta os predicados. Cada predicado de n -posições recebe um conjunto de n -tuplas de D em cada modo de realidade. $I(P)$ é um conjunto de $n + 1$ -tuplas $\langle \mu_1, \dots, \mu_k, r \rangle$, onde $\mu_1, \dots, \mu_k \in D$ e $r \in R$. Essas sugestões são somente apontamentos. O importante para uma semântica plurirrealista é ser capaz de capturar a variação nas condições de verdade das sentenças quantificadas, conforme abrangem objetos de diferentes modos de existência, e das predicções, conforme são sobre objetos que existem de diferentes modos.

3.4.5 Soluções pluralistas

Apresentei as idéias gerais de dois tipos de filosofias que não aderem ao princípio de univocidade, uma de tendência anti-realista e outra realista. Sabemos que o princípio é uma das condições necessárias para o surgimento do problema dos nomes vazios,

de modo que essas filosofias devem conter as intuições estratégicas para dois tipos de resposta pluralista ao problema. Enquanto a estratégia anti-realista pode ser entendida como uma versão generalizada das teorias locais ficcionalistas, a realista pode ser entendida como uma generalização das teorias locais realistas.

Pois bem, podemos sugerir uma estratégia geral anti-realista para responder ao problema, via o abandono da univocidade do ser, do seguinte modo. O efeito do princípio da univocidade do ser é exigir que a interpretação dos nomes de uma linguagem natural real seja restrita a um único universo de discurso, em todos os contextos, como se houvesse um único conjunto privilegiado de objetos reais. Mas as condições de significação das sentenças não são limitadas a um único universo de discurso. Em diferentes contextos, práticas ou jogos de linguagem operam diferentes universos de discurso, de modo que, em contextos ficcionais, certos nomes devem ser interpretados em termos de referência a personagens e certas sentenças que afirmam ou supõem a existência destes devem ser processadas por uma boa semântica como verdadeiras. Desse modo, é falso dizer que a existência é unívoca. Quando se diz que uma pessoa é real, quando ela já morreu; ou quando se diz que existe um personagem muito conhecido que é mais rico do que qualquer indivíduo real; ou quando se fala de um deus ou uma figura folclórica em uma etnografia, etc.; são certamente em diferentes sentidos que todas essas coisas são coisas e são reais. Em um caso, a existência é ficcional, em outro, folclórica, hipotética, matemática, etc. É precisamente o fato de que diferentes universos de discurso estão em jogo em diferentes contextos que explica a noção de contexto.

Por sua vez, uma estratégia de resposta realista ao problema pode ser generalizada assim. O princípio da univocidade, ao afirmar que todas as coisas existentes são reais no mesmo sentido, reduz a pluralidade das coisas reais a um só padrão de realidade ou critério de existência como, por exemplo, o dos objetos físicos. A univocidade é consequência de uma política positivista e reducionista que pretende restringir as condições de verdade da linguagem e da experiência a uma única narrativa. Mas a experiência, a significação e a verdade não se restringem a um só tipo de existência; elas atravessam vários modos de existência. Esse fato é atestado localmente por argumentos ontológicos

da indispensabilidade. Números existem pois são indispensáveis para se fazer ciência, mas personagens também são indispensáveis para se fazer ficção, assim como *possibilia* são indispensáveis para se fazer teorias contrafactuais, objetos de tamanho médio são indispensáveis para se explicar a experiência sensorial, etc. Sendo que a diferença entre cada tipo de coisa nem sempre é explicável em termos de uma mera diferença de categorias, por exemplo, em termos de distinções concreto-abstrato, universal-particular, real-intencional, transcendente-imanente, etc.; as diferenças entre um número e um átomo, um personagem e uma alucinação, um objeto hipotético e um objeto fenomênico, são irreduzíveis à oposição concreto-abstrato, real-irreal, exceto a um enorme custo semântico explanatório. A aposta univocalista e nominalista de se explicar a multitude do real em termos de um só padrão de realidade, de fazer semântica com um único domínio, é alta demais, uma promessa que não se pode cumprir.

Sem levar em conta as críticas à própria premissa pluralista de que o verbo de existência não é unívoco, deve-se levantar a questão sobre o critério de identidade de um contexto ou modo de existência. Como oferecer uma regra que determine quando um nome é utilizado ou uma sentença é enunciada em um dado contexto, e.g. de ficção? Como determinar, no caso do plurirrealismo, o modo de existência de um objeto? Essa resposta tem de ser dada antes, suponho, antes que a semântica seja aplicada. Afinal, segundo meu entendimento, ainda que a forma lógica dos enunciados não dependam dessas regras, precisamos delas para montar uma interpretação que valere as sentenças adequadamente, segundo os contextos e modos de existência relevantes. Caso contrário, como inevitavelmente parece acontecer no caso dos ficcionalismos e realismos locais, o pleiteio da pluralidade se sugere como um dispositivo *ad hoc*. Essa é a crítica interna à solução, pois é seu desafio essencial. O pluralismo seria incapaz de servir a uma semântica como uma teoria geral das condições de verdade de uma linguagem. Provavelmente essa conclusão seria endossada alegremente por figuras como Souriau e Heidegger, que se recusaram a deduzir os vários modos de existência como em um sistema. Por outro lado, espera-se que um pluralista, em particular um plurirrealista, admita que a questão sobre o critério de identidade de cada modo de existência seja empírica. Cada modo teria seu lugar em uma tabela periódica dos modos de existência e a aplicação de

uma semântica plurirrealista envolveria a capacidade de se distinguir uns dos outros.

Quanto à disputa sobre a univocidade, vale lembrar as manifestações de Quine e de Inwagen. Quine insiste na simplicidade de uma teoria que explica a diferença entre objetos abstratos e concretos como uma diferença entre os próprios objetos.

There are philosophers who stoutly maintain that “true” said of logical or mathematical laws and “true” said of weather predications or suspects’ confessions are two uses of an ambiguous term “true”. There are philosophers who stoutly maintain that “exists” said of numbers, classes and the like and “exists” said of material objects are two uses of an ambiguous word “exists.” What mainly baffles me is the stoutness of their maintenance. What can they possibly count as evidence? Why not view “true” as unambiguous but very general, and recognize the difference between true logical laws and true confessions as difference merely between logical laws and confessions? And correspondingly for existence?(QUINE, 1960, 131)

A crítica de Inwagen, também de espírito quineano e ortodoxo, aponta para a conexão de Frege entre números e existência.

No one would be inclined to suppose that number-words like “six” or “forty-three” mean different things when they are used to count different sorts of object. The very essence of the applicability of arithmetic is that numbers may count anything: if you have written thirteen epics and I own thirteen cats, then the number of your epics *is* the number of my cats. But existence is closely tied to number. To say that unicorns do not exist is to say something very much like saying that the number of unicorns is 0; to say that horses exist is to say that the number of horses is 1 or more. And to say that angels or ideas or prime numbers exist is to say that the number of angels, or of ideas, or of prime numbers is greater than 0. The univocacy of number and the intimate connection between number and existence should convince us that there is at least very good reason to think that existence is univocal.(INWAGEN, , 17)

Nenhum dos dois trechos oferecem argumentos conclusivos, contudo. Eles dependem, em um caso, de uma motivação pragmática e, em outro, de uma analogia tendenciosa e somente sugestiva.

3.5 Meinong e a queda da realidade

3.5.1 O desafio da filosofia de Meinong

A última das soluções para o problema dos nomes vazios se dá com o abandono do princípio de realidade. Segundo o princípio, que é a marca do que tenho chamado de ortodoxia, todas as coisas existem. Isto é, não há nada que não seja real. A ortodoxia inclui não somente a tradição de Frege–Russell–Quine, mas também a tradição milliana em geral e a dos amigos lógicas livres. Todos mantêm que pode haver nomes para coisas que não existem ou ao menos descrições que não são satisfeitas por coisa alguma, mas não pode *haver* em nenhum sentido forte *objetos* que não existem. O abandono do princípio em favor da concepção de que a extensão dos objetos é maior que a do que existe caracteriza a filosofia de Meinong e de meinongianos como Richard Routley, Terence Parsons, Dale Jacquette, Graham Priest, McGinn e outros.

O princípio de realidade, como o enunciei, tem um caráter metafísico. Ele restringe a categoria dos objetos ao conjunto dos objetos que existem. O princípio expressa uma condição necessária de coisidade e uma condição suficiente de existência. Nesta versão, o princípio era chamado por Routley (1980) de *restrição clássica* e por Parsons (1980, 1) de “Russellian rut”: “‘Russellian’ because it stems principally from Russell, and a ‘rut’ because it’s a view in which most of us are so entrenched that it’s hard to see over the edges.” Mas o princípio de realidade é normalmente enunciado em versões equivalentes mais palatáveis para a ortodoxia. Em particular, ele aparece sob duas versões principais, as teses de que somente sentenças sobre o que existe podem ser verdadeiras e de que o verbo “existe” e o adjetivo “existente” não são predicados genuínos, relevantes. Apresentarei a filosofia meinongiana a partir dessas duas faces do princípio.

A tese de que toda proposição verdadeira é sobre o que existe recebeu nomes na literatura. Routley (1980, 21–22) a chamou de pressuposto ontológico: “There is a very widespread assumption, implicit in most modern philosophical theories, (. . .), namely the Ontological Assumption, (. . .), according to which no (genuine) statements about what does not exist are true.”; Plantinga (1989, 136) a chamou de princípio ontológico: “there cannot be propositions about what in no sense has being. Call this *The Ontological Principle*.” Essa primeira versão do princípio de realidade revela o seu fundamento filosófico: a verdade deve manifestar a realidade. É natural pensar que o que dizemos sobre as coisas é verdadeiro se e somente se as descrevemos como elas são. Uma vez aceita uma teoria realista ou não epistêmica da verdade, é difícil pensar fora desse paradigma. Se a verdade de uma sentença precisa estar ancorada em um fato, onde mais ela ancoraria senão em um fato real? A realidade parece ser condição necessária da verdade de uma sentença. É compreensível que o medo do abandono do paradigma seja, pois, o medo do idealismo. De qualquer modo, parece implausível que a postulação de entidades inexistentes em nossa semântica nos ajude a fundamentar uma explicação para o fenômeno dos nomes vazios. Meinong e seus amigos precisam mostrar o contrário.

A segunda versão do princípio de realidade se expressa tradicionalmente no chavão “a existência não é um predicado”. Supostamente, Russell acreditava, seria contraditório admitir que a existência é um predicado genuíno, isto é, um termo geral, uma expressão que verdadeira *ou falsa* sobre um ou mais termos singulares. Segundo o meinongianismo, a convicção ortodoxa de que a existência não é um predicado, porque seria absurdo que ele tivesse um complemento, é um dos maiores preconceitos da tradição filosófica ocidental. Esse preconceito foi cristalizado pelo menos desde a resposta de Kant ao argumento ontológico de Santo Anselmo, resposta atualizada por Frege e Russell na teoria dos quantificadores. Na versão kantiana, a existência não é uma propriedade pois não adiciona nada ao conceito de uma coisa. Na versão fregeana, a existência não é uma propriedade pois não é um conceito que se aplica a objetos. Na versão russelliana, a existência é um propriedade de funções proposicionais. Dizer que uma função proposicional é verdadeira sempre, nunca ou às vezes: esse é a essência da noção de existência. Pois bem, se “existente” fosse um predicado, como “azul” ou

“insistente”, então haveria coisas que não o satisfazem, coisas que não existem. Nesse caso, seria possível demonstrar a existência de objetos arbitrários a partir de descrições à la argumento ontológico. Mais uma vez, Meinong e seus amigos precisam responder à acusação de contradição em suas teorias. Veremos que há duas acusações assim provindas de Russell.

A resposta meinongiana à motivação que leva ao pressuposto ontológico vai no seguinte sentido. Sentenças verdadeiras manifestam a realidade quando são sobre algo real, naturalmente. Mas não quando são sobre coisas que não existem. Há, como sabemos, vários exemplos de sentenças *prima facie* verdadeiras que são sobre objetos inexistentes. Como nas outras soluções, o que parece ser o ponto fraco da filosofia meinongiana, do ponto de vista de todas as outras, passa a ser sua principal motivação desde dentro de sua perspectiva, uma vez suposto o seu paradigma. Como nos outros casos, a principal força que motiva o meinongianismo são as intuições combinadas dos princípios que a teoria preserva. Se valem os princípios de objetualidade, de singularidade, de denotatividade e de univocidade, então vários exemplos de enunciados singulares ditos vazios não revelam outra coisa senão a queda do princípio de realidade. Aceitos os outros princípios por suas próprias forças, então os exemplos de predicções vazias serão exemplos de predicções sobre objetos inexistentes. É claro, para avaliarmos a força do meinongianismo em relação às outras teorias, devemos levar em conta o custo relativo do abandono de cada princípio dentro de cada teoria. O melhor que podemos fazer aqui é tentar motivar a idéia de que o abandono do princípio de realidade não é custoso absolutamente; mas pelo contrário, um resultado natural que já veio tarde de mais. Desse modo, a tarefa de se argumentar em favor da filosofia meinongiana deve passar pela motivação de cada um dos outros princípios. Por último, deve passar por uma explicação de como é possível abandonar o princípio de realidade de modo consistente e de tal modo que explique convincentemente o fenômeno que nos leva a abandonar esse princípio em primeiro lugar, o fenômeno das sentenças vazias. Desse modo, do ponto de vista dessa filosofia, o medo de que o abandono do princípio conduza a um tipo de idealismo deve se mostrar um raciocínio circular: é somente porque a ortodoxia não foi capaz de conceber e definir o que é um objeto inexistente e objetivo que a idéia

de processar predicacões sobre inexistentes como verdadeiras parece conduzir a uma teoria epistêmica, internista ou idealista da verdade. O mesmo valerá para a acusacão de contradicão na teoria. Desse modo, uma objetivo principal do meinongianismo será mostrar como é possível caracterizar a noçã de objeto inexistente, mostrando um critério de identidade e de objetividade para eles, assim como alguma teoria da referênci que explique o que é falar sobre eles.

3.5.2 Sobre haver objetos que não existem

Meinongianos defendem que há objetos que não existem. Naturalmente, a tese não seria tão subestimada se fosse fácil prová-la verdadeira ou mesmo motivá-la. Acontece que pode não ser fácil sequer compreender o que o dito de Meinong deve significar. Portanto, primeiramente, precisamos entender o que o Meinong e seus amigos querem dizer quando dizem que há objetos, coisas ou indivíduos inexistentes. Não é pequeno o número de filósofos da tradiçã que afirmam não entender o sentido em que dito de Meinong pode ser verdadeiro. Entã o trabalho dos meinongianos passa fundamentalmente pelo processo de convencer os tradicionalistas de que a categoria generalíssima dos objetos (acompanhada ou não de um verbo quantificador) pode ser, deve ser e é, muitas vezes, concebida como independente da ontologia. Não é tão fácil fazer isso, contudo, uma vez que a noçã de objeto foi há muito tempo domesticada e confinada ao pequeno conjunto das coisas reais.

Do ponto de vista da filosofia meinongiana, é pouco relevante procurar determinar se os verbos de predicacão e de quantificacão, *ser* e *haver*, podem “de fato” (conforme, por exemplo, critérios etimológicos) ser usados sem compromisso existencial. Pelo contrário, é de interesse prioritário do meinongianismo procurar mostrar como a história recente da filosofia forjou um significado para essas expressões de modo a torná-las sempre carregadas de compromisso existencial. Esse detalhe é responsável por um boa parte do desentendimento histórico da tese de Meinong.

O erro comum de se pensar que os meinongianos estã comprometidos de algum

modo com a existência ou ao menos com o ser dos objetos inexistentes é reforçado especialmente porque a maior parte da literatura meinongiana não hesita em permitir o uso do verbo haver aplicado a coisas que não existem, porém contanto que não se faça uma leitura existencial do verbo. Do mesmo modo, parte dos meinongianos não vê problema em apresentar sua posição como traçando uma diferença entre ser e existir, contanto, também, que não se interprete o verbo ser de algum modo existencial. Na língua inglesa, vale a pena notar, a função que o verbo haver desempenha em português é em vários casos desempenhada pela expressão “there is”, que, como no alemão “das ist”, contém o verbo ser, de modo que parece pouco natural insistir que possa haver uma coisa sem que ela seja de algum modo. Graham Priest, contudo, é um meinongiano que faz questão de abrir mão do verbo haver, se satisfazendo em formular o dito com a forma “alguns objetos não existem”, evitando o debate irrelevante. Priest também insiste que os objetos meinongianos não *são* em nenhum sentido da palavra. Do ponto de vista dos amigos de Meinong, é suficiente que expressões como ser e haver sejam comumente utilizadas *também* de modo ontologicamente neutro.

Nisso reside a principal motivação em favor da filosofia meinongiana e contra o plurirrealismo e as lógicas livres: que há quantificações objetuais genuínas que não conotam existência. Essas quantificações são intuitivamente extraídas de predicacões “vazias” por generalização “existencial” ou particular. Se é o caso que “Shorlock Holmes é um detetive fictício” e que “Sherlock Holmes é mais famosos que qualquer detetive real”, para usar um exemplo de Parsons, então é o caso que “Há um detetive fictício que é mais famoso que qualquer detetive real”, sendo que na sentença geral o quantificador claramente não expressa existência. O meinongianismo insiste, contra as lógicas livres, que a regra de generalização funciona normalmente para predicacões sobre objetos inexistentes, admitindo um tipo de quantificação irrestrita e ontologicamente neutra, isto é, uma quantificação que não expressa compromisso ontológico. Desse modo, o meinongianismo não deve ser confundido com uma posição realista, ainda que ele consista, em algum sentido, em um realismo quanto a objetos inexistentes. A diferença é que ele é ontologicamente neutro: nem livre, nem carregado.

3.5.3 Uma apresentação histórica

Podemos entender a filosofia de Meinong, na parte que nos diz respeito aqui, como fundada em três intuições sobre a natureza do pensamento: que ele é livre para pensar todo tipo de coisa; que ele é capaz de pensar coisas que o transcendem, no sentido de que não pertencem ao próprio pensamento; que ele é independente dos objetos, no sentido de que os pensa independentemente de existirem ou não. A teoria de Meinong pode ser explicada como resultado da tentativa de explicar essas três capacidades do pensamento a partir da teoria da intencionalidade de seu professor Brentano. A teoria original de Brentano era insuficiente, contudo. Foi somente com a influência de seu colega Twardowski e de seu trabalho com Höfler que Meinong chegaria a sua famosa teoria dos objetos em 1904. Gostaria de deixar claro que a parte histórica dessa seção é baseada principalmente no texto de Jacquette (2005), que contém uma ótima explicação da evolução do conceito de intencionalidade em Brentano.

Um modo natural de se generalizar os atos e rascunhar uma teoria geral do pensamento é em termos dos conceitos de objeto e de intenção. Uma teoria assim apresenta um modelo geral dos pensamentos como uma seta que conduz cada ato de pensamento ao seu conteúdo. A intenção é a seta, uma função que atribui a cada ato de pensamento um objeto, que serve como seu conteúdo. Esses são, grosso modo, os fundamentos da fenomenologia de Brentano em *Psychologie vom empirischen Standpunkt*, de 1874. Segundo a famosa tese da intencionalidade de Brentano, todo pensamento é um pensamento de alguma coisa. Ou seja, todo pensamento é direcionado a um objeto. Segundo o modelo de Brentano, todo ato de pensamento é capaz de individuar o objeto, qualquer que ele seja, sobre o qual o pensamento é. Um ato de pensamento sobre um rio é direcionado a um rio; um ato de pensamento sobre Malu é direcionado a Malu. Desse modo, o modelo de Brentano fornece um arcabouço para uma teoria geral dos atos de pensamento. Naturalmente, uma das maiores dificuldades de uma teoria intencionalista é explicar o que se dá em casos em que um ato de pensamento se direciona a objetos que não existem. Segundo uma teoria intencionalista, um pensamento sobre Curupira é direcionado a Curupira, estabelecendo uma relação intencional com ele. Mas se Curupira

não existe, então não deve haver objeto algum para servir de objeto intencional em um ato de pensamento.

Uma forma de lidar com esse problema é apresentar uma teoria intencionalista em que os objetos intencionais são sempre internos ao pensamento. Esse é o cerne da teoria original de Brentano. Todo ato de pensamento é direcionado a um objeto imanente ao pensamento. Ao pensar sobre a bicicleta da minha infância, eu não penso em um objeto que está em algum lugar da cidade, mas penso em um objeto interno ao meu pensamento. Do mesmo modo, um pensamento sobre Curupira não é sobre uma figura folclórica que está fora do espaço do pensamento, mas sim sobre o objeto mental que intencionamos. O problema da teoria original de Brentano, podemos dizer, é sacrificar a transcendência. Ela não dá conta do fato de que o pensamento pode ser, e frequentemente é, sobre coisas que independem completamente dele. Um pensamento sobre Machado de Assis não é sobre uma idéia de Machado de Assis, mas sobre o próprio escritor. É precisamente por isso que um mesmo objeto pode ser alvo de diferentes atos intencionais, e é por isso que podemos nos informar e eventualmente ser corrigidos quanto ao que pensamos dele. Algo análogo pode ser dito sobre a teoria fregeana que define conjuntos como a denotação dos nomes. Ambas teorias recusam o princípio de objetualidade, como Bolzano havia sugerido em 1937 em seu *Wissenschaftslehre*. Uma em favor de uma denotação imanente, outra em favor de uma entidade formal e objetiva. (Vale a pena notar, contudo, que foram críticas de Frege de 1984, ao *Philosophie der Arithmetik* de Husserl, de 1891, que chamaram a atenção para os limites de uma teoria imanentista da intencionalidade, levando Husserl a buscar uma superação do psicologismo remanescente em Brentano.)

Um outro modo de manter uma teoria intencionalista do pensamento e driblar o problema dos objetos intencionais que não existem é aderir a um tipo de reísmo como fez Brentano em sua fase madura, marcada pela publicação da edição de 1911 do clássico de 1874, onde rejeitou sua antiga posição imanentista. O reísmo de Brentano assume que todos os objetos são objetos reais e descarta sua velha categoria de objetos intencionais imanentes ao pensamento. Em linhas gerais, Brentano insiste que um ato de

pensamento não pode ser direcionado a objetos que não sejam concretos. As principais dificuldades do reísmo de Brentano giram também em torno dos pensamentos sobre coisas que não existem. Eles parecem ter a mesma forma de pensamentos sobre coisas reais. Pensar sobre um personagem de ficção não é, fenomenologicamente, diferente de pensar sobre um personagem real, o que é especialmente claro em casos em que o indivíduo que pensa não sabe ao certo se o objeto intencional existe ou não. Como o Russell a partir de 1905, o Brentano de 1911 buscava uma noção robusta de realidade. O problema de uma teoria assim é ter de sacrificar a liberdade do pensamento singular em relação ao seu objeto. A teoria de Russell, em particular, precisa abrir da singularidade para garantir a sua liberdade, mas termina abrindo mão também da transcendência do objeto em relação ao pensamento.

Esse é o impasse das fenomenologias baseadas na noção de intencionalidade — abrir mão seja da liberdade, seja da transcendência, seja da independência do pensamento. Brentano concebia atos de pensamento como compostos de um ato intencional e um objeto alvo, que seria o conteúdo do ato de pensamento. Se o objeto intencional não existe, como o pensamento sobre Curupira, então o pensamento não teria conteúdo, exceto se o objeto fosse concebido como imanente ao pensamento. As dificuldades desse modelo foram identificadas pelos discípulos de Brentano e, antes deste elaborar sua solução reísta, Edmund Husserl e Kazimierz Twardowski já haviam ensaiado modos de desenvolver o projeto fenomenológico. Enquanto Husserl assumia uma fenomenologia transcendental, Twardowski elaborava uma alternativa para reconhecer objetos intencionais como transcendentos, isto é, independentes do pensamento. Ao contrário do que parecia propor Brentano, objetos alvo de atos de pensamento seriam reconhecidos como objetos públicos e não mais mentais ou privados.

A proposta de Twardowski, adotada por Meinong e Höfler no *Logik*, de 1890, é de um modelo de atos de pensamento constituídos de três elementos: o ato intencional, o conteúdo de pensamento, e o objeto intencional. (Vale notar, contudo, que Twardowski, no *Zur Lehre vom Inhalt und Gegenstand der Vorstellungen*, de 1894, reconhece o trabalho de Meinong e Höfler como sendo a fonte de sua inspiração para o modelo

tripartido dos atos de pensamento). Os três alunos de Brentano reagiram a sua teoria distinguindo entre o objeto imanente ao ato de intencionalidade, que eles chamariam de conteúdo do ato, e o objeto transcendente deste ato, que chamariam simplesmente de objeto. O erro de Brentano teria sido confundir esses dois “objetos”. Separando objeto e conteúdo, Meinong pretendia dar conta tanto da liberdade do pensamento quanto da independência dos objetos pensados. Contudo, para fazê-lo, ele reconheceria não somente objetos reais como alvos intencionais transcendentais ao pensamento, mas também objetos inexistentes, objetos incompletos e objetos impossíveis, uma vez que todos pertencem igualmente ao domínio do pensável. A visão de Meinong era a de uma nova ciência filosófica, ao lado da matemática e da metafísica, a *Teoria dos Objetos*. Meinong apresentou seu manifesto no primeiro capítulo de *Untersuchungen zur Gegenstandstheorie und Psychologie*, um livro editado por ele mesmo, em 1904, que reunia textos de filósofos e psicólogos da Universidade de Graz, onde lecionava. É interessante que tenha sido publicado entre o *Principles of Mathematics* de Russell, de 1903, e o artigo “On Denoting”, de 1905.

A reação da literatura à concepção de Meinong foi, e ainda é, majoritariamente negativa. Isso se deve, principalmente, à menção da teoria no “On Denoting”, onde Russell evidencia a teoria de Meinong, ao lado da de Frege, para descartá-las em favor de sua teoria das descrições.⁵ Apesar de ser o principal responsável pelo menosprezo à teoria dos objetos até os anos 60 (processo semelhante ao das teorias de Frege e de Mill), Russell era um crítico entusiasta dos trabalhos de Meinong, tendo escrito seis críticas deles para a revista *Mind* entre 1899 e 1907.⁶ Com efeito, vimos que Russell

⁵Note o modo como Bocheński (1961, 370) caracteriza a concepção de Meinong:

Nobody will deny that Meinong's doctrine is certainly paradoxical. But it is also simply false: it is not necessary to pass judgment on a round square in order to know that there are no round squares. That a philosopher of Meinong's quality could commit so grave - and so perilous - an error, is due to his not conducting an exact logical analysis of the matters at issue, i.e. more precisely, that he was not acquainted with Frege's doctrine of description. This was first brought into notice by Russell.

⁶Veja o comentário de Russell (1905b, 538) sobre o texto de Meinong na crítica do livro da escola de Graz: “The first article gives what we may suspect is the final term of Meinong's development away from psychologism; his present position appears to me clear and consistent and fruitful of valuable results for philosophy.”

chegou a manter uma concepção muito próxima a de Meinong, certamente sob sua influência, no livro de 1903.

Whatever may be an object of thought, or may occur in any true or false proposition, or can be counted as one, I call a *term*. This, then, is the widest word in the philosophical vocabulary. I shall use as synonymous with it the words unit, individual, and entity. The first two emphasize the fact that every term is *one*, while the third is derived from the fact that every term has being, *i.e.* *is* in some sense. A man, a moment, a number, a class, a relation, a chimaera, or anything else that can be mentioned, is sure to be a term; and to deny that such and such a thing is a term must always be false. (RUSSELL, , 43)

Não obstante, Russell nunca admitiria a noção de objetos inexistentes em um sentido forte, isto é, como objetivos e irrealis, como requer o postulado da independência. A ambígua posição de Russell seria resolvida em 1905, com sua refutação de Meinong.⁷

⁷Vale a pena conhecer algumas passagens de uma carta de 1906 de Russell a Meinong. Lackey (1973) traduziu três cartas de Russell a Meinong (que podem ser encontradas em <http://digitalcommons.mcmaster.ca/russelljournal/vol93/iss1/5>).

My dear sir,

Many thanks for your friendly letter, and for the treatise "On the Theory of Objects". I have read this treatise (...) with the greatest interest. I find myself in complete sympathy with its general standpoint, and the problems which it treats are such as seem to me important. I am accustomed to using the word "logic" for what you call "the theory of objects"; and the reasons which you present against this use, on pp. 20 ff., seem to me hardly decisive. But this is unimportant, and I concede that a new standpoint should be given a new name.

I have always believed until now that every object must in some sense have *being*, and I find it difficult to admit unreal objects. In such a case as that of the golden mountain or the round square one must distinguish between *sense* and *reference* (to use Frege's terms): the sense is an object, and has being; the reference, however, is not an object. (...)

(...)

In connection with what you say on p. 40 about metaphysics, although I am inclined towards your general view, I feel a certain difficulty: concerning *everything* that exists, empiricism cannot instruct us; consequently, if there is metaphysics, it must be *a priori*.

I hope that your philosophical views will be rapidly circulated, and it will be a pleasure for me to contribute to this as much as possible.

3.5.4 A teoria dos objetos

Somente com as revoluções da lógica modal e em filosofia da linguagem nas décadas de 1960 e 1970 que a obra de Meinong passou a receber maior atenção interessada. Em 1967 Findlay publica *Meinong's theory of object and values*, livro sobre a filosofia de Meinong e referência para toda literatura meinonguiana. Vemos aparecer os primeiros meinonguianos na década de 1970, notadamente Terence Parsons e Richard Routley, e teorias inspiradas na teoria dos objetos de Meinong, como as de Cochiarella e W. Rappaport. Contudo, ainda hoje, quando há um amplo interesse por questões metafísicas nos países anglófonos, o interesse no velho debate que a tradição travou quase que unilateralmente com Meinong é relativamente pequeno. A filosofia de Meinong é frequentemente citada somente como uma alternativa descartável. Uma publicação recente e importante para a literatura meinonguiana é a do livro *Towards Non-Being* de Graham Priest, de 2005.

Uma das melhores apresentações da teoria dos objetos, como Meinong concebia em 1904, é do próprio Russell.

Now we do not need first to study the knowledge of objects before we study the objects themselves; hence the study of objects is essentially independent of both psychology and theory of knowledge. It may be objected that the study of objects must be coextensive with *all* knowledge; but we may consider separately the more general properties and kinds of objects, and this is an essential part of philosophy. It is this that Meinong calls *Gegenstandstheorie*. (RUSSELL, 1905b, 530–531)

Tornou-se comum na literatura meinonguiana explicar a teoria dos objetos a partir de um conjunto de princípios, que chamarei de postulados. Esses postulados regem os vários sistemas meinongianos. Seguirei esse hábito. Uma vez que não estou particularmente preocupado com a concepção original de Meinong, exceto o princípio que o comprometera com objetos abstratos, meramente subsistentes. Ele não é importante

para nós e não foi adotado pela literatura meinongiana. Baseados na exposição de Jacqueline (1996), podemos elencar os seguintes postulados da teoria dos objetos:

Postulado da caracterização: Qualquer pensamento ou enunciado correspondente pode ser suposto;

Postulado da intencionalidade: Toda suposição é direcionada a algum objeto;

Postulado da independência: Todo objeto tem uma natureza [*Sosein*] independente de existir [*Sein*] ou não existir [*Nichtsein*];

A primeira tese é a da livre suposição do pensamento, ou postulado da caracterização, como Priest (2005, 83) chama. Ele afirma que *qualquer* pensamento pode ser suposto. Ou seja, que podemos conceber ativamente qualquer predicação. Uma suposição, desse modo, se opõe a um juízo, pensamento em que um objeto já suposto é predicado. Como exemplo de suposições comuns, Meinong cita os estados de estar contente e o de estar interessado, estados que invariavelmente seriam direcionados a algo. Esse postulado contempla a liberdade do pensamento, garantindo que a tese da intencionalidade não seja limitada por nada. O segundo postulado é o da intencionalidade, herança de Brentano. Segundo a interpretação pretendida pelo enunciado, o postulado expressa que toda suposição é sobre um objeto; não, por exemplo, sobre a idéia que temos dele, como Bolzano sugeria para casos que envolviam objetos inexistentes, ou sobre um conjunto unitário ou vazio, como queria Frege. Desse modo, a tese da intencionalidade, na teoria dos objetos em oposição a sua versão original em Brentano, sintetiza o princípio de objetualidade. Mas como deverá ficar claro, ele também é consistente com os princípios de singularidade e de denotatividade. Mas a analogia ainda é inadequada.

That knowing is impossible without something being known, and more generally, that judgments and ideas or presentations (*Vorstellungen*) are impossible without being judgments about and presentations of something, is revealed to be self-evident by a quite elementary examination of these experiences. I have been able to show, almost without special investigation, that this is also true in the realm of assumptions (*Annahmen*) (. . .)

The purpose of the following remarks is, nevertheless, not to explain why I hold this way of looking at the matter to be firmly established, despite the many difficulties confronting it. There are so many cases in which reference, indeed explicit directedness (*Gerichtetheit*), to that “something,” or (as we say quite naturally) to an object, unquestionably forces itself upon our attention that, even if they alone were to be considered, the question would soon be answered for anyone who investigated these matters scientifically. (MEINONG, 1960, 76–77)

Meinongianos todos aderem ao princípio da caracterização. Segundo o princípio de caracterização, em uma versão ingênua, toda descrição de um objeto denota um objeto que satisfaz as propriedades descritas. Routley (1980, 46) explica: “According to the Characterization Postulate objects, whether they exist or not, actually have the properties which are used to characterize them, e.g. where f is a characterizing feature, the item which f s is indeed f s.” Priest (2005, 83) apresenta o postulado em sua versão metafísica mais simples e ingênua do seguinte modo: “if $A(x)$ is any property, or conjunction of properties, we can characterize an object, c_A , and be guaranteed that $A(c_A)$. This is the *Characterization Principle* (...) in its most naive form.” Ou seja, para qualquer propriedade P , podemos supor um objeto x que o satisfaça, isto é, tal que $(P)(x)$. Esse postulado é lido como expressando o critério ingênuo de identidade, de segunda ordem, para objetos da teoria de Meinong: para todo conjunto de propriedades P_1, \dots, P_n , há um e somente um objeto x tal que $P_1(x) \wedge \dots \wedge P_n(x)$. Naturalmente, a quantificação particular “há um ...” não deve conotar existência. Isso nos leva ao terceiro postulado.

A famosa tese da independência, que expressa o princípio de realidade — versão contemporânea da tese medieval de que a essência precede a existência — é um consequência imperativa desses dois postulados. Juntos, os dois postulados expressam que *qualquer* suposição é possível e todas as suposições possíveis são direcionadas a algum objeto. Ou seja, juntos, eles garantem a liberdade e a transcendência do pensamento, como as apresentei. A adoção dos dois primeiros princípios deve ser suficiente para explicar a liberdade e transcendência dos pensamentos, mas juntos

implicam o reconhecimento da categoria dos objetos como sendo logicamente distinta e mais inclusiva que a categoria dos existentes. A teoria dos objetos satisfaz os ideais da teoria tradicional da predicação, objetualidade, singularidade e denotatividade, sem discriminar nomes vazios. Mas para isso reconhece um objeto de referência para cada expressão denotativa (não necessariamente não descritivas) da linguagem. Reconhece a identidade de objetos que não existem. Isso é expresso na tese da independência.

Isso quer dizer, juntos, os dois princípios nos conduzem à tese de que a existência é um predicado não-trivial, com direito a negação. O postulado da independência pode ser expresso simplesmente como a tese da independência da identidade de um objeto em relação a sua existência ou inexistência. Essa tese é uma consequência natural das duas primeiras, que autorizam o pensamento a caracterizar qualquer objeto conforme seu arbítrio. É aqui que a teoria dos objetos ganha vida. Esses três postulados contêm quase toda teoria. Eles garantem, ao menos em uma leitura forte, haver todo tipo de objeto de pensamento: possível e impossível, completo e incompleto, real e irreal, consistente e inconsistente. No entanto, esses objetos são do pensamento no sentido de serem *para* o pensamento; os objetos de uma suposição não são objetos mentais, exceto quando objetos mentais são supostos, nem são imanentes ao pensamento, exceto quando a suposição é sobre o próprio pensamento.

Meinong mantinha duas demonstrações de Twardowski de que o objeto de um ato intencional é diferente de seu conteúdo (FINDLAY, 1963, 20). A primeira provém de casos em que se contempla objetos inexistentes. Ora, ainda que o objeto intencionado não exista, o conteúdo do ato de pensamento existe invariavelmente; e uma coisa não pode existir e não existir ao mesmo tempo. A segunda provém dos variados exemplos em que se pensa em objetos concretos, e.g. um exemplar do livro de J. N. Findlay ou uma montanha de ouro. O livro em que penso é, por certo, de papel, assim como a montanha de ouro em que penso é de ouro; isso se segue diretamente da hipótese; mas os conteúdos destes pensamentos, por sua vez, não podem ser nem de papel nem de ouro. Nada de papel ou de ouro pode ser imanente ao pensamento. Além disso, o fato de que os objetos intencionais são objetivos e não privados é facilmente atestável no fato

de que podemos todos pensar os mesmos objetos, assim como cada um de nós pode pensá-los mais de uma vez ao longo do tempo. Os objetos da teoria dos objetos não são nem necessariamente reais, nem mentais. Pelo contrário, muitas vezes pensamos em objetos impossíveis, e logo que necessariamente não existem. A principal tese da teoria dos é esta: que há objetos que não existem. Isto é, o conceito de existência abarca tudo o que existe, é verdade; não obstante, ele tem um complemento.

Now it would accord very well with the aforementioned prejudice in favor of existence to hold that we may speak of a *Sosein* only if a *Sein* is presupposed. There would, indeed, be little sense in calling a house large or small, a region fertile or infertile, before one knew that the house or the land does exist, has existed, or will exist. However, the very science from which we were able to obtain the largest number of instances counter to this prejudice shows clearly that any such principle is untenable. As we know, the figures with which geometry is concerned do not exist. Nevertheless, their properties, and hence their *Sosein*, can be established. Doubtless, in the area of what can be known merely *a posteriori*, a claim as to *Sosein* will completely unjustifiable if it is not based on knowledge of a *Sein*; it is equally certain that a *Sosein* which does not rest on a *Sein* may often enough be utterly lacking in natural interest. None of this alters the fact that the *Sosein* of an Object is not affected by its *Nichtsein*. The fact is sufficiently important to be explicitly formulated as the principle of the independence of *Sosein* from *Sein*. (...) Those who like paradoxical expressions, can therefore say: there are objects of which it is true that there are no objects of that kind.(MEINONG, 1960, 82–83)

3.5.5 A crítica de Russell

Os três postulados conferem um enorme poder explicativo à teoria dos objetos. A manifestação máxima desse poder é a maneira intuitiva com que a teoria lida com o problema dos termos vazios e com a aporia dos inexistentes. A solução não requer que

se abra mão de quaisquer intuições. Requer somente que a noção de objeto inexistente, e logo a concepção de que a existência é um predicado relevante, faça sentido. Mas o poder que esses postulados trazem consigo obriga a teoria dos objetos a atravessar o abismo dos inexistentes em uma corda bamba. No “On Denoting”, Russell acusa a teoria de Meinong de conduzir à contradição.

This theory regards any grammatically correct denoting phrase as standing for an *object*. Thus “the present King of France”, “the round square”, etc., are supposed to be genuine objects. It is admitted that such objects do not *subsist*, but nevertheless they are supposed to be objects. This is in itself a difficult view; but the chief objection is that such objects, admittedly are apt to infringe the law of contradiction. It is contended, for example, that the existent present King of France exists, and also does not exist; that the round square is round, and also not round; etc. But this is intolerable (RUSSELL, 1905a, 482–483)

Do ponto de vista da teoria de Meinong, a crítica de Russell tem dois momentos: um genérico, que ataca os postulados de caracterização e intencionalidade, e um existencial específico, que diz respeito ao postulado da independência. Em primeiro lugar, há o caso genérico de objetos com propriedades complementares, como o círculo quadrado: se podemos caracterizar qualquer objeto, então nada impede que caracterizemos um objeto impossível, como o círculo quadrado de Mill, exemplo favorito do próprio Meinong. (Segundo o postulado da caracterização, podemos pensar um objeto que é um círculo quadrado, chamado “o círculo quadrado”; nesse caso será verdadeiro que “o círculo quadrado é um quadrado” e que “o círculo quadrado é um círculo”; mas é certamente verdadeiro que “algo é um quadrado se e somente se ele não é um círculo”, de onde se deriva que “o círculo quadrado não é quadrado” e que “o círculo quadrado não é um círculo”, contradizendo a hipótese.) Ou seja, objetos impossíveis implicam a negação da lei da não contradição. Um outro argumento paralelo poderia tentar refutar a teoria dos objetos a partir da caracterização de objetos incompletos. Por exemplo, se vale a lei do terceiro excluído, então é ou não é o caso que o objeto tal que é uma montanha de ouro

é maior que o Monte Everest. No entanto, nada na caracterização da montanha de ouro determina a obtenção de uma das duas propriedades complementares. Tanto objetos contraditórios, superdeterminados, quanto objetos incompletos, subdeterminados, são casos de objetos impossíveis que infringem a lei da não contradição, num caso, e a lei do terceiro excluído, em outro. Isso deveria ser uma razão suficiente para descartar a teoria dos objetos como inaceitável.

Em segundo lugar, há o caso particular de objetos que não existem caracterizados como existentes: segundo o postulado ingênuo da caracterização, podemos supor um objeto tal que ele é o atual Rei da França e que ele existe. Se valesse o postulado ingênuo, seríamos capazes de produzir um número arbitrário de argumentos ontológicos. É um fato empírico que não existe um atual Rei da França, de modo que a teoria dos objetos encontra um segundo tipo de limitação. No primeiro caso, a contradição provem da caracterização de um objeto com duas propriedades complementares; no segundo, ela provem da caracterização de uma propriedade inconsistente com os próprios postulados da teoria. Segundo a teoria, para toda descrição há um objeto, atual, possível ou impossível, completo ou não, consistente ou não, que a satisfaz. Ao descrever um objeto que não existe como existente nos defrontamos com o limite da teoria. Com efeito, outras contradições podem ser produzidas seguindo o mesmo princípio de caracterizar objetos com propriedades metateóricas: pense no objeto que é azul e não é idêntico a si mesmo, ou que é circular e não é um objeto; pense no objeto cujas duas únicas propriedades é ser chuvoso e ser completo (totalmente determinado); pense no objeto consistente que é e não é quadrado.

A resposta de Meinong a Russell é típica do giro de perspectiva que tende a tornar esse tipo de debate indecível. Enquanto ortodoxia afirma a falsidade da conjunção dos princípios de caracterização e de objetualidade porque eles implicam algo inaceitável — a falsificação de leis lógicas — o meinongianismo conclui pela validade desses princípios a partir da queda dessas leis para objetos impossíveis. Pelo contrário, o fato de podermos caracterizar objetos impossíveis é, para Meinong, uma prova fundamental das teses da teoria dos objetos, em particular da independência. Precisamente porque esses

objetos são impossíveis é que eles nem existem nem são objetos mentais. A lei da não contradição (e o mesmo vale para a lei do terceiro excluído) valeria para objetos possíveis, incluindo os atuais, mas forçosamente não para impossíveis! Estes não existem necessariamente. Meinong veio então a dizer que não é contraditório para a teoria admitir um objeto inexistente tal que ele existe. Muito bem, ele é impossível, e é por isso que ele não existe. A resposta decisiva de Russell (1907, 439) foi a seguinte: Meinong confunde a lei da não contradição, que se aplica a proposições, com uma versão material da lei, para objetos. Meinong estaria confundindo objetos impossíveis com proposições contraditórias.

Uma forma de entender a primeira crítica é em termos de complementariedade. Jorgensen (2004, 23) explica que o desafio da teoria dos objetos é restringir a noção de complementariedade entre dois predicados de modo a explicar o conceito de objeto impossível superdeterminado sem torná-lo uma impossibilidade lógica. A noção clássica de complemento, aplicada a propriedades, pode ser apresentada assim: se P é uma propriedade e $\varepsilon(P)$ é o conjunto das coisas que possuem P , isto é, sua extensão, então o complemento de P , \bar{P} , será o conjunto das coisas que não possuem P , isto é, $\{x : x \notin \bar{P}\}$. Desse modo, a definição de complemento, se vale a bivalência, é a seguinte: (C) \bar{P} é o complemento de $P =_{df} \forall x(\bar{P}x \leftrightarrow \neg Px)$. A definição (C) de complemento não serve à teoria dos objetos, evidentemente, porque a teoria pretende admitir objetos que exibem, ao mesmo tempo e no mesmo sentido, uma propriedade e seu complemento.

3.5.6 Construções da teoria

Se a teoria dos objetos como Meinong concebera é ou não internamente inconsistente, como Russell quis mostrar, não se sabe. Não obstante, a partir da década de 70, várias formalizações da teoria dos objetos foram aventadas. Algumas delas, como as de Routley e Parsons, ambas de 1980, são demonstradamente consistentes, de modo que tornou-se um senso comum que as críticas de Russell não se efetuam. Esse ponto já era

feito por Findlay e foi defendido, notadamente, por Lambert (1974).⁸ O modo como cada um lidou com o impasse foi diferente em cada caso, mas todas as soluções à ameaça de inconsistência consiste em algum tipo de distinção. Podemos dividir em duas as soluções clássicas da literatura meinongiana, ambas sugestões de Ernest Mally, aluno de Meinong. Uma terceira estratégia é de Priest (2005), que envolve a distinção entre o mundo atual e outros mundos. Todas as estratégias e suas distinções são destinadas a restringir o postulado da caracterização. Nesta subsecção eu apresento brevemente as idéias centrais dessas estratégias.

Em primeiro lugar, pode-se distinguir, com Castañeda (1972), Rapaport (1978) e Zalta (1983), entre dois tipos de predicções ou de cópula: uma que podemos chamar de instanciação e outra que podemos chamar de exemplificação. Na teoria das duas cópulas, a interpretação se restringe de modo a afirmar que para qualquer propriedade ou conjunto de propriedades P , podemos supor um x tal que x seja *determinado, codificado, etc.*, por P . Não podemos, contudo, supor que um objeto *exemplifique* quaisquer propriedades. Não podemos supor propriedades arbitrárias para um objeto real exemplificar. Isso não podemos decidir. Um anel de ouro que existe exemplifica a propriedade da existência; já a montanha de ouro não exemplifica a propriedade de ser de ouro, mas é somente por ela determinada. Em segundo lugar, pode-se distinguir, com Parsons (1980), Routley (1980) e Jacquette (1996), entre dois tipos de propriedades: as nucleares, propriedades ordinárias, e as extranucleares, propriedades de uma categoria de segunda ordem. A distinção, contudo, não é tão fácil de se explicar exceto com exemplos. As propriedades ordinárias são como ser quadrado, azul, de ouro, etc. Propriedades extraordinárias, por sua vez, são especiais, podendo ter caráter ontológico: como ser existente, fictício, mítico; modal: ser possível ou impossível; lógico: completo, consistente; e, na teoria de Parsons, intencional: ser pensado por alguém. O postulado de caracterização reformado afirmaria então que para qualquer propriedade nuclear ou conjunto de propriedades nucleares P , podemos supor um x tal que Px .

O propósito maior por trás da tese das duas cópulas é sustentar a intuição metafísica

⁸Zalta (1988), Perszyk (1993), Jacquette (1996), Pasniczek (1997) e Priest (2005) também desenvolveram teorias consistentes dos objetos mais tarde.

de que objetos reais são substancialmente diferentes de objetos inexistentes ou meinongianos. Ainda que reconheçamos que toda expressão denota um objeto, não podemos admitir que objetos inexistentes possuem propriedades no mesmo sentido em que os reais possuem. Uma evidência importante que parece depor em favor da distinção entre cópulas são o caso de caracterizações como o de um objeto existente que não existe, onde parece haver um mesmo tipo de propriedade envolvida, mas duas interpretações das atribuições.

Meinong had only one mode of predication, but he accomplished some of the work of two copulas by using two kinds of properties (or predicates). For Meinong, in 'The existent round square is existent' and 'The existent round square exists', there is only one kind of predication, but two kinds of existence. Since Russell took these as involving only one predicate, he missed Meinong's point. (RAPAPORT, 1978, 160)

As teorias dos objetos baseadas na distinção das cópulas, contudo, não é vista por figuras como Parsons e Routley como sendo suficientemente meinongianas. Como Jacquette (1996, 18) mostrou, além de estipular uma diferença que compromete todo projeto da teoria dos objetos, a distinção entre dois tipos de cópula requer uma distinção entre dois tipos de propriedades. Com efeito, o próprio Meinong favoreceu a distinção propriedades nucleares e extranucleares. Se esta teoria clássica dos objetos, como vou chamar, defendida por Meinong, Parsons e Jacquette, parece confundir dois tipos distintos de relações entre objetos e propriedades, as teorias de duas cópulas de Castañeda, Rapaport e Zalta deixam por explicar com a seriedade meinongiana os objetos inexistentes. Ela parece não explicar, por exemplo, o que é para um objeto ser impossível. Na teoria clássica, objetos inconsistentes são impossíveis porque *possuem* propriedades complementares. Mas é difícil entender porque seria impossível para um objeto ser determinado por ou codificar propriedades complementares, se codificar não é possuir, ter, exhibir, etc., em primeiro lugar. A idéia em se reconhecer objetos inexistentes era justamente levar a sério objetos das caracterizações em enunciados e atos de pensamento.

A estratégia clássica envolve apresentar um quarto postulado. *Postulado da indiferença*: a existência ou inexistência de um objeto não é parte de sua natureza. Ele expressa o reconhecimento de parte da intuição de que a existência não é um predicado. Para esse tipo de teoria dos objetos, a existência seria uma propriedade dos objetos, mas não uma propriedade nuclear. Propriedades nucleares são as que caracterizam a natureza de um objeto. O quarto postulado expressa que a propriedade de existência não caracteriza objetos e logo que não pode ser predicada deles em uma suposição. Como consequência, a existência torna a ser tratada como uma espécie de propriedade de segunda ordem como pensavam Frege e Russell. Parsons (1980, 23–24) inclusive aponta para essa conexão para motivar a teoria meinongiana das propriedades extranucleares.

Mas os efeitos colaterais da teoria clássica dos objetos não são pequenos. Acontece que a restrição sobre o postulado da caracterização é forte demais, pois parece impedir que se caracterize, por exemplo, um objeto quadrado, alado e existente. Mas parece não haver nada que nos impeça de supor um objeto assim. A sugestão de Meinong (1915) é definir um tipo ordinário degenerado de propriedades extranucleares, as versões *watered down* de existência, consistência, possibilidade etc.. Ou seja, para cada propriedade extraordinária, haveria uma propriedade ordinária que é sua versão degenerada. Entre objetos reais, uma propriedade extranuclear e sua versão degenerada são coextensivas. Ver Parsons (1980, 42–44) e Jacquette (1996, 82–88).

E quanto a contradições provenientes de objetos nuclearmente impossíveis? Jorgensen (2004) mostra que as soluções da filosofia meinongiana para o problema das caracterizações contraditórias podem ser explicadas em termos dos conceitos de negação e complemento. Com respeito a caracterização como o objeto redondo e não redondo, a sugestão de Parsons é tratá-las elas mesmas como impossíveis. Parsons tem uma sugestão, contudo, para objetos como círculo quadrado: restringir a noção de complemento aos objetos existentes: $(C_p) \bar{P}$ é o complemento de $P =_{df} \forall x(E!x \rightarrow (\bar{P}x \leftrightarrow \neg Px))$. Desse modo, o círculo quadrado não frustra uma lei da lógica, mas uma lei da geometria. Routley (1980, 89–92) e Jacquette (1996, 103–104), por outro lado, favorecem uma distinção entre dois tipos de negação. Tome “Sócrates é justo”: de um lado, pode-se negar

o predicado, em cujo caso sabe-se que Sócrates é injusto; de outro lado, pode-se negar a atribuição do predicado ao sujeito, isto é, a cópula, em cujo caso se diz que “Sócrates não é justo”. Essa alternativa envolve negar que o complemento de um predicado seja capturado por sua negação. Isso tem consequências para a semântica. Objetos são sempre totalmente determinados com respeito as suas propriedades extranucleares. Mas frequentemente não o são com respeito às nucleares. Com respeito a objetos impossíveis incompletos, Parsons oferece uma semântica bivalente para a teoria dos objetos, enquanto Routley e Jacquette oferecem uma trivalente.

Uma terceira estratégia é a de Priest. A restrição de Priest sobre o postulado ingênuo de caracterização envolve a relativização da valoração de uma fórmula, logo a instanciação de propriedades por um objeto, em diferentes mundos. Diferentemente de uma semântica modal de primeira ordem alética padrão, que define domínios relativos a cada mundo, a teoria dos objetos de Priest envolve um único domínio de objetos para todos os mundos, não importando o estatuto existencial de cada objeto em cada mundo. Ou seja, em todos os mundos há a totalidade dos objetos, mas somente alguns deles são existentes em cada um. Seguindo Routley (1980), Priest chama sua teoria de *nadismo* [*Noneism*], em oposição ao *tudismo* [*alleism*] da ortodoxia e do realismo. Em oposição a esta, a teoria dos objetos de Priest só precisa se comprometer com a existência daquilo que acreditamos existir em um sentido estrito. Por conta do papel que os mundos desempenham na teoria, o nadismo é capaz de definir um predicado de existência sem precisar tratá-lo como extranuclear. Os objetos que existem em um dado mundo são aqueles que pertencem a extensão do predicado neste mundo. Para lidar com caracterizações de objetos impossíveis e as valorações e inferências adequadas, Priest define mundos inconsistentes e mundos abertos, utilizando lógica relevante como lógica subjacente. O postulado é restringido do seguinte modo: para qualquer propriedade ou conjunto de propriedades P , pode-se supor um objeto x tal que em um ou mais mundos possível, impossível ou aberto, Px .

In this way, the CP [Postulado de Caracterização] can be accepted *in full generality*: we just do not assume that an object characterized in a cer-

tain way has its characterizing properties at the actual world, only at the worlds which realize the way the agent represents things to be in the case at hand.(PRIEST, 2005, 85)

3.5.7 Existência como predicado

O princípio de realidade é garantido pela associação do domínio de objetos ou universo de discurso ao espaço de abrangência do quantificador particular ou existencial. Esse quantificador não é somente chamado de existencial. A apresentação ortodoxa também supõe que ele deve conotar existência. Essa associação garante, essencialmente, a validade da velha intuição de que toda expressão da verdade é uma expressão da realidade. Mas também garante pressupostos metafísicos equivalentes: que somente o que existe possui propriedades, que somente o que existe pode ser objeto de referência e que somente o que existe pode ser enumerado. A presença do pressuposto ontológico é tal que todos os nomes admitidos na linguagem devem referir a um objeto existente. Consequentemente, nenhuma predicação pode ser sobre o que não existe, nenhum objeto inexistente pode servir valor a uma variável de quantificação e cada uma das fórmulas da linguagem será ou uma proposição existencial ou, caso não seja, implicará uma. A expressão disso é a validade das regras de *generalização existencial* e *instanciação universal*. Como consequência, toda uma família de conceitos fundamentais é amarrada diretamente ao conceito de existência: referência, verdade, individualidade, identidade, quantificação, assim como os conceitos semânticos metalógicos de satisfazibilidade e validade. Veja a caracterização de Russell (1961, 232):

When you take any propositional function and the assert of it that it is possible, that is some time it is true, that gives you the fundamental meaning of 'existence' (...) existence is essentially a property of a propositional function. It means that the propositional function is true in at least one instance.

(...) We have got to have some idea that we do not define, and one takes the idea of 'always true' or of 'some time is true' as, as one's undefined idea

in this matter (...) It will be out of this notion of *some times*, which is the same as the notion of *possible*, that we get the notion of existence. To say that unicorns exist is simply to say that '(x is unicorn) is possible'.

Do ponto de vista da filosofia de Meinong, a origem do problema dos nomes vazios e da aporia dos inexistentes é o princípio de realidade, que deve ser abandonado em favor de uma semântica existencialmente neutra, onde a existência é um predicado.

The problem of negative existential may be restated in quantificational form as follows: If "Pegasus does not exist" is indeed about Pegasus then, by existential generalisation and detachment, since the premiss is true there exists an item which does not exist, which is impossible. But where a does not occur referentially in '*af*' the principle of existential generalisation

af implies $(\exists y) yf$

is invalid. Nor does the fact that '*af*' is about a license existential generalisation; for aboutness does not imply existence.

(...)

The quantificational restatement of the problem of negative existentials fails then because existential generalisation (EG) fails. (ROUTLEY, 1980, 44)

A teoria dos objetos revela que os argumentos contra a tese de que a existência é um predicado são ou circulares ou meramente analógicos, ou que não apoiam a conclusão desejada.⁹ Esses argumentos afirmam, cada um, que o verbo ou predicado gramatical de existência não satisfaz alguma condição necessária de um bom predicado. De modo geral, a intuição da ortodoxia é de que se a existência fosse um predicado, uma série de anomalias absurdas se seguiriam. Em geral, os argumentos são, na verdade, puro preconceito em favor do real, mera suposição do que se pretende mostrar.

⁹Ver Kiteley (1964) e Chakrabarti (, 33–62), que abordam os argumentos em favor da tese em conjunto.

There is no sort of point in a predicate which could not conceivably be false. I mean, it is perfectly clear that, if there were such a thing as this existence of individuals that of, it would be absolutely impossible for it not to apply, and that is the characteristic of a mistake. (RUSSELL, 1961, 241)

Do mesmo modo, Pears (1967) argumenta que se o predicado de existência fosse um predicado de primeira ordem, então sentenças afirmativas singulares de existência seriam todas tautológicas, e sentenças de existência negativas seriam todas contraditórias. Bom, essa é a aporia dos inexistentes. Apresentar a aporia como uma evidência em favor do pressuposto ontológico mostra simplesmente que se assumiu a posição ortodoxa, não que ela é a única correta. Com efeito, sentenças afirmativas de existência não são tautológicas, nem negativas são contraditórias, na teoria dos objetos. O argumento se baseia em consequências da tese que pretende provar.

Historicamente, o argumento mais importante é o kantiano. Kant é citado como tendo oferecido o primeiro argumento em favor da idéia de que a existência não é um *predicado real* de objetos, argumento mais tarde reformado por Frege. Segundo essa tradição, se ela fosse um predicado, então valeriam os argumentos ontológicos de Descartes e Santo Anselmo. Contudo, o argumento de Kant não é suficiente para mostrar que a existência não é um predicado relevante (quanto mais um predicado lógico). O argumento de Kant busca mostrar que o predicado de existência não satisfaz uma certa propriedade metafísica ou psicológica característica de predicados reais. Predicados reais são conceitos que se adicionam ao conceito de uma coisa. Mas conceito de existência não adiciona nada ao conceito de uma coisa quando dizemos que ela existe. Segundo Kant, pensar uma nota de cem reais como existente é simplesmente pensar em uma nota de cem reais. (De modo parecido, Hume também nota que enunciados existenciais como “Deus existe” não há duas idéias que se adicionam, uma vez que nós não podemos pensar a idéia de existência separadamente da idéia dos objetos que são ditos existir). É curioso que as teorias clássicas dos objetos, de Parsons e Jacqueline, expressam justamente essa idéia ao manter que a existência não é uma propriedade nuclear. Com efeito, as teorias dos objetos precisam de algum modo se ver com a intuição

ortodoxa; a teoria de Meinong e de Parsons, para manter a consistência, recoloca a tese ortodoxa em termos de uma distinção entre propriedades determinantes (nucleares) e não determinantes (extranucleares), insistindo, ao mesmo tempo, na singularidade das predicções existenciais e na idéia de que a existência não é uma propriedade caracterizante. Hoje se tem como certo, na literatura sobre o tema, que o fato do verbo de existência ser ou não um predicado real não é suficiente para argumento ontológico se efetuar. Para um argumento ontológico sair do chão é necessário que a definição, hipótese, caracterização ou suposição de objeto como existente seja suficiente para sua existência.¹⁰ Ou seja, é necessário que valha o postulado de caracterização em sua versão ingênua sem restrições.

Com efeito, todas as diferentes teorias dos objetos têm que pagar um preço por manter uma noção irrestrita de objetos sem explodir em contradição. E ao absorver a bomba, elas espelham no interior da teoria dos objetos as duas posturas ontológicas, realista e anti-realista, que dividem as soluções ortodoxas ao problema dos nomes vazios. Castañeda, Rapaport e Zalta, com a teoria das duas cópulas, reproduzem em uma teoria meinongiana a atitude anti-realista de Russell (a partir de 1905) e Quine; objetos inexistentes não exibiriam propriedades *literalmente*. Já para Parsons e Jaquette, com a distinção entre propriedades nucleares e extranucleares, objetos meinongianos devem ser levados a sério como objetos, e ecoam um idealismo ou platonismo simples como o Russell em 1903; já teorias como a Priest e Routley remetem à intuição mais forte multirrealista, onde a existência é relativa a mundos. (A diferença entre o multirrealismo e meinongianismo aqui é que o primeiro leva a sério a análise da existência como relativa e é, em certo sentido, ficcionalistas quanto a noção de objeto, enquanto as teorias meinongianas modais são ficcionalistas quanto à noção de existência indexada.) Com efeito, as teorias modais e clássicas dos objetos são espécies de realismos quanto a objetos inexistentes. É assim que Sainsbury (), por exemplo, classifica as teorias meinongianas.

¹⁰Esse ponto é feito em vários textos da literatura pós anos 60. Ver, em particular, Salmon (1987) e Plantinga (1989), que abordam a questão em detalhes.

O abandono da ortodoxia, isto é, o reconhecimento da existência como propriedade de objetos, logo de um quantificador neutro e da invalidade da generalização existencial, tem uma importante consequência metaontológica. Porque o predicado de existência (ou de atualidade) possui um complemento na teoria dos objetos, a noção de um critério de existência passa a ter sentido, enquanto a idéia de um critério de compromisso ontológico de Quine passa a ser inexpressivo (PARSONS, 1967). Podemos fazer referência a objetos que não existem, de modo que a denotatividade não é um critério de compromisso ontológico. Segundo o meinongianismo, só devemos nos comprometer com a existência de algo que soubermos existir. A teoria dos objetos é neutra, contudo, quanto ao critério de existência que se assume. Fato é que, se o princípio de realidade cai, então é possível definir um predicado para capturar somente o que existe. Isso não quer dizer que haja uma propriedade fixa que seja a essência de tudo o que existe. Mas isso não quer dizer que o critério de existência não possa ser caracterizado como histórico, processal e contingente. A inversão metaontológica resultante do abandono do princípio de realidade representa, em última análise, a priorização da metafísica sobre as ciências naturais no que concerna à ontologia. Evidentemente, a teoria dos objetos se compromete com a distinção entre enunciados analíticos e sintéticos, distinção que Quine pode recusar em favor de uma ontologia naturalizada e anti-realista. Quine mantém que a resposta à questão ontológica deve ser extensional; Meinong insistiria que ela deve antes ser intensional. Meinong, ele mesmo, como Routley e Priest, favorecem a propriedade de concretude como um critério inicial de existência.

3.5.8 Sobre a plausibilidade da teoria

Resta uma ou outra consideração sobre a plausibilidade da teoria dos objetos. Enquanto abstração, a teoria dos objetos é um importante exercício semântico. O que não está claro é se a semântica da teoria dos objetos também nos serve como teoria da linguagem. Uma primeira pergunta é sobre as noções de instanciação e de referência na teoria dos objetos. Toda metafísica de objetos e propriedades precisa de uma explicação da natureza dessas entidades e uma teoria do elo primitivo que se dá entre elas. Objetos

inexistentes são definidos como objetos com todos os direitos exceto o da existência. Se não pudessem instanciar propriedades e serem alvo de referência, não haveria sentido em reconhecê-los em primeiro lugar. Objetos então são definidos de modo neutro, como sendo determinados pela totalidade de suas propriedades (nucleares). A teoria, em sua versão não-modal, está pois comprometida com as duas leis de Leibniz. Mas a teoria não afirma que objetos *são* fardos de propriedades co-instanciadas. Mas então o que são? Se objetos inexistentes literalmente instanciam propriedades, então o que é para um objeto possuir uma propriedade? E o que são as propriedades nessa teoria? Meinong responde a essas perguntas em sua teoria dos objetivos, ou proposições, que não apresentei aqui; não obstante é possível entrever suas dificuldades. Além disso: se podemos referir a objetos inexistentes, então o que é, e como se dá, o fenômeno da referência? Certamente não por familiaridade como pensava Russell.

Essas questões, não obstante, não parecem afetar a questão da singularidade: será plausível a noção de referência direta, designação rígida, a um objeto inexistente, se eles precisam ser caracterizados com descrições? A resposta é “sim”, provido que já admitimos a idéia de caracterização (??, Ver)141]priest. Uma vez estabelecida a relação entre um nome e um referente, não importando seu estatuto ontológico, a referência direta pode ser explicada com a própria teoria da história causal dos nomes. Ora, suposições são batismos. “Curupira” possui uma história de uso que remonta a um ou mais batismos em que um objeto foi caracterizado como sendo, digamos, um ser sobrenatural com os pés virados que protege as florestas. O objeto referido por “Curupira”, portanto, não existe. Isso não quer dizer, como pensaria Russell, que o nome é usado então como uma descrição truncada. Com efeito, o nome passa por dois testes essenciais de singularidade: ele é um designador rígido como Kripke definiu, no sentido de denotar o mesmo objeto em todos os mundos; e ele denota independentemente do que dele pensamos, uma vez ocorrido o batismo. As teorias da referência direta e do externismo semântico não são inconsistentes, portanto, com a teoria dos objetos.

Restam, no entanto, as suspeitas iniciais, sobre a natureza dos objetos na teoria de Meinong. É claro, a literatura meinongiana insiste na seriedade da categoria de

objetos. Acontece que, ao menos quando se trata de objetos e fatos reais, uma boa semântica e teoria da linguagem parece ter de explicar as noções de instanciação (ou pertença) e de referência em termos concretos, materiais ou o que seja, mas em termos de realidade; supondo, é claro, que ela pretende dar conta da objetividade da verdade e dos significados. Mas a literatura meinongiana não tem muito mais recurso que o apelo à intuição de que objetos inexistentes são como objetos reais, mas inexistentes.¹¹ A gramática de expressões denotativas parece ser a mesma para existentes e inexistentes; regras de inferências também parecem ser existencialmente neutras, exceto é claro quando são abertamente existenciais. Mas isso não é suficiente para motivar a noção de objetos inexistentes. Ao contrário, pela perspectiva ortodoxa, a homogeneidade formal de nomes e enunciados vazios é o próprio problema dos nomes vazios, problema que uma teoria de objetos inexistentes deveria explicar.

A aposta meinongiana é que definir um critério de identidade para objetos em geral que não leve à inconsistência seja suficiente para a teoria dos objetos sair do chão. Acontece que não adianta definir identidade em termos de propriedades à la Leibniz, ainda que envolvendo mundos, se não se pode explicar as noções de propriedade e de instanciação em primeiro lugar. Um nominalismo como o de Quine só possível porque ele pressupõe que a noção de objeto e não é metafísica e epistemologicamente problemática. A dificuldade das teorias ortodoxas de Quine e Russell, que mantêm o princípio de realidade e a teoria da existência como conceito de segunda ordem, é estipular um critério de identidade para objetos que não envolva propriedades, como posições na grade espaçotemporal.¹² A dificuldade do meinongianismo seria então explicar em que sentido um objeto *possui* uma propriedade. Aqui fica clara a motivação das construções de duas cópulas das teorias de Castañeda, Rapaport e Zalta. Suas teorias divergem de Meinong porque não têm uma legislação igualitária para objetos existentes e inexistentes, o que confere legitimidade para os primeiros, mas deixa por explicar os últimos. O meinongianismo quer salvar a intuição de que a forma lógica de um enunciado é neutro quanto a fatos empíricos. Se tivermos a intenção de determinar o

¹¹ Ver uma breve, mas típica, defesa da noção de objetos meinongianos no clássico Parsons (1974, 577)

¹² Ver uma reflexão sobre o drama da extensionalidade em Chateaubriand (, cap. 10)

valor de verdade de um enunciado, suas condições de verdade devem ser determináveis *a priori* desde a forma gramatical. Mas se a teoria dos objetos aposta na igualdade funcional e explanatória de objetos existentes e inexistentes, então não são somente os objetos inexistentes que carecem de explicação na teoria, mas os objetos em geral. É irônico, por esse ângulo, que a teoria de Meinong se chame teoria dos objetos. Nesse sentido, a teoria dos objetos talvez seja melhor entendida não como a teoria que leva o referencialismo às últimas consequências realistas, a ponto de admitir uma ontologia que inclui também verdadeiros objetos que não existem; ao levar o referencialismo às últimas consequências, os meinongianos afirmam o mais radical dos ficcionalismos, onde a própria noção de objeto (transcendente) é uma ficção lógica ou fenomenológica. (Ver uma crítica deflacionista à idéia de quantificação existencialmente neutra em Lewis (1990)) Talvez falte uma metafísica dos objetos porque a semântica objetualista deve eventualmente ser explicada como uma narrativa útil por uma semântica que não seja atomista. Nesse sentido, a teoria dos objetos é o modelo limite da teoria tradicional da predicação. Ela pretende, sem abrir mão da objetividade intrínseca dos objetos, dar conta da homogeneidade da gramática de primeira ordem e, ao mesmo tempo, da diferença ontológica abismal que há entre os objetos de discurso.

Com efeito, pode-se ver a desconfiança tradicional com respeito aos objetos meinongianos como mais uma demonstração do preconceito pelo real. Parsons (1980, 5) defende a tese de que esse preconceito manifesta o fato de que a metafísica do extensionalismo, ao final dos anos 70, estava começando a emergir de um estado de ciência normal. O diagnóstico de Parsons é interessante e aparentemente verdadeiro, ao menos se pensarmos que a virada meinongiana acompanhou outras viradas intensionalistas.¹³ Uma evidência citada em favor da idéia de que operava paradigma ortodoxo

¹³Com efeito, o que aconteceu com a teoria de Meinong é, de certa forma, semelhante ao que se passou com as teorias de Frege e Mill. Todas ganharam evidência a partir dos anos 70. Mas o nome de Mill era um dos mais importantes da filosofia inglesa e sua obra, escrita em inglês, já era acessível à tradição angloamericana. A teoria da referência direta dos nomes próprios de Mill foi ressuscitada por Donnellan (1972) e Kripke (1980), em uma revolução que remonta a Marcus (1961). Mas ela foi, sobretudo, atribuída a Mill por esses filósofos. Os percursos das filosofias de Frege e Meinong são diferentes; ambos foram refutados por Russell e precisaram, mais tarde, de um compilador competente de seus pensamentos que os introduzisse à literatura em língua inglesa: Dummett (1973), no caso de Frege, e Findlay (1963), no caso de Meinong.

para que a ortodoxia parecesse inquestionável em primeiro lugar é a própria história do pensamento de Russell. Russell conhecia em detalhes a teoria dos objetos e chegou a manter uma posição muito próxima a de Meinong. Foi o próprio Russell que apontou, no mais tardar em 1905, a principal brecha da teoria: o caso dos objetos impossíveis (também destacado por Quine (1948) em diálogo com Wyman), que levariam a teoria à contradição. Como se sabe, Russell apontou, em 1901, uma brecha no sistema de Frege de 1893 que provava sua inconsistência. O curioso é que a acusação de Russell era basicamente a mesma nos dois casos e, não obstante, sua reação perante a teoria dos objetos foi bem menos complacente. Com efeito, o postulado de caracterização da teoria dos objetos é muito similar ao princípio de compreensão da teoria ingênua dos conjuntos. Ele pode ser expresso assim: para toda fbf $A(x)$ com variável x livre, há um *objeto* que satisfaz $A(x)$; já o princípio equivalente na teoria ingênua dos conjuntos pode ser apresentado assim: para toda fbf $A(x)$ com variável x livre, há um *conjunto* que consiste exatamente nas coisas que satisfazem $A(x)$. No primeiro caso, temos um esquema de axioma para a teoria dos objetos: $(\exists y)(x)(x \in y \leftrightarrow A(x))$, para toda fbf $A(x)$. No segundo, o esquema de axioma de abstração ou compreensão: $(\exists x)A(x)$, para toda fbf $A(x)$. Substituir $Px \wedge \neg Px$ por $A(x)$ no primeiro esquema produz uma sentença inconsistente com a lógica clássica de predicados; analogamente, substituir $\neg(x \in x)$ por $A(x)$ no segundo leva ao paradoxo de Russell.¹⁴

A discordância entre Meinong e a tradição é uma discordância sobre o conceito de objeto e não um desacordo sobre o que existe. Muitas vezes, a tradição, notadamente Quine, sugeriu que a teoria dos objetos de Meinong multiplicaria os entes, engordando a ontologia. O ponto dos meinongianos, ao contrário, é mostrar que a restrição clássica priva a semântica de liberdades naturais, nos obrigando, ironicamente, a postular entidades inexistentes como existentes, aumentando a ontologia em nome da semântica ou sacrificando a semântica em nome de uma ontologia inóspita e desértica. O que é ameaçador na filosofia meinongiana é o fato de que a inclusão de objetos inexistentes no domínio de quantificação das variáveis individuais implica ou supõe a ruptura do vínculo sagrado entre verdade e forma lógica, de um lado, e realidade de outro. O meinongia-

¹⁴Ver uma discussão dessa relação em Parsons (1979)

nismo entende que tal vínculo é mantido às custas da simplicidade seja semântica seja ontológica, e o desfaz em favor do vínculo intensionalista, fenomenológico, entre verdade, forma lógica e pensamento. Contudo, à primeira vista, uma vez rejeitado o modelo referencialista, arrisca-se perder a espinha dorsal que conecta cognição, significação, verdade e realidade e, desse modo, o contato com o mundo. O meinongianismo tenta mostrar que esse contato não é perdido. Ao contrário, ele tenta mostrar, o vínculo entre o que pensamos e dizemos e o mundo é esclarecido a partir da teoria dos objetos, uma vez que ela fornece condições para legitimar inferências mais próximas à linguagem natural.

Conclusão

Nesta dissertação, explorei o problema dos nomes vazios. O texto foi dividido em três capítulos. Em resumo: no primeiro, apresentei o problema; no segundo, o analisei dentro da semântica da lógica de predicados clássica e, no terceiro, expus algumas de suas principais soluções. O texto é estruturado a partir do diagnóstico da teoria modelo no primeiro capítulo, teoria que sofre do mal dos nomes vazios. Ela é formada por cinco princípios regentes da visão tradicional sobre a predicação, constituindo o relato semântico ideal desde a perspectiva abstraída da tradição. O abandono de uma tese da teoria é suficiente para que o problema não se manifeste mais, mas também é suficiente para quebrar a explicação modelo da semântica das predicções. Cada solução precisa mostrar que a carência explanatória envolvida na revisão da teoria pode ser sanada e que o artifício utilizado é plausível e consistente. Em suma, cada solução precisa subverter a perspectiva da teoria modelo de modo que a revisão que faz dela se torne intuitiva, em vez de custosa. Para isso, cada solução depende essencialmente da afirmação do paradigma constituído pelas quatro teses que ela preserva da teoria modelo. Porque cada uma das soluções envolve quatro dos princípios da teoria modelo, é possível caracterizar essa teoria como a interseção das teorias subjacentes às cinco soluções apresentadas. A seguir, apresento os cinco princípios que compõe a teoria modelo classificados conforme seu papel explicativo (e correspondendo a cinco tipos de condições de possibilidade do problema).

1. Singularidade (gramatical): Há expressões vazias puramente referenciais;
2. Denotatividade (semântica): Todo termo singular denota algo;
3. Objetualidade (ontológica): Todo termo singular denota o objeto que ele nomeia;
4. Univocidade (metaontológica): Todo objeto real existe do mesmo modo;
5. Realidade (metafísica): Todo objeto existe.

Talvez fosse esperado, como conclusão deste texto, que eu oferecesse um veredito, tomando partido de uma das soluções ao problema. Ou talvez que eu propusesse uma solução original que escapasse da dialética que condena as soluções apresentadas à incompletude. Isso seria muito diferente das minhas intenções. Eu apresentei cinco soluções, o que é melhor do que uma. Para decidir em favor de uma solução precisaríamos de um critério de comparação. Poderíamos elencar a capacidade de cada uma em acolher nomes vazios em sua teoria semântica. Acontece que o que cada teoria toma como fenômeno, logo o que cada uma pretende explicar, varia conforme seus respectivos paradigmas. Nesse sentido as teorias resultantes das cinco disputas só são comensuráveis segundo suas próprias perspectivas e são, em termos absolutos, incomensuráveis. Portanto, para compará-las, devemos investigar os paradigmas filosóficos e não os resultados de cada teoria. Ou seja, devemos olhar para as imagens de mundo que guiam as decisões de cada uma, em vez de comparar as valorações produzidas por elas para sentenças vazias, uma vez que o modo de interpretá-las é precisamente o que está em questão na disputa.

Essa é a dimensão aporética dos nomes vazios: não temos parâmetro para decidir como interpretá-los, pois não sabemos o que o fenômeno manifesta, e logo não sabemos o que eles deixam por explicar. O próprio nome do fenômeno, como utilizei ao longo deste texto, “nomes vazios”, manifesta o seu impasse. É impossível nomear o fenômeno sem já supor e decidir sua interpretação e indicar sua solução. “Nomes vazios” aponta pois para as lógicas livres, o que é natural do ponto de vista histórico; “Nomes de objetos inexistentes” aponta para a teoria meinongiana; “Expressões denotativas sem referentes” aponta para o descritivismo, etc. A única forma de apresentar o problema sem traduzi-lo e logo sem traí-lo é ostentá-lo com exemplos.

Ou seja, que haja sentenças singulares vazias é um fenômeno do qual cada teoria vai se apropriar e tomar como evidência para uma conclusão sobre a natureza da referência e da verdade. Na medida em que cada teoria supõe horizontes filosóficos distintos, as diferentes soluções tendem a se tornar um tanto quanto incomensuráveis, exceto enquanto filosofias diferentes. Ou seja, enquanto teorias da predicação, somente

podemos decidir por uma delas de modo relativo, segundo um parâmetro enviesado de decisão, como simplicidade gramatical, semântica, ontológica, etc. Mas então a questão da decisão por uma teoria seria trivial. Para comparar as teorias seria preciso dar um salto no plano da análise e buscar o fundamento do paradigma por trás de cada princípio. Afinal, os princípios têm importância e força intuitiva porque satisfazem demandas filosóficas paradigmáticas.

Não obstante a minha suspensão de juízo, há parâmetros importantes de comparação entre as teorias e semânticas subjacentes a cada solução, ainda que eles não permitam sozinhos que decidamos em favor de uma ou outra. A seguir eu resumo novamente a explicação de cada princípio acompanhados de um palpite sobre seus respectivos papéis filosóficos conforme sua conexão com o conceito de verdade. Após essa revisão dos princípios, concluo com uma breve proposta de comparação.

1. “Há expressões vazias puramente referenciais”: O princípio de singularidade pertence à dimensão gramatical do problema e da teoria, pois vincula expressões singulares à função semântica de um nome. Ela conecta forma gramatical e forma lógica. O princípio aparece na declaração da linguagem formal da lógica e é revisado, eminentemente, por Russell. O descritivismo de Russell exige que expressões gramaticalmente singulares que não garantem a existência de um referente ao serem usadas sejam interpretadas como expressões incompletas, quebrando a correspondência formal entre expressões e termos singulares. O princípio de singularidade representa a intuição de que as condições verdade de sentenças singulares não são redutíveis às das gerais. Isto é, que o significado de expressões singulares não é redutível ao de expressões descritivas; que (algumas delas) são puramente referenciais e não contêm traços conotativos. O princípio poderia ser chamado, também, de princípio da referência direta. Mas em que consiste essa intuição? O que mantém sua plausibilidade e sua força? Acredito que a imagem externista da semântica e do pensamento, a imagem que moveu a revolução milliana na filosofia da linguagem. Segundo a velha imagem de Russell, o valor semântico de uma expressão é condicionado pelo conteúdo mental associado pelo

falante ao seu uso. Essa é a imagem internista do significado. Para que um termo singular refira, é necessário que as condições de referência sejam concebidas pelo falante no ato de fala. Caso contrário, não haveria o que determinar a referência da expressão e ela não significaria nada para ele. A motivação de Russell é contrária à milliana: manter significação vinculada à consciência da significação. Desabilitar essa imagem de que o significado de uma expressão é determinado por processos cognitivos é a força que compele o princípio de singularidade. O que está em jogo no princípio, pois, é a transcendência ou independência do conteúdo de expressões singulares em relação ao nosso conhecimento de suas condições de referência.

2. “Todo termo singular denota algo”: O princípio de denotatividade pertence à dimensão propriamente semântica da teoria, garantindo que a todo nome corresponda um objeto de referência; isto é, na semântica de predicados, que toda constante individual seja interpretada em termos de um elemento no domínio, que a função de denotação seja total. Isso garante que a forma lógica de um enunciado corresponda às regras de avaliação de sua verdade. Ou seja, que a forma lógica manifeste suas condições de verdade. Quine foi simpático à ideia de reconhecer predicções cujo termo sujeito não deveria ser interpretado, mas quem levou esse plano a cabo foram os amigos das lógicas livres. As lógicas livres abrem mão da extensionalidade da lógica de predicados. Isto é, da validade irrestrita das inferências de substituição de idênticos e de introdução e eliminação dos quantificadores. Então qual é a função tradicional da restrição denotacional sobre uma semântica? Garantir a objetividade e a atômica da verdade e do significado. Sem o princípio, uma semântica deixa de explicar significado e verdade em termos de referência. Isso cai bem em holismos e nominalismos como o de Quine. Apresentei as semânticas livres para exemplificar teorias que abandonam a denotatividade. Mas é fato que essas semânticas são somente modelos e deixam por explicar a gênese do significado e da contribuição semântica de expressões singulares. Para servirem como um sistema de representação de inferências e modelos envolvendo nomes (tidos como) vazios, essas teorias abrem mão da função de explicar do que

se trata o significado e a verdade. É fácil ver, pois, que o abandono desse princípio é a porta de saída da semântica intencionalista e atomista para filósofos que se preocuparam com esse fundamento, como Hegel, Wittgenstein e Heidegger, que abandonam ou parecem abandonar a concepção da verdade como proposicional. Em todo caso, manter a semântica predicacional e abandonar o princípio implica em apartar forma lógica de conteúdo proposicional.

3. “Todo termo singular denota o objeto que ele nomeia”: O princípio de objetualidade afirma, em um exemplo, que “Lua” denota a Lua e não a ideia da Lua, uma função sua, ou algo que a represente. Essa tese diz respeito à ontologia da semântica, à tipologia dos entes em termos dos quais a noção de verdade será explicada. O princípio é manifesto na definição de uma interpretação, onde a imagem da função de denotação é um conjunto de objetos, os elementos de D . O princípio proporciona a análise extensional mais simples possível da linguagem. É identificado em Frege a sugestão de derogar o princípio para acomodar nomes vazios. Nomes sem referência receberiam um referente artificial, o número 0 ou o conjunto vazio, habilitando a interpretação e a avaliação de sentenças vazias. As teorias que seguem essa estratégia são aquelas cujas semânticas interpretam nomes em termos de entidades teóricas que *representam* representar objetos em vez de simplesmente representá-lo literalmente. As semânticas Carnap (1947) e Church (1975) são exemplos clássicos desse tratamento fregeano para nomes vazios. Mas podemos incluir aqui as teorias modais ersatzistas ou ficcionalistas, que explicam mundos possíveis como histórias, conjunto de proposições, etc. Nelas os nomes dos *possibilia* são interpretados em termos de elementos que não são explicados literalmente como objetos. Ao abrir mão da objetualidade, abre-se mão de explicar as condições de verdade de uma sentença em termos de um domínio de *objetos*; abre-se mão de oferecer uma interpretação e uma semântica reais ou ao menos intuitivas para uma linguagem. E do que se trata a objetualidade? Penso que o princípio satisfaz a demanda pela transcendência e pela objetividade da verdade. As condições de verdade de uma sentença devem ser uma função dos objetos, literalmente, sobre os quais ela é. Em outras palavras, a ontologia

relevante para uma semântica deve compreendendo as coisas mesmas e não entidades teóricas que as representam. Sem aplicar a restrição objetualista, é difícil conceber uma semântica realista, isto é, uma semântica que explique a verdade de modo não epistêmico.

4. “Todo objeto real existe do mesmo modo”: O princípio de univocidade está ligado à dimensão metaontológica. Ele foi recusado, em sua versão forte, por pensadores como Heidegger e Souriau. Nenhum dos dois, contudo, ofereceram suas teorias como soluções para o nosso problema. Isso não quer dizer que suas intuições não apontem para a resposta pluralista. (Outra teoria que pode caber aqui é o famoso realismo de David Lewis, mas infelizmente não pude desenvolver essa idéia.) O princípio garante transparência na linguagem interpretada. Com isso quero dizer que as fórmulas são verdadeiras ou falsas, simplesmente, em cada dado modelo, em vez de possuírem várias valorações, uma em cada mundo do modelo, por exemplo. Esse princípio é responsável pela extensionalidade como ela se dá classicamente; ao abandoná-lo em favor de uma semântica plurirrealista, com vários domínios ou mundos, reformulamos a extensionalidade em termos de vários contextos valorativos. Em particular, os quantificadores passam a receber leituras indexadas que restringem, conseqüentemente, suas inferências. Mas em que consiste a intuição pela univocidade? O princípio de univocidade representa a intuição de que a realidade é simples, que todas as coisas reais participam de um único modo de ser, o dos existentes. Mas há mais por trás dessa intuição. O que move o princípio realmente é a idéia de que a unidade ontológica na pluralidade de entes é necessária para garantir uma teoria simples e viável da identidade, da referência e da verdade. Sem o pressuposto monorrealista, não haveria base para falarmos da categoria de objeto, e seria inviável uma semântica objetualista para fragmentos de primeira ordem. Supor que há diferentes modos de ser seria confundir o fato de que cada coisa é um indivíduo, idêntico a si mesmo, com o fato de que toda coisa é diferente das outras em suas qualidades. E se a priorização ontológica de uma qualidade ou outra fosse levada a sério, então diferentes tipos de referência, de predicação, de fatos e de teorias da verdade também seriam

necessários. A multiplicação de contextos ontológicos e de sentidos da expressão “existe” representa a inviabilidade de uma teoria geral do que existe. A idéia de há vários tipos de quantificadores, e logo diferentes tipos de variáveis individuais, mina a possibilidade de um realismo metafísico. O princípio da univocidade é movido pois por uma demanda por simplicidade, de um lado, e por uma força realista e antirrelativista, de outro.

5. “Todo objeto existe”: O princípio de realidade expressa uma restrição metafísica sobre o conceito de objeto: que ele contenha o de existência. O filósofo famoso, hoje há mais de um século, por derogar o princípio de realidade é Meinong. Mas outros, entre outros, Parsons (1980), Routley (1980), Jacqueline (1996), Priest (2005), desenvolveram semânticas e sistemas formais para a teoria dos objetos a partir dos anos 70. O princípio aparece na leitura existencial dos quantificadores, que identifica enumerabilidade (logo identidade) e existência. Isso significa que a noção de verdade e logo as noções de valoração, de validade e de inferência são essencialmente vinculadas à noção de realidade. A pergunta importante é: o que está em jogo na disputa entre a ortodoxia e os meinongianos, entre a submissão lógica da categoria dos objetos à da existência e a sua liberação, além da própria teoria metafísica dos objetos? Entendo que é o vínculo entre verdade e realidade. A importância da interpretação existencial dos quantificadores e do universo de discurso é fundamentar a noção de verdade na noção de objetos e estados de coisa reais, explicando a condição de todas as condições de verdade em termos de existência. Ora, é evidente que a função da análise da verdade em termos de identidade ou correspondência com o que existe é tentar dar conta da intuição de que a verdade se fundamenta no real.

Aproximadamente, podemos dizer que as cinco camadas de uma teoria da referência e da predicação se articulam assim. Uma filosofia da linguagem ou gramática conecta expressões a tipos semânticos de uma linguagem de um sistema formal; uma semântica conecta essas funções a valores em interpretações, ou seja, a extensões; uma ontologia explica essas extensões em termos de um conceito que não seja formal;

uma metaontologia define a existência unívoca ou equivocamente; uma metafísica dos objetos vincula ou não esse conceito ao que existe. Os cinco princípios constituem a teoria modelo. Contudo, essa teoria é inconsistente quando aplicada a nomes vazios. O impasse dos nomes vazios pode ser apresentado assim: nomes vazios quebram essa cadeia explanatória, levando-nos a romper um dos elos.

Quando apresentou a Barba de Platão para nos ensinar a lição ortodoxa sobre a aporia dos inexistentes, Quine (1948) introduziu dois personagens. McX e Wyman, segundo Quine, cometem o pecado capital: confundir significado e referência e, conseqüentemente, multiplicar os entes desnecessariamente. A aporia seria capaz de levar esses personagens a ontologias absurdas que se comprometem com universos de objetos exóticos somente para explicar o fato de que falamos sobre eles.

This is the old Platonic riddle of nonbeing. Nonbeing must in some sense be, otherwise what is it that there is not? This tangled doctrine might be nicknamed *Plato's beard*; historically it has proved tough, frequently dulling the edge of Ockham's Razor. (QUINE, 1948, 21)

Segundo Quine, não sabendo como negar coerentemente a existência de Pégaso, McX conclui que Pégaso deve ser de algum modo. Como, porém, McX está perfeitamente bem inclinado a rejeitar que Pégaso exista no espaço-tempo, McX tem de concluir que ele seja uma criatura mental. McX é vítima da confusão elementar entre uma coisa e a idéia de uma coisa. Quine então avança, no nono parágrafo, introduzindo um outro personagem, Wyman. Wyman pensa como McX, mas é mais sofisticado. Aparentemente, Quine introduz Wyman para representar a posição de Meinong. Wyman não afirma, como McX, que Pégaso deve existir de algum modo especial. Wyman concede que Pégaso não existe. Para Wyman, Pégaso é um objeto possível não atualizado, que não existe, mas *subsiste*. Quine enumera duas principais posições: um realismo ingênuo de McX e um possibilismo de espírito meinongiano de Wyman.¹

¹De fato, Wyman é normalmente lido como encenando a posição de Meinong. Se essa era a intenção, Quine começou caracterizando mal a posição de Meinong, ou ao menos atacando somente sua parte

Quine então apresenta seu critério de compromisso ontológico e mostra, em seguida, como é possível evitar a confusão e as anomalias conceituais às quais a Barba de Platão levaria esses filósofos que pensam do avesso. Comprometemo-nos com aquelas entidades que estão na abrangência dos quantificadores, sendo que pertencem a este conjunto as coisas às quais pretendemos referir ao usar os nomes de nossa linguagem. Expressões denotativas, se não são usadas de modo referencial, não expressam compromisso ontológico. Ou seja, segundo Quine, podemos simplesmente nos recusar a admitir compromisso com uma entidade quando a razão que temos para supô-la é o fato de que seu nome figura como sujeito em uma predicação. Quine então mostra como podemos pensar a semântica dos nomes de modo a evitar esse compromisso. Quine sugere utilizar a teoria das descrições e um método de conversão de nomes em predicados singulares. Essa seria uma técnica essencial para a moral de uma ontologia, pois habilita o procedimento de revisão de compromisso que nos permitiria evitar manter teorias que assumem a existência de entidades desnecessárias. Antes de assumirmos um compromisso, podemos parafrasear nossas teorias em sua versão mais econômica possível. Essa técnica deveria *explicar* porque pensar que toda predicação implica um compromisso existencial constitui uma confusão entre significado e referência.

O próprio Russell foi uma vítima exemplar desse erro. Com efeito, ele mantivera uma posição como a de McX. O que lhe teria salvo do feitiço da Barba foi precisamente a teoria das descrições, construída sob o desejo urgente de preservar as leis da lógica clássica. Não obstante ter assumido uma postura de economia ontológica, Russell ainda seria um importante representante da visão tradicional, dentro da qual a Barba de Platão cresce sem aparos na confusão entre significado e referência.

realista. Wyman divide as coisas em existentes e subsistentes. Meinong também fez essa distinção, mas os objetos subsistentes não são para Meinong os nossos típicos objetos meinongianos inexistentes. Subsistentes são os números, os objetivos, os abstratos em geral. A montanha de ouro, por sua vez, nem existe, nem subsiste, ela pertence ao *Aussersein*, que não é um terceiro modo de existência, como bem explica Grossman (1974). Conforme apontaram Routley e Priest, Wyman aqui pode parecer mais como o Russell de 1903 que o próprio Meinong. Outra razão para estranhar Wyman como Meinong é o fato de que os objetos subsistentes de Wyman supostamente inflariam sua ontologia; mas a teoria de Meinong não envolve uma inflação da ontologia, ao menos não por parte dos objetos inexistentes, assumindo que a noção de ontologia conota existência. Essa estranha leitura de Wyman como representando Meinong, contudo, é inescapável. Quine não tentou excluir abertamente essa hipótese e é bem evidente pelos comentários no texto que a teoria Meinong estava subentendida ali. Em todo caso, vou assumir que sim.

A large part of the bearing of mathematical logic upon ontology consists in diminishing the number of objects required in order to make sense of statements which we feel to be intelligible. The only reason for this process of whittling away is to avoid rash and unwarranted assumptions. If our ordinary empirical statements are to be significant, they must (if they are not linguistic) point to something outside words. The purely technical question thus arises: what is the smallest vocabulary which will enable us to assert what we believe to be fact?(RUSSELL, 1957, 228–229)

Uma das aplicações notáveis da tecnologia quineana é permitir que antirrealistas como Quine possam enunciar as teorias realistas de McX e Wyman sem ter de se ver com a aporia dos inexistentes. Quine mostra como é possível comparar ontologias sem confundir os nomes de umas com os entes de outras. Quine mostra como se usa a navalha de Ockham para cortar a Barba de Platão, tarefa fundamental se partilharmos com ele o gosto por paisagens desérticas. Cada teoria tem suas próprias demandas explanatórias e muitas vezes se opta por uma ontologia mais gorda para servir a uma semântica mais simples. Em particular, Quine, Putnam e Inwagen admitem, entre as sorteadas variáveis de quantificação, mesmo sob estrita vigilância ontológica, entidades como números, classes e estruturas abstratas. Mas esses são casos de indispensabilidade. Se precisamos quantificar e referir a essas entidades para explicar algo mais importante que o constrangimento de reconhecê-las como reais, então que seja. Em todo caso, nenhuma teoria precisa assumir entidades só para falar sobre “elas”.

Mas nem todos pensam assim. Mais adiante no texto, Quine apresenta três tipos de posturas perante a noção de compromisso ontológico encontradas tanto nos debates medievais sobre universais, quanto nos debates sobre a fundação da matemática. São três posturas que discordam sobre a política de abrangência dos quantificadores. Em pares:

1. Realismo e logicismo: este representado por Frege, Russell, Whitehead, Church e Carnap, admite quantificação sobre todo tipo de entidade abstrata, conhecida ou não;

2. Conceptualismo e intuicionismo: endossado de um modo ou outro por Poincaré, Brouwer, Weyl e outros; segundo Fraenkel, o logicismo acredita que classes são descobertas, enquanto o intuicionismo, que são inventadas; só se admite como valor entidades previamente construídas a partir de ingredientes conhecidos;
3. Nominalismo e formalismo: o nominalismo, associado a Hilbert, repudia o recurso irrestrito a universais, como os intuicionistas, mas se distinguem destes por se permitirem recusar quantificação sobre universais mesmo quando construídos e por admiti-los mesmo sem construção, por vezes, para habilitar certas demonstrações. Os formalistas encaram a matemática clássica como um exercício simbólico útil, mas que não precisa sempre implicar compromisso. No velho estilo nominalista, Quine ele mesmo havia mostrado, poucas páginas antes, como evitar compromisso com entidades como propriedades e significados.

O interessante é que as três posturas, exemplificadas nos debates sobre universais e sobre a fundação da matemática, também parecem aplicáveis às posições que divergem quanto à quantificação sobre objetos existentes, embora Quine não explicita isso. Mas o resultado dessa análise é surpreendente. É claro, Quine e o Russell a partir de 1905 se alinharam com o terceiro tipo de postura no que concerne os nomes, postura viabilizada pelo descritivismo. O primeiro personagem, McX, que eu diria representar o Russell de 1903, os plurirrealistas e talvez Frege, parece assumir uma postura do primeiro tipo: todo nome deve ser um nome de algo, real ou mental. McX é regido pelos princípios de realidade e de denotatividade. Agora acredito que Wyman, por sua vez, se ele representa Meinong, deve ser lido como assumindo o segundo tipo de postura. Não sei se Quine tinha esse esquema em mente ou se concordaria com ele, mas aqui não importa tanto. Meinong estaria no primeiro grupo se a reportagem que se faz dele é a de um realista ou platonista, isto é, se a ontologia de Wyman é maior que a de Quine. Mas sabemos que o certo é o contrário disto: os meinongianos precisam supor ainda menos objetos reais que ortodoxia para arcar com os mesmos fenômenos. Com efeito, não se pode tomar a existência de um tipo de objeto como dada só porque quantificamos sobre ele; deve-se construir empiricamente a existência daquilo sobre o que se pode, *a priori*, falar. Desse

ponto de vista, a posição ortodoxa se sujeita aos argumentos de indispensabilidade por cometerem seu próprio pecado peculiar: confundir referência e quantificação com existência. Nesse sentido, o reconhecimento da existência entidades abstratas por conta de quantificações em uma teoria manifesta uma metaontologia muito mais liberal que a meinongiana.

Ao dividir as soluções conforme seu critério de compromisso ontológico, também revelamos nas teorias um padrão de valoração. Frege e Russell se mantêm no polo negativo das valorações, onde nenhuma sentença dita vazia é verdadeira. Os plurirrealistas e Meinong se mantêm no positivo, pois admitem que sentenças ditas vazias sejam verdadeiras. Mas as duas primeiras soluções de cada grupo exibem uma anomalia nas valorações de sentenças existenciais, pois admitem a existência de entidades para produzir as valorações desejadas para predicções. As duas últimas, por sua vez, as teorias de Russell e Quine, de um lado, e Meinong de outro, são ambas capazes de produzir as valorações desejadas sem assumir compromissos existenciais extraordinários. No caso negativo, relaxando a gramática; no caso positivo, a ontologia. Já as semânticas livres, com a opção de separar significado e referência, oferecem todos os modelos de compromisso ontológico e de valorações e suas respectivas concepções e construções do domínio de objetos. Uma semântica negativa modela o nominalismo à moda ortodoxa; uma semântica positiva modela o nominalismo à moda ficcionalista ou meinongiana.

Referências Bibliográficas

- AUSTIN, J. L. *Sense and Sensibilia*. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BENCIVENGA, E. Free logics. In: GABBAY, D. M.; GUENTHNER, F. (Ed.). *Handbook of Philosophical Logic (Volume 5)*. 2. ed. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002. cap. 3, p. 147–196.
- BOCHEŃSKI, I. M. *A History of Formal Logic*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 1961.
- CARNAP, R. *Meaning and Necessity*. Chicago: University of Chicago Press, 1947.
- CARNAP, R. Empiricism, semantics, and ontology. In: *Meaning and Necessity: A Study in Semantics and Modal Logic*. Chicago: University of Chicago Press, 1956. p. 205–221.
- CASTAÑEDA, H.-N. Thinking and the structure of the world. *Critica*, v. 6, p. 43–86, 1972.
- CHAKRABARTI, A. *Denying Existence*. London: Kluwer Academic Publishers.
- CHATEAUBRIAND, O. *Logical Forms: Part I*. Campinas, SP: Oficinas Gráficas da Universidade Estadual de Campinas.
- CHURCH, A. Outline of a revised formulation of the logic of sense and denotation (part ii). *Noûs*, 1975.
- DONNELLAN, K. Proper names and identifying descriptions. In: DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (Ed.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: D. Reidel, 1972. p. 356–79.
- DUMMETT, M. *Frege: Philosophy of Language*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1973.
- EKLUND, M. Carnap and ontological pluralism. In: CHALMERS, D.; MANLEY, D.; WASSERMAN, R. (Ed.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Clarendon Press, 2009. cap. 4, p. 130–156.
- EVANS, G. *The Varieties of Reference*. Oxford: Clarendon Press, 1982.

- FIELD, H. *Science without numbers*. Princeton: Princeton University Press, 1980.
- FINDLAY, J. *Theory of Objects and Values*. [S.l.]: Oxford University Press, 1963.
- FRAASSEN, B. C. van. Singular terms, truth-value gaps, and free logic. *Journal of Philosophy*, v. 63, p. 481–495, 1966.
- FREGE, G. A critical elucidation of some points in e. schroeder's *Algebra der Logik*. In: GEACH, P.; BLACK, M. (Ed.). *Philosophical Writings*. Oxford: Basil Blackwell, 1960. p. 86–106.
- FREGE, G. On sense and reference. In: GEACH, P.; BLACK, M. (Ed.). *Philosophical Writings*. Oxford: Basil Blackwell, 1960. p. 56–78.
- FREGE, G. Thoughts. In: *Logical Investigations*. Oxford: Blackwell, 1977.
- FREGE, G. *Posthumous Writings*. [S.l.]: Wiley–Blackwell, 1991.
- FREGE, G. *The Foundations of Arithmetic*. New York: Pearson Longman, 2007.
- GROSSMAN, R. Meinong's doctrine of the *aussersein* of the pure object. *Noûs*, v. 8, n. 1, 1974.
- HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo: Parte I*. 10. ed. Petropolis: Editora Vozes, 2001.
- HINTIKKA, J. Existential presuppositions and existential commitments. *The Journal of Philosophy*, v. 56, p. 125–137, 1959.
- HIRSCH, E. Quantifier variance and realism. *Philosophical Issues*, v. 12, p. 51–73, 2002.
- HIRSCH, E. Ontology and alternative languages. In: CHALMERS, D.; MANLEY, D.; WASSERMAN, R. (Ed.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Clarendon Press, 2009. cap. 8, p. 231–25.
- INWAGEN, P. V. *Ontology, Identity, and Modality: Essays in Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- INWAGEN, P. V. A theory of properties. In: *Oxford Studies in Metaphysics*. Oxford: Clarendon Press, 2004. p. 107–138.
- JACQUETTE, D. *Meinongian Logic: The Semantics of Existence and Nonexistence*. Berlin and New York: Walter de Gruyter, 1996.
- JACQUETTE, D. Brentano's concept of intentionality. In: JACQUETTE, D. (Ed.). *The Cambridge Companion to Brentano*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. cap. 5, p. 98–130.

- JORGENSEN, A. K. Types of negation in logical reconstructions of meinong. *Grazer Philosophische Studien*, v. 67, p. 21–36, 2004.
- KITELEY, M. Is existent a predicate? *Mind*, v. 73, n. 291, p. 364–373, 1964.
- KLEENE, S. C. *Introduction to Metamathematics*. Princeton: D. van Nostrand, 1950.
- KLEENE, S. C. *Mathematical Logic*. New York: John Wiley & Sons, 1967.
- KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.
- LACKEY, D. Three letters to meiong. *Russell: the Journal of Bertrand Russell Studies*, v. 93, n. 1, 1973.
- LAMBERT, K. *Free Logic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAMBERT, K. Existential import revisited. *Notre Dame Journal of Formal Logic*, v. 4, p. 288–292, 1963.
- LAMBERT, K. Impossible objects. *Inquiry*, v. 17, p. 303–314, 1974.
- LAMBERT, K. *Meinong and the Principle of Independence*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1983.
- LAMBERT, K. The nature of free logics. In: *Philosophical Applications of Free Logic*. New York: Oxford University Press, 1991. cap. 1, p. 3–14.
- LAMBERT, K. Nonextensionality. In: *Free Logic: Selected Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. cap. 7, p. 122–175.
- LAMBERT, K. The philosophical foundations of free logic. In: *Free Logic: Selected Essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. cap. 8, p. 122–175.
- LATOURET, B. *La Pasteurisation de la France*. Paris: Pression D'Université De Harvard, 1988.
- LEBLANC; HAILPERIN. Nondesignating singular terms. *Philosophical Review*, v. 68, p. 129–136, 1959.
- LEHMANN, S. More free logic. In: GABBAY, D. M.; GUENTHNER, F. (Ed.). *Handbook of Philosophical Logic (Volume 5)*. 2. ed. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 2002. cap. 4, p. 197–259.
- LEONARD, H. The logic of existence. *Philosophical Studies*, v. 7, p. 49–56, 1956.
- LEWIS, D. Noneism and alleism. *Mind*, v. 99, n. 393, p. 23–31, 1990.

- MARCUS, R. B. Modalities and intentional languages. *Synthese*, v. 13, n. 4, p. 303–322, 1961.
- MCDANIEL, K. Ways of being. In: CHALMERS, D.; MANLEY, D.; WASSERMAN, R. (Ed.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Clarendon Press, 2009. cap. 10, p. 290–319.
- MCGINN, C. *Logical Properties*. Oxford: Clarendon Press.
- MEINONG, A. *Über Annahmen*. 1. ed. Leipzig: Barth, 1902.
- MEINONG, A. *Über Möglichkeit und Wahrscheinlichkeit: Beiträge zur Gegenstandstheorie und Erkenntnistheorie*. Leipzig: verlag von Johann Ambrosius Barth, 1915.
- MEINONG, A. The theory of objects. In: *Realism and the Background of Phenomenology*. [S.I.]: The Free Press, 1960. cap. 4, p. 76–117.
- MEINONG, A. *On Assumptions*. [S.I.]: California University Press, 1983.
- MELIA, J. Weaseling away the indispensability argument. *Mind*, v. 109, n. 435, p. 455–479, 2000.
- MILL, J. S. *A System of Logic*. New York: Harper & Brothers, 1882.
- PARSONS, T. Extensional theories of ontological commitment. *The Journal of Philosophy*, v. 64, n. 14, p. 446–450, 1967.
- PARSONS, T. A prolegomenon to meinongian semantics. *The Journal of Philosophy*, v. 71, n. 16, p. 561–580, 1974.
- PARSONS, T. The methodology of nonexistence. *The Journal of Philosophy*, v. 76, n. 11, p. 649–662, 1979.
- PARSONS, T. *Nonexistent Objects*. Westford, Mass.: Yale University Press, 1980.
- PASNICZEK, J. *The Logic of Intentional Objects: A Meinongian Version of Classical Logic*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1997.
- PEARS, D. Is existence a predicate? In: STRAWSON, P. F. (Ed.). *Philosophical Logic*. [S.I.]: Oxford University Press, 1967.
- PERSZYK, K. *Nonexistent Objects: Meinong and Contemporary Philosophy*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1993.
- PLANTINGA, A. *The Nature of Necessity*. Oxford: Clarendon Press, 1989.

- PRIEST, G. *Towards Non-Being*. Oxford: Clarendon Press, 2005.
- PUTNAM, H. The question of realism. In: *Words and Life*. Cambridge: Harvard University Press, 1994. p. 295–312.
- PUTNAM, H. Philosophy of logic. In: LAURENCE, S.; MACDONALD, C. (Ed.). *Contemporary Readings in the Foundations of Metaphysics*. [S.l.]: Blackwell Publishers, 1998.
- QUINE, W. V. O. Notes on existence and necessity. *The Journal*, v. 40, n. 5, p. 113–127, 1943.
- QUINE, W. V. O. On what there is. *The Review of Metaphysics*, v. 2, n. 5, p. 21–38, September 1948.
- QUINE, W. V. O. *Methods of Logic*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1950.
- QUINE, W. V. O. *Word and Object*. Cambridge, Massachusetts: M.I.T. Press, 1960.
- QUINE, W. V. O. *From a Logical Point of View*. New York: Harper, 1963.
- QUINE, W. V. O. Two dogmas of empiricism. In: *From a Logical Point of View: Logico-Philosophical Essays*. New York: Harper & Row, 1963. p. 20–46.
- RAPAPORT, W. Meinongian theories and a russellian paradox. *Noûs*, v. 12, p. 153–180, 1978.
- ROUTLEY, R. *Exploring Meinong's Jungle and Beyond*. [S.l.: s.n.], 1980.
- RUSSELL, B. *Principles of Mathematics*. Cambridge: Merchant Books.
- RUSSELL, B. On denoting. *Mind*, v. 114, n. 456, p. 480–493, 1905.
- RUSSELL, B. Review of “untersuchungen zur gegenstandstheorie und psychologie”. *Mind*, v. 14, n. 56, p. 530–538, 1905.
- RUSSELL, B. Review of “Über die stellung der gegenstandstheorie im system der wissenschaften”. *Mind*, n. 16, p. 436–439, 1907.
- RUSSELL, B. Knowledge by acquaintance and knowledge by description. In: *Mysticism and Logic*. London: George Allen and Unwin, 1917. p. 152–67.
- RUSSELL, B. *Introduction to Mathematical Philosophy*. London: Allen and Unwin, 1919.
- RUSSELL, B. Logic and ontology. *The Journal of Philosophy*, v. 54, n. 9, p. 225–230, 1957.

- RUSSELL, B. Lectures on the philosophy of atomism. In: *Logic and Knowledge*. [S.l.: s.n.], 1961.
- RYLE, G. *The Concept of Mind*. London: Hutchinson, 1949.
- SAINSBURY, R. *Fiction and Fictionalism*. New York: Routledge.
- SAINSBURY, R. *Reference Without Referents*. New York: Oxford University Press, 2005.
- SALMON, N. Existence. In: *Metaphysics, Mathematics, and Meaning*. [S.l.]: Oxford University Press, 1987. cap. 1, p. 9–49.
- SOURIAU Étienne. *Les Différents Modes d'Existence*. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.
- STOKES, M. O. *Quinean Meta-ontology and fictionalism*. Dissertação (Mestrado) — Graduate School of the University of Notre Dame, 2005.
- THOMASSON, A. L. *Fiction and Metaphysics*. New York: Cambridge University Press, 1999.
- WHITEHEAD, A. N. *Process and Reality*. [S.l.]: The Free Press, 1978.
- WITTGESTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ZALTA, E. *Intentional Logic and the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge, Massachusetts: M.I.T. Press, 1988.
- ZALTA, E. N. *Abstract Objects: An Introduction to Axiomatic Metaphysics*. Dordrecht–Boston: D. Reidel Publishing Company, 1983.